



n . 3
jul - set
2 0 2 4

BOLETIM OPSA



BOLETIM OPISA

ISSN 1809-8827

O Boletim OPISA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPISA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo

Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial

Maria Regina Soares de Lima

Marianna Albuquerque

Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação

Beatriz Bandeira de Mello

Débora Bedim Loures

Diogo Ives de Quadros

Ghaio Nicodemos Barbosa

Guilherme Domingues Fritz

Isabella Pereira

Jefferson Nascimento

Júlia Furtado Reis

Kethlyn Winter

Marianna Albuquerque

Marília Bernades Closs

Matheus Petrelli

Stephanie Braun

Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano

opsa.com.br



Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300



Sumário

EDITORIAL

O BRASIL NO CENTRO DO MULTILATERALISMO GLOBAL

MARIANNA ALBUQUERQUE, MARIA REGINA SOARES DE LIMA E DIOGO IVES.....PÁGINA 04

ARTIGOS

MONITOR ELEITORAL: NICOLÁS MADURO É REELEITO PRESIDENTE DA VENEZUELA EM ELEIÇÃO AMPLAMENTE CONTESTADA

THAÍS JESINSKI BATISTA.....PÁGINA 08

IZQUIERDAS LATINOAMERICANAS Y EL PROCESO POLÍTICO VENEZOLANO

FIDEL PÉREZ FLORES.....PÁGINA 17

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

COMO PASSAR DO NÍVEL TÉCNICO AO ESTRATÉGICO? RECOMENDAÇÕES PARA A ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA (OTCA)

MARIANNA ALBUQUERQUE.....PÁGINA 25

INSTABILIDADE POLÍTICA, DEBILIDADE INSTITUCIONAL E DEPENDÊNCIA EXTERNA: AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS DO EQUADOR E DO PERU PARA A AMAZÔNIA

GHAIO NICODEMOS, BEATRIZ BANDEIRA DE MELLO, JEFFERSON NASCIMENTO E KETHLYN WINTER.....PÁGINA 34

GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: CONTRADIÇÕES DE UMA COMBINAÇÃO NA GUIANA E NO SURINAME

GUILHERME DOMINGUES FRITZ.....PÁGINA 49

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JULHO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 58

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: AGOSTO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 70

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: SETEMBRO DE 2024

PESQUISADORES DO OPSA.....PÁGINA 85

Editorial

O Brasil no centro do multilateralismo global

Historicamente, o Brasil utiliza os fóruns multilaterais como um espaço privilegiado para a implementação de sua política externa (Albuquerque, 2023). Há diversas análises que buscam interpretar essa ênfase. Em comum, identifica-se que o multilateralismo é uma estratégia pragmática para países que não possuem excedentes de poder e que, portanto, se beneficiam de uma ordem baseada em regras (que constroem a ação unilateral dos mais fortes) e no compartilhamento dos custos políticos (Fonseca Jr., 1998).

O governo de Jair Bolsonaro foi um período disruptivo para essa tradição diplomática. O Brasil afastou-se de alguns fóruns – às vezes por escolha própria, às vezes por perda de crédito e trânsito entre os pares – e, em outros, alterou sua postura histórica. O regime internacional de direitos humanos e as negociações climáticas foram exemplos ilustrativos dessa dinâmica (Lima e Albuquerque, 2022). Quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para seu terceiro mandato, em 2022, havia uma expectativa de retomada da primazia do multilateralismo, o que já havia se apresentado como tônica em seus dois primeiros mandatos (2003-2010).

Logo nos primeiros meses de mandato, em 2023, diversas iniciativas do governo sinalizaram que essa perspectiva seria efetivada. Antes mesmo da posse, Lula anunciou o interesse do Brasil em sediar a COP30, em 2025, em Belém do Pará. Já como presidente empossado, Lula convocou a Cúpula da Amazônia, que reuniu autoridades dos Estados-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o que não ocorria desde 2009. Na mesma linha, incentivou e participou da cúpula dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), cuja última realização havia sido em 2021. O Brasil, na ocasião, havia sido representado pelo vice-presidente Hamilton Mourão.

Em relação à América do Sul, região que havia sido uma das prioridades no mandato anterior de Lula, e amplamente negligenciada por Bolsonaro, o presidente também convocou a Cúpula dos Países Sul-Americanos, em Brasília, ocasião na qual reforçou o interesse do Brasil de retomar a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). A integração regional também esteve no centro da decisão do Brasil de retornar à Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Para além de sediar eventos por decisão própria, o mandato de Lula também englobaria a liderança de processos multilaterais rotativos, cuja presidência caberia invariavelmente ao Brasil. Antes mesmo da COP30, evento que, devido à proporção, exige amplo engajamento interministerial, o Brasil presidiria o G20, a Cúpula dos BRICS e o Mercosul.

Em relação ao G20, a presidência brasileira se estendeu de 1º de dezembro de 2023 a 30 de novembro de 2024. Devido à sua flexibilidade, o país na presidência possui um enorme poder de agenda, que abre a oportunidade da escolha de temas prioritários que sejam convergentes com os interesses do país. A Índia, que passou o bastão da presidência ao Brasil, priorizou, por exemplo, iniciativas que visassem a redução do risco de desastres, tema caro à estabilidade política e econômica indiana. O Brasil lançou mão dessa abertura para, igualmente, direcionar a agenda do G20 a temas que interessam não só o país, mas, de forma ampla, também aos países em desenvolvimento (Albuquerque, 2024).

Com o lema de “Construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, o Brasil escolheu três eixos prioritários: 1) combate à fome e à pobreza; 2) sustentabilidade justa; e 3) reforma das instituições multilaterais. Para avançar com a efetivação desses objetivos, o país implementou diversas propostas transversais entre as duas trilhas negociadoras do G20 – a trilha sherpa, comandada pelo Ministério das Relações Exteriores, responsável

por tratar de temas socioeconômicos; e a trilha financeira, liderada pelo Ministério da Fazenda e pelo Banco Central, mais direcionada para temas macroeconômicos *strictu sensu*. Destacamos, nesse ínterim, o lançamento da Força-Tarefa para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, a Força-Tarefa para a Mobilização Global contra a Mudança do Clima, a Iniciativa para a Bioeconomia, e o Chamado para a Ação para a Reforma das Instituições Multilaterais (Albuquerque, 2023).

Apesar de dificuldades na negociação de temas sensíveis e divisores entre Norte e Sul, como redução do uso de combustíveis fósseis, a presidência brasileira do G20 pode ser considerada um sucesso diplomático. O país conseguiu a aprovação de uma declaração final consensual, mesmo com complicadores políticos, a exemplo da continuidade de conflitos geopolíticos, como a guerra na Ucrânia; o “ato final” e sem poder efetivo de Joe Biden, após perder a eleição estadunidense para Donald Trump; e a postura pouco colaborativa de Javier Milei, presidente da Argentina. Além disso, efetivou o lançamento da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que já conta com mais de 80 adesões, e logrou aprovar os Princípios de Alto Nível de Bioeconomia, que garantem a preservação da soberania sobre o patrimônio genético de recursos da biodiversidade. Para um país de ampla cobertura florestal cujos recursos interessam a países e empresas externas, essa não é uma conquista trivial.

No âmbito do encontro do G20 Social, o tema da democratização da política externa foi retomado com a sugestão da criação de um Conselho Nacional de Política Externa Brasileira (CONPEB) com a participação de entidades da sociedade civil e de movimentos sociais. Este tema já vinha sendo demandado desde 2013, durante o governo de Dilma Rousseff, depois foi abandonado durante o período de Jair Bolsonaro e voltou agora com força no terceiro mandato de Lula da Silva. Desta feita, foi mobilizado através de uma parceria entre a Rede Brasileira de Integração dos Povos, REBRIP; o Grupo de Reflexão sobre Relações Internacionais, GR-RI; a Associação Brasileira de Relações Internacionais, ABRI; e a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, ABONG. O debate contou também com a participação de um representante do MRE que apresentou os resultados de uma consulta informal no âmbito da instituição diplomática. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) foi apresentado como um exemplo exitoso à plateia. Porém, o informe do representante do MRE deu uma medida das dificuldades que a criação do CONPEB pode enfrentar no âmbito daquela instituição.

Uma novidade que talvez os operadores de política externa não se deem em conta é que os temas e as agendas da política externa atual são cada vez mais transversais, isto é, afetam uma variedade de interesses no interior da sociedade brasileira. Dada a heterogeneidade das organizações sociais, algumas delas são fortes o suficiente para atuar de modo independente no plano externo, sem qualquer controle da instituição diplomática. Neste contexto, a participação organizada da sociedade civil, nos moldes propostos pela criação do CONPEB, constitui um mecanismo de organizar, no âmbito da própria instituição diplomática, a participação da sociedade civil, contribuindo desta forma para a democratização do processo de formação da política externa e atenuando a possibilidade de privatização do processo decisório por interesses externos à instituição.

A ação multilateral bem-sucedida do Brasil na organização da reunião do G20 aumentou as expectativas para as ocorrências subsequentes. Em 2025, a cúpula dos BRICS será carregada de pressões externas, sobretudo após a ampliação do grupo, que incluiu países como o Irã. A própria presença da Rússia, em meio à manutenção da invasão à Ucrânia, além do constante escrutínio internacional sobre as medidas autoritárias e pouco transparentes da China, já são, por si só, elementos que sugerem a necessidade de uma atenção redobrada. Como complicador conjuntural, a presidência de Donald Trump promete ser menos tolerante com os membros do BRICS, a exemplo do anúncio de aumento de taxas, caso o bloco siga em frente com as propostas de pagamentos e transações em moedas locais, em detrimento



do dólar.

Em paralelo, a presidência do Mercosul também ocorrerá em um contexto no qual a diplomacia será de suma importância. Em 6 de dezembro de 2024, na Cúpula do Mercosul realizada em Montevideu, Mercosul e União Europeia anunciaram o acordo em torno do texto do pilar comercial do Acordo Mercosul-União Europeia. Negociado há mais de duas décadas, anúncio semelhante havia sido feito em 2019, mas foi seguido por uma paralisação após pressões europeias em torno das políticas ambientais do Brasil e de divergências de Uruguai e Paraguai em torno da possibilidade de negociar acordos comerciais extra-Mercosul. Agora, em 2024, os termos foram outros. Um contexto de convergência pouco usual, provocado pela eleição de Donald Trump nos EUA, levou a um alinhamento de posições no Mercosul. Já na União Europeia, a situação é de divisão interna, com a oposição declarada ao acordo de países como França, Polônia e Irlanda, e a possibilidade de negativa por parte da Itália. A União Europeia não exige consenso para negociações comerciais, e sim maioria qualificada absoluta e proporcional à população¹. A Itália pode ser o fiel da balança, pois corresponde a cerca de 13% da população do bloco. O caminho para a aprovação não será fácil, mas o Brasil pode facilitar os trâmites ao atuar na posição que mais se sente confortável: uma ponte entre o Norte e o Sul.

Nesta virada de ano, o Brasil e o mundo vivem uma grande incerteza do que pode vir a ser a presidência de Donald Trump a partir de janeiro de 2025. Trump tem anunciado medidas drásticas que podem nos atingir de maneira direta, como o aumento das tarifas de importação. No plano da segurança, Trump tem proclamado que pretende terminar a guerra na Ucrânia, aparentemente, por meio do restabelecimento das esferas de influência naquela região. Certamente, uma retomada da política de esferas de influência nos afetaria diretamente. Até onde seu governo irá é difícil prever, mas certamente os espaços para atuação do Brasil em questões de segurança global tendem a diminuir. Por outro lado, novos espaços regionais de cooperação podem ser aproveitados pelo Brasil como, por exemplo, iniciativas de coordenação de ações indutoras no campo das mudanças climáticas, dado o contexto da realização da COP30 em 2025.

Em sintonia com este desafio, esta edição do Boletim publica o *policy paper* “Como passar do nível técnico ao estratégico? Recomendações para a estratégia internacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)”, escrito por Marianna Albuquerque. O trabalho traça um panorama histórico da OTCA, com destaque para a sua revitalização em 2023, e apresenta algumas sugestões para fortalecer este processo atualmente. O texto integra os esforços de pesquisa do OPISA no âmbito do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, vinculado à Iniciativa Amazônia+10.

Dois artigos fazem uma síntese de alguns dos resultados do primeiro ano desta pesquisa, executada pelo OPISA desde julho de 2023. Beatriz Bandeira de Mello, Ghaio Nicodemos, Jefferson Nascimento e Kethlyn Winter analisam diferentes variáveis para compreender as semelhanças e diferenças entre as políticas dos atuais governos do Equador e do Peru para a Amazônia. Por sua vez, Guilherme Fritz explica as contradições da estratégia climática perseguida pelos governos da Guiana e do Suriname, que tentam combinar a abertura de novas frentes de exploração de petróleo offshore e a preservação de sumidouros de carbono na Amazônia. Publicamos também os “Monitores da Governança Pan-Amazônica” produzidos pela equipe do OPISA nos meses de julho, agosto e setembro de 2024.

Finalmente, a edição conta com dois artigos dedicados à conjuntura política da Venezuela, cujo conturbado processo de eleição presidencial, ocorrido no último mês de julho,

¹ O sistema é conhecido como “dupla maioria” e exige que os acordos sejam aprovados por 55% dos Estados-membros, sendo que estes devem corresponder a 65% da população. O objetivo é evitar que países pequenos se unam para avançar um tema sem o consentimento dos mais populosos, bem como evitar que estes, em minoria, aprovelem algo em detrimento do interesse dos demais.



promete seguir produzindo tensões domésticas e internacionais, no futuro próximo. Thaís Jesinski Batista explica o histórico da crise política no país, os antecedentes desta eleição e as polêmicas envolvendo o anúncio de vitória de Nicolás Maduro para um terceiro mandato. Além disso, contamos com a colaboração especial de Fidel Pérez Flores, que analisa o processo de autocratização do regime liderado por Maduro e os custos políticos para as esquerdas latino-americanas seguirem apoiando-o atualmente.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 2024

Marianna Albuquerque
Maria Regina Soares de Lima
Diogo Ives

Coordenadores do OPSA

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, M. G20: perspectivas para a presidência brasileira. Boletim OPSA, n. 3, jul-set 2023, p. 23-29.

ALBUQUERQUE, M. A presença do Brasil em fóruns multilaterais: histórico e perspectivas para o novo governo. Cadernos Adenauer, ano XXIV, vol. 2, 2023, pp. 133-145.

ALBUQUERQUE, M. O Brasil na presidência do G20: possíveis contribuições para a governança global. Cadernos Adenauer, ano XXV, vol. 2, 2024, pp.9-22.

FONSECA, G. A Legitimidade e outras questões internacionais. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

LIMA, M.R.S.; ALBUQUERQUE, M. A foreign policy oriented toward personal interests: An analysis of Bolsonaro's approach to multilateralism, vol. 13, n. 2, 2022, pp 389-404.



Monitor Eleitoral: Nicolás Maduro é reeleito presidente da Venezuela em eleição amplamente contestada

Thaís Jesinski Batista
Pesquisadora do OPISA

Introdução

No dia 28 de julho de 2024, ocorreram eleições presidenciais na Venezuela, que tiveram como resultado a vitória do atual presidente, Nicolás Maduro, do Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV). A eleição foi marcada por diversos acontecimentos que colocaram em xeque a validade do pleito. Ao contrário de eleições anteriores, a oposição, em 2024, decidiu concorrer, organizando eleições primárias para ter um único candidato para disputar o cargo de presidente da Venezuela.

A ganhadora das eleições primárias da oposição, María Corina Machado, foi, no entanto, impedida de se registrar como candidata às eleições presidenciais, e indicou um segundo nome, María Corina Yoris, que também foi impedida de se registrar. A oposição, então, concorreu com o ex-diplomata Edmundo González Urrutia. O dia da votação foi marcado por denúncias de perseguições, tanto da oposição quanto do governo, e teve como resultado proclamado a vitória de Nicolás Maduro, com 51,95% dos votos. A oposição logo questionou esse resultado, afirmando que a vitória teria sido de González, com 67% dos votos.

Parte da comunidade internacional reconheceu a vitória de Maduro, como os governos de China e Rússia, e parte reconheceu a vitória de González, como os governos de Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE). Governos latino-americanos também se dividiram. Cuba e Bolívia reconheceram a vitória de Maduro, enquanto Argentina, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai reconheceram a vitória de González. Brasil, Colômbia e México adotaram uma postura intermediária pedindo a divulgação das atas de votação. O pleito de 2024 é, portanto, mais um capítulo da longa crise político-institucional que a Venezuela enfrenta.

Esse artigo busca apresentar a conjuntura atual, tendo como referência o processo eleitoral de 2024, e analisar caminhos para o futuro da Venezuela. O texto é composto, além desta introdução, por uma primeira seção que apresenta o histórico recente da conjuntura política venezuelana, uma segunda parte que explica os antecedentes do processo eleitoral de 2024, uma terceira seção sobre as eleições presidenciais e seus desdobramentos, e, por fim, uma última seção com considerações sobre o futuro político da Venezuela e o papel do Brasil.

O histórico da crise política na Venezuela²

A conjuntura política da Venezuela vem sendo marcada por sucessivas crises. Esse processo se acelerou após a morte do presidente Hugo Chávez, em 2013, e os fatos que decorreram da escolha de seu sucessor na presidência. Em 2013, foram organizadas eleições presidenciais, em que concorreram, pelo PSUV, Nicolás Maduro, e pela oposição, Henrique Capriles. Nicolás Maduro conquistou a vitória com uma margem estreita de votos. Esse resultado foi contestado pela oposição e gerou muitos protestos. No ano seguinte, em 2014, nas eleições para a Assembleia Nacional, a oposição ganhou a maioria dos assentos e, a partir desse momento, o governo iniciou uma série de ações para enfraquecer o poder do

² Essa sessão foi escrita com base em trabalhos anteriores. Para referência, ver BATISTA, 2020a; BATISTA, 2020b; BATISTA, 2022.

órgão legislativo.

Em 2017, o governo Maduro convocou eleições para uma Assembleia Nacional Constituinte, que teve como resultado a vitória do oficialismo. A oposição denunciou essa ação como uma manobra para enfraquecer o poder da Assembleia Nacional e não participou do pleito. A partir de então, a Venezuela passou a contar com dois órgãos legislativos: a Assembleia Nacional, controlada pela oposição; e a Assembleia Nacional Constituinte, controlada pelo governo. A estratégia de boicotar processos eleitorais organizados pelo governo se repetiu nas eleições presidenciais de 2018, quando Maduro foi reeleito.

O ano de 2019 marcou o aprofundamento da crise político-institucional da Venezuela. O presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, autoproclamou-se, em 23 de janeiro, presidente da Venezuela. A justificativa apresentada foi de que a eleição de 2018 não havia sido válida e que, portanto, seguindo os preceitos constitucionais venezuelanos, o presidente da Assembleia Nacional deveria ser declarado presidente do Estado venezuelano. Esse foi um processo que aprofundou ainda mais as instabilidades institucionais, porque o país passou a ter não apenas dois órgãos legislativos, a Assembleia Nacional e a Assembleia Nacional Constituinte, mas também, em teoria, dois presidentes, Nicolás Maduro e Juan Guaidó.

Juan Guaidó foi reconhecido como presidente da Venezuela por organizações como a UE, e países do Grupo de Lima³, além dos EUA. No entanto, esse reconhecimento internacional não se validava, na prática, nas instituições venezuelanas. O controle do aparato estatal continuava nas mãos do governo de Nicolás Maduro, e as Forças Armadas continuavam apoiando esse governo. Ainda assim, a ascensão de Juan Guaidó gerou um momento de união da oposição, antes marcada por sua fragmentação. No final de 2019, no entanto, Guaidó deixou de ter esse papel que poderia unificar a oposição e construir alguma solução para a crise política. A estratégia adotada por ele era de confronto, e não de negociação.

No final de 2019, deputados do PSUV retornaram para a Assembleia Nacional e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram descontinuados. Um Conselho Nacional Eleitoral (CNE) foi organizado para avançar com as eleições parlamentares, previstas para 2020. Nesse ano, observa-se o ressurgimento de algumas lideranças da oposição, que haviam ficado em segundo plano com a atuação de Juan Guaidó. Nomes como Henrique Capriles e Leopoldo López reapareceram na cena política da Venezuela e a oposição abandonou, inclusive, a estratégia de boicote aos processos eleitorais organizados pelo Supremo Tribunal de Justiça (STJ) da Venezuela.

Dois marcos foram relevantes nas eleições parlamentares de dezembro de 2020: a participação da oposição e o movimento, por parte do governo Maduro, de chamar observadores como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a UE para observar o processo eleitoral, o que não acontecia desde 2006. Essas organizações, no entanto, concluíram que não havia condições para se organizar eleições livres e justas no país, e optaram por não enviar observadores. Como resultado do pleito, a Assembleia Nacional voltou, oficialmente, a ter maioria do governo, com seus deputados, organizados no Gran Polo Patriótico, obtendo 68,4% dos votos e ocupando 253 dos 277 assentos disponíveis.

A partir de 2021, então, a fragmentação institucional que caracterizava a cena política venezuelana, com dois presidentes e duas Assembleias, deixou de existir. Juan Guaidó deixou de ter um cargo político e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte foram interrompidos. Nesse ano, ocorreu, também, a retomada do diálogo entre governo e oposição. Rodadas de negociações foram realizadas no México, com a moderação da Noruega, para definir ações de proteção social para a população e meios para facilitar a entrada de ajuda humanitária internacional no país. Esse diálogo, no entanto, foi interrompido em outubro de 2021, devido a prisão e extradição do empresário colombiano Alex Saab, ligado

3 O Grupo de Lima foi uma iniciativa estabelecida em 2017 por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai e Peru, com o objetivo de mediar a solução para a crise na Venezuela. O Grupo, no entanto, não teve sucesso em seu objetivo, adotando posturas de críticas diretas ao governo de Maduro e impossibilitando a atuação como um mediador entre oficialismo e oposição.

ao governo Maduro, para os EUA.

Apesar da suspensão das negociações entre governo e oposição no final de 2021, em 21 de novembro ocorreram eleições regionais na Venezuela, para a escolha de governadores, prefeitos e legisladores subnacionais. Os principais partidos da oposição concorreram pela Mesa de Unidade Democrática, mas o PSUV foi o grande vencedor, ganhando 20 dos 23 estados do país, além da capital Caracas. Nessas eleições, pela primeira vez em 15 anos, a ONU e a UE enviaram observadores para acompanhar o pleito. Em um informe preliminar, declararam que as eleições transcorreram em melhores condições, quando comparadas a eleições anteriores, ainda que com problemas como a falta de independência do STJ e a proibição de algumas candidaturas.

A retomada, ainda que instável, das negociações entre governo e oposição, e a participação da oposição e observadores internacionais nas eleições regionais de novembro de 2021, estão diretamente ligadas à conjuntura internacional. Em 2021, iniciou-se a presidência de Joe Biden nos EUA, que fez com que a diplomacia estadunidense abandonasse a estratégia utilizada por Donald Trump de pressão total à Venezuela, que envolvia sanções e o isolamento diplomático do país. A partir de 2021, a diplomacia estadunidense passou a defender o diálogo e uma solução negociada para a crise política venezuelana.

Outro marco da conjuntura internacional relevante para entender a política venezuelana foi o início da guerra na Ucrânia, em fevereiro de 2022, que colocou a Venezuela como um possível fornecedor de petróleo e, portanto, garantidor de segurança energética para os EUA diante das instabilidades de fornecimento de energia decorrentes do conflito. Com as sanções impostas pelo governo de Joe Biden à Rússia, após o início da guerra, os EUA suspenderam algumas das sanções à Venezuela, que voltou a fornecer petróleo para o país. A conjuntura internacional marcada, portanto, pela Guerra na Ucrânia e pelo governo Biden nos EUA, mantiveram a tendência de aproximação, ainda que com dificuldades, da oposição aos processos organizados pelo sistema eleitoral venezuelano. Os antecedentes das eleições presidenciais de 2024 são apresentados na próxima sessão.

Antecedentes das eleições presidenciais de 2024

O processo eleitoral de 2024 na Venezuela se iniciou no ano anterior. A oposição, grande parte reunida na Plataforma Unitária Democrática, optou por organizar eleições primárias para escolher um único candidato que enfrentaria o Nicolás Maduro nas eleições presidenciais. Esse movimento buscou diminuir a fragmentação da oposição, para que o candidato escolhido tivesse forças para enfrentar Maduro. O processo foi marcado, no entanto, por diversas questões que colocaram em xeque a viabilidade de eleições com livre concorrência e com possibilidade real de vitória da oposição.

Quatorze candidatos se registraram para concorrer às eleições primárias da oposição. Entre eles, estavam nomes tradicionais da política venezuelana, como Henrique Capriles, do Primero Justicia, que foi candidato à presidência em 2012 e 2013; Freddy Superlano, do Voluntad Popular - partido de Juan Guaidó; Carlos Prospero, do Acción Democrática; e María Corina Machado, do Vente Venezuela. O processo eleitoral seria, a princípio, acompanhado pelo CNE, órgão responsável por organizar eleições no país. No entanto, no dia 15 de junho de 2023, sete membros desse Conselho, ligados ao chavismo, renunciaram. Com isso, o CNE ficou sem quórum para operar. O processo de organização das primárias continuou, assim, de forma autogerida, sem o acompanhamento técnico do CNE, e com a utilização do voto manual. Esse foi um primeiro marco dos empecilhos colocados ao processo⁴.

Os problemas relacionados às eleições primárias da oposição escalaram quando, no dia 30 de junho de 2023, a Controladoria de Justiça da Venezuela decidiu inabilitar a candidata María Corina Machado a concorrer nas eleições presidenciais de 2024. A ex-deputada, que é uma das opositoras mais ativas ao governo de Nicolás Maduro, foi acusada de irregularidades administrativas ocorridas durante seu mandato, entre 2011 e 2014. A reação internacional à decisão foi de condenação. A UE e os EUA, bem como organizações

⁴ Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Junho 2023

da sociedade civil, expressaram preocupação com a realização do pleito em 2024. Em reação às declarações, no dia 13 de julho, Jorge Rodríguez, presidente da Assembleia Nacional da Venezuela, declarou que a UE não poderia enviar observadores para o pleito de 2024 - um retrocesso em comparação com as eleições regionais ocorridas em 2021. A inabilitação de Corina Machado acendeu um debate no país: além dela, parte dos candidatos opositores, como Henrique Capriles, também estavam inabilitados para concorrer a cargos públicos. Um mecanismo de sucessão foi discutido pela Plataforma Unitária Democrática, caso o vencedor das primárias fosse um desses candidatos inabilitados, mas sem um consenso. Apesar da inabilitação, o processo de organização das eleições primárias da oposição teve continuidade⁵.

A campanha eleitoral iniciou no dia 22 de agosto, dois meses antes da votação. María Corina Machado ficou na liderança das pesquisas, com 68% das intenções de voto, seguida pela chapa composta por Henrique Capriles (Primero Justicia) e Manuel Rosales (Un Nuevo Tiempo), com 11% das intenções. Corina Machado adotou um discurso mais radical durante sua campanha, enquanto a chapa de Capriles e Rosales representava o setor mais tradicional e moderado da oposição. A campanha transcorreu em meio a ataques à oposição, que se intensificaram neste período, de acordo com o relatório da Missão Internacional Independente de Apuração de Fatos da ONU, divulgado no dia 20 de setembro. Além disso, durante a campanha, o novo CNE, formado pela Assembleia Nacional e liderado pelo chavista Elvis Amoroso, propôs que as primárias fossem adiadas para o dia 19 de novembro, o que foi rechaçado por parte da oposição⁶.

Alguns dias antes das eleições, em 17 de outubro, ocorreu uma reunião entre o governo e a oposição da Venezuela, em Barbados, com mediação da Noruega. Como resultado, um acordo sobre promoção dos direitos políticos e garantias eleitorais no país foi assinado. Entre os resultados do acordo estavam o compromisso, pelo governo de Maduro, da realização de eleições presidenciais em 2024 com a presença de observadores internacionais, além da liberação de presos políticos⁷.

Por fim, as eleições ocorreram no dia 22 de outubro de 2023. As primárias da oposição tiveram como resultado a vitória de María Corina Machado, do Vente Venezuela, que obteve mais de 90% dos votos. Cerca de 2 milhões de venezuelanos votaram, o que corresponde a aproximadamente 10% da população apta a votar. A candidata vencedora representa uma ala mais radical da oposição, e já chegou a defender a intervenção militar estrangeira para retirar Nicolás Maduro da presidência. Outros candidatos mais moderados e de partidos tradicionais da Venezuela, como Freddy Superlano e Henrique Capriles, retiraram suas candidaturas durante a campanha eleitoral. No dia 30 de outubro, porém, foi anunciada, pelo STJ venezuelano, a suspensão dos resultados das primárias da oposição realizadas no dia 22⁸.

É importante ressaltar que as eleições primárias da oposição na Venezuela ocorreram paralelamente a ações do governo relacionadas à histórica disputa territorial entre Venezuela e Guiana sobre o território de Essequibo (Batista e Fritz, 2024). Esse território, de 160 mil quilômetros quadrados, pertence, atualmente, à Guiana, mas é alvo de disputas desde 1899. Com a descoberta de reservas de petróleo na região, em 2015, e subsequente exploração, a disputa entre os dois países se acirrou. Dois dias antes das primárias da oposição, o governo de Maduro convocou um referendo sobre a questão, que foi realizado no dia 3 de dezembro. O referendo continha cinco perguntas a serem respondidas, incluindo consultas sobre a validade do Laudo Arbitral de Paris de 1899 e do Acordo de Genebra de 1966, a jurisdição da Corte Internacional de Justiça (CIJ) sobre o caso, o uso do território marítimo, e a criação do estado venezuelano de “Guayana Esequiba”. Cerca de 50% da população apta a votar foi às urnas, e a anexação do território obteve 10.554.320 de votos - 95% do total⁹.

5 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Julho 2023.

6 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Setembro 2023.

7 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Outubro 2023.

8 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Outubro 2023.

9 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Novembro 2023.

No dia 5 de dezembro, Maduro anunciou um novo mapa da Venezuela com a inclusão da região de Essequibo. Além do novo mapa, Maduro também anunciou a indicação de um general para governar provisoriamente a região, e pediu que a estatal petrolífera venezuelana distribuisse licenças para exploração de petróleo no território. A questão de Essequibo é um consenso entre a população venezuelana, e governo e oposição convergem no entendimento que o território pertence à Venezuela. A ação de Nicolás Maduro foi uma tentativa de gerar um consenso nacional, desviando a atenção do público sobre o processo eleitoral da oposição. As tensões entre Venezuela e Guiana arrefeceram após o encontro dos presidentes Maduro e Irfaan Ali, da Guiana, no dia 14 de dezembro, em São Vicente e Granadinas. Os presidentes assinaram uma declaração concordando em não ameaçar ou utilizar a força para solucionar a disputa, e a Assembleia Nacional da Venezuela adiou a aprovação da lei que anexaria o território de Essequibo¹⁰.

As atenções voltaram-se para a conjuntura política doméstica da Venezuela com a confirmação, divulgada pelo STJ, em 26 de janeiro, da inabilitação política de María Corina Machado por 15 anos. Corina Machado afirmou, no entanto, que não deixaria de disputar as eleições presidenciais. Três dias depois da decisão, o governo dos EUA anunciou a retomada de sanções à Venezuela, dando o prazo de 13 de fevereiro para a interrupção de transações com a Minerven, empresa estatal venezuelana de mineração de ouro. Em 17 de abril, o governo estadunidense impôs sanções à indústria petrolífera da Venezuela, exigindo que, a partir do dia 31 de maio, as empresas que desejassem continuar operando na Venezuela solicitassem autorizações, que seriam avaliadas individualmente. Em 8 de fevereiro, o Parlamento Europeu emitiu resolução condenando a inabilitação. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também se manifestou, acusando o governo de Nicolás Maduro de inviabilizar a realização de eleições limpas e transparentes. Entre os vizinhos sul-americanos, os governos de Argentina, Uruguai, Paraguai e Equador condenaram a inabilitação de Corina Machado. Os governos de Brasil e Colômbia não se manifestaram¹¹.

Os problemas relacionados ao processo eleitoral continuaram no período de inscrição de candidaturas, que se encerrou no dia 25 de março. O principal bloco opositor, a Plataforma Unitária Democrática (PUD), denunciou que houve impedimento do registro de sua candidata, Corina Yoris. A candidata havia sido nomeada por María Corina Machado após sua inabilitação pelo STJ. A candidata não conseguiu, no entanto, se registrar no site do CNE e, após denúncias da oposição, o período de submissão foi prorrogado por 12 horas. Na madrugada do dia 25 para 26, a Plataforma registrou Edmundo González Urrutia como seu candidato.

Internacionalmente, o impedimento de registro de Corina Yoris gerou críticas, inclusive de governos que vinham buscando uma posição de intermediação entre Maduro e a oposição. Em 26 de março, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil afirmou que acompanhava com “expectativa e preocupação” o processo eleitoral. O governo de Maduro repudiou o comunicado, classificando-o como “cinzento e intervencionista”. O governo da Colômbia também manifestou preocupação com o impedimento da candidatura de Corina Yoris, e a nota também foi classificada como intervencionista pelo governo venezuelano¹².

Após o conturbado período de registro de candidaturas, o nome de Edmundo González Urrutia foi anunciado, em 19 de abril, como candidato à presidência pela PUD. González foi diplomata e serviu como embaixador na Argélia e na Argentina, antes de se aposentar em 2004. Após negociações entre os partidos que compõem a PUD e Corina Machado, o nome de González foi definitivamente anunciado. As eleições contaram, no total, com 37 partidos e 13 candidatos¹³. Após as complicações da submissão de candidaturas, a campanha eleitoral continuou com denúncias de perseguição a opositores e ameaças como a declaração de Maduro, no dia 17 de julho, que apenas sua vitória evitaria um “banho de sangue”¹⁴.

10 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Dezembro 2023.

11 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Janeiro e Fevereiro 2024; Conjuntura Latitude Sul - Abril 2024.

12 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Março 2024.

13 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Abril 2024.

14 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Julho 2024.



As eleições presidenciais de 2024 e seus desdobramentos

Em 28 de julho, foram realizadas eleições para escolher o presidente do país pelos próximos seis anos. O pleito ocorreu em um domingo e teve participação de 59,97% da população (12.386.669 no total). Ocorreu um atraso na divulgação dos resultados, o que foi atribuído, pelo CNE, a um ataque de hackers. Por fim, foi anunciada a vitória de Maduro, com 51,95% dos votos (6.408.844 no total). Segundo o CNE, Edmundo González, o principal candidato da oposição, obteve 43,18% dos votos (5.326.104 no total). O anúncio foi questionado pela oposição, que acusou o governo de fraudar as atas de votação e manipular o resultado. Segundo a oposição, González teria ganhado o pleito com 67% dos votos. Os dias posteriores à votação foram marcados por manifestações violentas, sendo registradas 13 mortes e quase 800 pessoas presas¹⁵.

No plano internacional, a vitória de Maduro foi reconhecida por países como China, Rússia, Cuba e Bolívia. Já a OEA, e países como Argentina, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai, não reconheceram o resultado. Em reação, alegando atentado contra a soberania internacional, Nicolás Maduro expulsou o corpo diplomático de Argentina, Chile, Costa Rica, Peru, Panamá, República Dominicana e Uruguai. O MRE do Brasil declarou que aguardava “a publicação, pelo CNE, de dados desagregados por mesa de votação, passo indispensável para a transparência, credibilidade e legitimidade do resultado do pleito”. No dia 1º de agosto, Brasil, México e Colômbia divulgaram nota conjunta se oferecendo para mediar um diálogo entre Maduro e a oposição. Os EUA, por sua vez, declararam que reconheciam a vitória de González¹⁶.

Com a não divulgação das atas eleitorais pelo governo venezuelano, Brasil e Colômbia propuseram que fossem organizadas novas eleições, ideia que foi rechaçada por governo e oposição. Diante do questionamento da legitimidade do pleito, Maduro solicitou uma auditoria do STJ da Venezuela para apurar as denúncias de fraude. Os candidatos foram convocados a comparecer ao prédio do Tribunal no dia 2 de agosto. Três dias depois, González divulgou uma carta em que se declarava vitorioso, posição que foi reconhecida pelo governo dos EUA. Por fim, em 22 de agosto, o STJ confirmou a vitória de Maduro, declarando que a votação do dia 28 de julho cumpriu todos os requisitos técnicos e jurídicos¹⁷.

Em meio às contestações do resultado oficial, o candidato opositor Edmundo González foi convocado três vezes, pelo STJ, para prestar esclarecimentos. González não atendeu às convocações, declarando que sua liberdade estaria ameaçada caso se apresentasse ao órgão. Com isso, no dia 2 de setembro, um pedido de prisão para o candidato foi emitido e divulgado pelo Ministério Público (MP), com acusações como falsificação de documentos oficiais, incitação de atividades ilegais e associação criminosa. González, que estava na Embaixada da Espanha em Caracas, saiu do país em avião da Força Aérea espanhola no dia 7 de setembro. O opositor chegou na Espanha no dia 8, onde obteve asilo político. Os governos de Brasil e Colômbia, em comunicado conjunto, manifestaram profunda preocupação com o pedido de prisão e afirmaram que esse contexto dificultava a busca por uma solução pacífica e negociada para a crise. EUA e UE também condenaram a ação do MP. A OEA classificou a saída de González como “exílio forçado”¹⁸.

Os dias após a votação também foram marcados por protestos nas ruas das principais cidades da Venezuela, e a movimentação popular foi duramente reprimida pelas Forças Armadas. No dia 2 de agosto, Maduro afirmou que mais de 1200 pessoas foram presas, acusando-as de terem sido treinadas no exterior para desestabilizar o país. Em 12 de agosto, o procurador-geral da Venezuela, Tarek William Saab, anunciou que pelo menos 25 pessoas morreram e 192 ficaram feridas nos protestos. Um dia depois, o Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Volker Türk, disse estar preocupado com detenções arbitrárias e uso desproporcional da força no país. Segundo comunicado do Tribunal Penal

15 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Julho 2024

16 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Julho 2024

17 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Agosto 2024

18 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Setembro 2024

Internacional, o órgão estava monitorando a situação na Venezuela¹⁹.

Em setembro, a ONU divulgou um relatório sobre o processo eleitoral venezuelano e a perseguição a opositores. Segundo o documento, o Estado venezuelano intensificou, de forma “sem precedentes”, a repressão à oposição, silenciando meios independentes e reprimindo protestos²⁰. Em novembro, o Ministério Público venezuelano anunciou a liberação de 225 presos nos protestos decorrentes das eleições presidenciais. ONGs, no entanto, afirmam que o número de liberações foi de cerca de 100 pessoas, e que mais de 2.300 continuam detidas²¹.

No dia 19 de novembro, o governo estadunidense reconheceu, pela primeira vez, Edmundo González como presidente eleito da Venezuela. Além disso, a Câmara estadunidense aprovou, no dia 18, um projeto de lei que proíbe a assinatura de contratos com indivíduos ou empresas que fazem negócios com o governo venezuelano não reconhecido por Washington. Em reação, no final do mês de novembro, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou uma lei que pune pessoas que se manifestarem a favor de sanções, com penas de prisão e impossibilidade de concorrer a cargos públicos. María Corina Machado, principal líder da oposição e cujo paradeiro é desconhecido, endossou o conteúdo da Lei estadunidense e, em decorrência disso, no dia 22 de novembro, a Procuradoria venezuelana anunciou que Corina Machado seria investigada por crimes de traição à pátria e conspiração. Além disso, no dia 27 de novembro, o governo estadunidense divulgou a imposição de sanções a 21 membros do governo venezuelano, em decorrência da repressão a opositores após as eleições²².

Cenários para o futuro: existe solução para a crise?

A análise dos antecedentes e desdobramentos do processo eleitoral de julho de 2024 na Venezuela demonstram que a deterioração da democracia no país se intensifica, sem sinais de melhoria. A retomada dos diálogos entre governo e oposição, mediados pela Noruega, poderia ter avançado no sentido de encontrar mecanismos para que as eleições presidenciais seguissem procedimentos que garantissem a livre participação no pleito, com chances de vitória da oposição. O que se verificou, na realidade, foram perseguições políticas a candidatos opositores, com o nome escolhido pelas eleições primárias da oposição - María Corina Machado - impedido de se registrar, assim como o nome indicado por ela - María Corina Yoris. O resultado da votação em si também é questionado por instituições que acompanharam e atestam a legitimidade de eleições anteriores na Venezuela²³.

Nicolás Maduro e a cúpula do governo que o cerca, inclusive comandantes das Forças Armadas, parecem estar dispostos a adotar todas as medidas para se manterem no poder. A oposição, por outro lado, emprega cada vez mais um discurso conflitivo, solicitando que atores internacionais intervenham na política doméstica venezuelana e retirem Maduro do governo. Essa longa crise política reflete na maior crise migratória da atualidade: dados de junho de 2024 indicam que 7.774.494 venezuelanos já deixaram o país, dirigindo-se principalmente para países sul-americanos como Colômbia, Peru, Brasil, Chile e Equador²⁴.

Existiu a esperança de que o novo ciclo de presidentes à esquerda do espectro político na América Latina, como Gabriel Boric, no Chile, Gustavo Petro, na Colômbia, e Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, pudesse oferecer um caminho para uma solução mediada para a longa crise política na Venezuela. A realidade dos últimos dois anos, no entanto, demonstra que a vontade política desses atores não foi suficiente para criar meios de fortalecer processos democráticos na Venezuela. A análise do ciclo político que culminou nas eleições de 28 de julho de 2024, bem como dos desdobramentos desse pleito, apontam para um crescente isolamento do governo de Nicolás Maduro no plano regional.

Analisando a posição brasileira no processo eleitoral de 2024, identifica-se uma deterioração das relações. Quando Maduro declarou, no dia 11 de julho, que o resultado da

19 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Agosto 2024

20 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Setembro 2024

21 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Novembro 2024

22 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Novembro 2024

23 Disponível em: <https://www.cartercenter.org/news/pr/2024/venezuela-073024.html>

24 Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/423>

eleição poderia levar a Venezuela a “um banho de sangue”, Lula declarou que havia ficado assustado e afirmou que “quando você ganha, você fica, quando você perde, você vai embora”²⁵. No dia seguinte, o presidente venezuelano disse que “quem se assustou, que tome um chá de camomila”²⁶, e criticou o sistema eleitoral brasileiro. Em reação, o Tribunal Superior Eleitoral brasileiro desistiu de enviar técnicos para acompanhar a eleição venezuelana²⁷.

No dia 14 de outubro de 2024, o procurador-geral da Venezuela, Tarek Saab, criticou o presidente brasileiro, acusando-o de ter sido cooptado pelos EUA quando esteve preso durante a Operação Lava-Jato e de servir como um porta-voz de interesses da Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês) na região. Alguns dias depois, ocorreu a 16ª cúpula de chefes de Estado do BRICS, quando o Brasil vetou a entrada da Venezuela no grupo de países parceiros do bloco. Em resposta, no dia 28 de outubro, Maduro chamou a ação de uma facada nas costas e acusou o Itamaraty de ser um poder paralelo dentro do Brasil, vinculado ao Departamento de Estado dos EUA. Dois dias depois, o governo venezuelano convocou, para consultas, Manuel Vadell, embaixador da Venezuela em Brasília. O presidente da Assembleia Nacional venezuelana, Jorge Rodríguez, anunciou que poria em discussão uma moção para declarar Celso Amorim, Assessor-Chefe da Presidência, uma *persona non grata* no país, acusando-o de conspirar com os EUA contra o reconhecimento da reeleição de Maduro²⁸.

No fim do mês de outubro, a Polícia Nacional Bolivariana divulgou uma imagem da bandeira do Brasil, com a silhueta de Luiz Inácio Lula da Silva, com a legenda “quem mexe com a Venezuela se dá mal”. O MRE do Brasil declarou surpresa com a postagem, que foi apagada no dia posterior à divulgação. As relações bilaterais entre Brasil e Venezuela melhoraram após declaração do presidente brasileiro, em 10 de novembro, de que “Maduro é um problema da Venezuela, não do Brasil”. O presidente venezuelano classificou a declaração como sábia, e o embaixador Vadell anunciou sua volta ao Brasil no dia 14²⁹.

O Brasil não parece, portanto, ser o país que poderia atuar como um mediador da crise venezuelana. Ainda que Celso Amorim tenha buscado atuar na eleição, tendo acompanhado no local o pleito, o ex-ministro foi alvo de críticas do governo Maduro e não é entendido como um ator “neutro” para o papel de mediador. O aumento da escalada de críticas do governo venezuelano após as eleições indica que o governo de Maduro adotará um discurso belicoso com o Brasil, assim como faz com EUA e Colômbia, por exemplo. Para além de inviabilizar a moderação e o diálogo, e piorar as condições sociais no país, a postura agressiva da Venezuela com relação a Essequibo também traz problemas para a região, tradicionalmente pacífica.

Por fim, a eleição de Donald Trump em novembro de 2024, bem como a indicação de Marco Rubio para a Secretaria de Estado dos EUA, provavelmente fará com que a política externa estadunidense para a Venezuela volte à estratégia de pressão total. Como observado no primeiro mandato de Trump (2017 - 2020), essa postura levou à piora das condições socioeconômicas, ao isolamento internacional e à polarização política doméstica na Venezuela. Uma solução negociada para a crise se torna, assim, cada vez mais distante.

A saída passa, no entanto, pelo diálogo entre governo e oposição. O Brasil, que pretende ser um líder regional, não pode deixar de atuar na crise – e não apenas pela posição que almeja ocupar no cenário internacional e pela consideração do bem-estar da população venezuelana, mas também pelos efeitos que a crise tem na América do Sul. O grande contingente de migrantes pressiona os sistemas de seguridade social dos países da região, e a possibilidade de um conflito armado pelo território de Essequibo ameaça a estabilidade da segurança regional. É indispensável, portanto, que o governo brasileiro assuma o papel de mediação entre atores domésticos, utilizando, inclusive, da diplomacia com os países que, hoje, sustentam Nicolás Maduro. Os governos de China e Rússia podem

25 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/07/22/lula-venezuela.ghtml>

26 Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/07/23/quem-se-assustou-que-tome-um-cha-de-camomila-diz-maduro-apos-questionamentos-de-lula.ghtml>

27 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Julho 2024.

28 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Outubro 2024.

29 Disponível em: Conjuntura Latitude Sul - Novembro 2024.

e devem apoiar no processo de negociação, e são chave em um cenário de isolamento que os EUA provavelmente adotarão. É nesse contexto que o Brasil pode contribuir para construir caminhos que solucionem a longa crise venezuelana.

Referências bibliográficas

BATISTA, Thaís Jesinski. Dois presidentes e três assembleias: a crise na Venezuela se aprofunda. Boletim OPSA, n. 1, jan./mar., 2020.

BATISTA, Thaís Jesinski. Longe do fim: a conjuntura recente da crise na Venezuela. Boletim OPSA, n. 4, out./dez., 2020.

BATISTA, Thaís Jesinski. A crise como normalidade: a conjuntura recente na Venezuela e perspectivas para o futuro. Boletim OPSA, n. 2, abr./jun., 2022.

BATISTA, Thaís Jesinski; FRITZ, Guilherme Domingues. Essequibo: Conjuntura recente da histórica disputa entre Guiana e Venezuela. Boletim OPSA, n. 1, jan./mar., 2024.



Izquierdas latinoamericanas y el proceso político venezolano

Fidel Pérez Flores
Colaborador do OPISA

El movimiento político encabezado por Hugo Chávez y sus herederos ha sido uno de los principales referentes de la izquierda latinoamericana al menos desde 1999, cuando asumieron el gobierno en Venezuela. Gracias al perfil de las transformaciones promovidas en el orden socioeconómico doméstico, la ambición de su proyecto de integración regional de inspiración bolivariana y el desafío frontal al proyecto hegemónico continental estadounidense, el chavismo se ganó adhesiones efusivas o el apoyo crítico de distintas expresiones de las izquierdas en la región.

Sin embargo, a partir de diciembre de 2015, el régimen ha transitado con firmeza por un notable sendero de autocratización. Para las izquierdas latinoamericanas, mantener el apoyo, por convicción o por omisión, a las maniobras del bloque madurista para mantenerse en el poder revierte un paquete significativo de costos políticos en sus propias arenas domésticas y de la propia región. El proceso que derivó en la objetada reelección de Nicolás Maduro el pasado 28 de julio de 2014 es el peldaño más reciente en esa escalada autoritaria y también en el incremento de los impactos negativos para quienes deciden contemporizar con esa trayectoria.

¿Por qué 2015? A continuación, hago un recuento de los principales elementos del irrefrenable proceso de autocratización que se ha acelerado en Venezuela a partir de aquel año. En seguida, expongo algunos de los ámbitos en los que se manifiestan con mayor claridad los costos de la asociación de la izquierda continental con el madurismo y, finalmente, consideraré algunos de los argumentos que se esgrimen para brindar apoyo al madurismo a pesar de todo.

Los hitos de la autocratización

El 6 de diciembre de 2015 se celebraron en Venezuela elecciones parlamentarias que resultaron en una derrota contundente de los candidatos que presentó el oficialista Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV). Esas fueron también las últimas elecciones de carácter nacional que las que Nicolás Maduro y sus aliados estuvieron dispuestos a dejar que fuera exclusivamente la voluntad de las mayorías expresada en las urnas lo que decidiera su destino político. Apenas se dio a conocer que 56% de los electores había votado por candidatos opositores contra 40% que lo hizo por el oficialismo, la cúpula del poder encabezada por Maduro maniobró para bloquear la oficialización de la mayoría calificada conquistada por la coalición opositora y garantizarse el control pleno del Tribunal Superior de Justicia (TSJ)³⁰. Sobre esa base, se han desplegado hasta nuestros días una secuencia ininterrumpida de acciones en el plano político-institucional que han suprimido o cercenado derechos políticos consagrados en la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela que promulgó Hugo Chávez en 1999.

Antes de aquella coyuntura, eran frecuentes los señalamientos en torno a las tendencias autoritarias en el ejercicio carismático del poder que caracterizaba al liderazgo de Hugo Chávez. Sin embargo, los principales episodios de ruptura del orden democrático los habían protagonizado los grupos opositores, con su intento fallido de golpe de Estado

³⁰ A días de darse a conocer el resultado de la elección parlamentaria, el oficialismo apresuró el nombramiento de 13 nuevos magistrados del TSJ, atropellando plazos legales y presionando para anticipar la jubilación de jueces que aún tenían un año de mandato por cumplir. Esa maniobra para garantizarse la continuidad del control pleno sobre Poder Judicial y las consecuencias inmediatas que tuvo para anular en los hechos la mayoría calificada opositora en el parlamento es descrita con mayor detalle en Salinas y Andreu (2017, 4–5).

en abril de 2002 y la ofensiva insurreccional encabezada por la cúpula gerencial de la estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA) hasta inicios de 2003. Entre 2006 y 2012, sectores relevantes de la oposición tuvieron que replantear su estrategia ante el exitoso avance de un proyecto chavista sustentado en cuatro grandes pilares: control pleno de la renta petrolífera del país en auge por la expansión de los precios internacionales del crudo; una política social que desplegaba una extensa lista de iniciativas distributivas que beneficiaron a sectores tradicionalmente excluidos de la sociedad venezolana; manutención exitosa de la lealtad de una corporación militar depurada de los elementos que habían apoyado el golpe del 2002 y una legitimidad electoral puesta a prueba con bastante frecuencia y con pocos sobresaltos.

El fallecimiento de Chávez en 2013 coincidió con un declive significativo en el volumen de la renta petrolera, por factores tanto internos como externos, lo que dificultó sobremanera la capacidad del heredero Nicolás Maduro para reeditar el éxito electoral del finado líder. En la elección presidencial extraordinaria de abril de 2013 Maduro derrotó a su oponente por un margen muy estrecho, lo que representó una inmediata señal de alerta. Los comicios legislativos de 2015 terminaron por dejarlo todo más claro. La balanza de las preferencias electorales se estaba inclinando de forma consistente hacia el lado opositor y el chavismo, sin dejar de ser una fuerza política y social de primera relevancia, se encaminaba a paso firme hacia la derrota electoral que los dejaría pronto fuera del control del gobierno. A no ser que intervinieran para suprimir, a cualquier costo, los caminos legales para que esa derrota electoral ocurriera. Y así lo hicieron.

En el sendero autocratizante que recorrió el régimen de Maduro a partir de 2015 debemos resaltar los siguientes episodios³¹:

1) La jubilación prematura de los ministros del TSJ que permitió, fuera del plazo legal, que se operara una renovación total de esa máxima instancia judicial antes de que iniciara la legislatura 2016-2021 con la nueva composición de mayoría calificada en manos de la oposición.

2) La anulación por supuestas irregularidades de la elección de los diputados del estado Amazonas (tres opositores), a quienes se les prohibió tomar posesión en su cargo. Sin esos diputados, la mayoría calificada opositora de 2/3 del parlamento no se pudo hacer efectiva y nunca se convocó a una nueva elección que repusiera esa representación amazonense.

3) La declaración que hizo el TSJ de la Asamblea Nacional como un órgano “en desacato” y por lo tanto sin posibilidad de tomar decisiones con fuerza legal durante todo el periodo que duró la legislatura. Tal declaración ocurrió después de que la mayoría legislativa terminara por dar posesión a los electos amazonenses a pesar de la nulidad decretada de su elección.

4) La dilatación arbitraria de los procedimientos y el uso de tribunales de nivel regional para invalidar parte del proceso para la realización de un referendun de revocación del mandato presidencial, conforme a lo dispuesto por el art. 72 constitucional y que había sido ya programado para que ocurriera el primer trimestre de 2017³².

5) La convocatoria para la elección de una Asamblea Nacional Constituyente en julio de 2017, la cual nunca llegó a proponer modificaciones constitucionales, pero sí usurpó de forma efectiva las atribuciones legislativas reservadas para la Asamblea Nacional electa

31 Otros relatos más extensos y contextualizados sobre ese periodo crítico que se extiende entre las elecciones parlamentarias de 2015 y las presidenciales de 2018 están disponibles en los artículos publicados por Margarita López Maya(2018) y Armando Chaguaceda y María Puerta(2017).

32 Una descripción amplia sobre los hechos y violaciones cometidas por las autoridades electorales y judiciales para impedir la implementación de este mecanismo constitucional de democracia participativa se puede consultar en José Ignacio Hernández(2017).

en 2015.

6) La emisión de las sentencias 155 y 156 del TSJ a fines de marzo de 2017, con las que se intentaba usurpar competencias exclusivas del Poder Legislativo mientras el parlamento se mantuviera “en desacato”. Estas medidas fueron denunciadas como una ruptura del orden constitucional por parte de la Fiscal General, Luisa Ortega Díaz³³, quien terminaría siendo destituida de su cargo en agosto de ese mismo año.

7) La brutalidad de la represión desplegada contra la protestas que, entre abril y julio de 2017, exigían respeto a las funciones de la Asamblea Nacional y de la Fiscalía, el restablecimiento del cronograma de elecciones que había sido suspendido el año anterior, la liberación de los presos políticos y el establecimiento de un canal de ayuda humanitaria³⁴.

8) La realización de nombramientos para el Consejo Nacional Electoral (CNE) y otras instancias de los poderes públicos por instancias distintas de la Asamblea Nacional electa en 2015, violando procedimientos establecidos constitucionalmente.

9) La imposición de obstáculos extraordinarios para dificultar que partidos y potenciales candidatos opositores compitieran en la elección presidencial de 2018, así como la manipulación de los tiempos y procedimientos electorales para favorecer al oficialismo³⁵.

Estos episodios son movimientos puntuales del deterioro acentuado de la institucionalidad democrática en Venezuela que ocurrieron en paralelo a un proceso de creciente militarización de la vida pública³⁶, de la gestión del Estado y de sectores de la economía nacional. Esto le permitió al madurismo minimizar los riesgos de una nueva asonada militar, al tiempo que fortaleció capacidades represivas para suprimir todo tipo de expresiones de descontento y protesta popular, especialmente las que se extendieron entre abril y julio de 2017. Con esto, el catálogo de violaciones sistemáticas a los derechos humanos se amplió considerablemente para el caso de Venezuela³⁷. Incluidas ahí los atropellos a las comunidades indígenas que se encuentran en el camino del proyecto extractivista del Arco Minero en el sur del país, una fuente de ingresos que el Estado venezolano ha explotado bajo gestión de las Fuerzas Armadas y que ha sido una importante alternativa económica ante el deterioro que ha sufrido su industria petrolera³⁸.

De manera que la proclamación de Nicolás Maduro como presidente reelecto por segunda vez la noche del 28 de julio de 2024 y su posterior ratificación por los poderes electoral y judicial, sin haber cumplido con los procedimientos básicos de conteo y verificación de votos previstos en la legislación venezolana³⁹, es un episodio más, aunque quizá más difícil de ocultar o minimizar, en la consistente senda autoritaria por la que optaron en

33 El testimonio de la propia fiscal sobre el proceso desencadenado por dichas sentencias está disponible en Ortega Díaz(2018).

34 Para una cronología de los hechos, análisis de esa coyuntura y compilación de datos sobre el saldo de la represión ofrecidos por diversas fuentes de organismos venezolanos e internacionales, consultar el volumen organizado por Rafael Uzcátegui(2018).

35 Un recuento pormenorizado de las las medidas que viciaron ese proceso electoral puede leerse en un manifiesto emitido en mayo de 2018 por organizaciones civiles y de derechos humanos disponible en: <https://provea.org/actualidad/ong-y-sociedad-civil-las-elecciones-del-20-de-mayo-no-seran-libres-ni-creibles/>

36 Sobre el proceso de militarización, ver: Jácome (2018).

37 Ver, por ejemplo, los informes de la misión independiente de determinación de los hechos sobre la República Bolivariana de Venezuela, establecida por la Comisión de Derechos Humanos de la ONU (CDHONU) en 2019. Su última entrega data de septiembre de 2024 y está disponible en: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/sessions-regular/session57/advance-versions/a-hrc-57-57-es.pdf>

38 Un informe específico de la antes mencionada misión independiente de la CDHONU publicado en 2022 sobre la situación de los derechos humanos en el Arco Minero del Orinoco que incluye las afectaciones a los pueblos indígenas está disponible en: <https://www.ohchr.org/sites/default/files/documents/hrbodies/hrcouncil/ffmv/2022-09-20/FFMV-CRP-2-Spanish.docx>

39 Javier Corrales y Dorothy Kronick(2025)ofrecen un recuento de las circunstancias bajo las que transcurrió la elección presidencial de 2024 y los intentos gubernamentales por ocultar los resultados de la votación.

Miraflores desde 2015 ante la constatación de su quizá irreparable incapacidad de ganar elecciones como en tiempos de Chávez.

Los costos de apoyar al madurismo

Parte importante del problema venezolano para las izquierdas de la región es que la deriva autoritaria del madurismo está fincada sobre la exacerbación de prácticas que han sido y son combatidas por ellas mismas en sus respectivas arenas políticas. Es posible que una cierta dosis de disonancia cognitiva esté en el origen del amplio espectro de actitudes tolerantes y comprensivas que parte importante de los movimientos y liderazgos progresistas de la región han cultivado en su apreciación del proceso político venezolano de los últimos diez años. Sin embargo, la intensidad y la gravedad de la crisis en la que está sumergido ese país no solo empeora significativamente la situación de sus ciudadanos en todos los niveles, sino que sus efectos hace tiempo ya que transbordan las fronteras venezolanas, transformándose en un problema colectivo para la región. Así, ofrecer respaldo o condescendencia hacia el régimen madurista produce para las izquierdas el debilitamiento de varias de sus posiciones más preciadas en batallas que libran en su propio terreno.

Antes de Maduro, ya era común que un encuadramiento negativo de la experiencia chavista, con o sin fundamentos sólidos, formara parte del repertorio de partidos y liderazgos de la derecha latinoamericana para aspa ventar en tiempos electorales con el supuesto peligro de “venezuelización” en caso de que algún candidato del espectro izquierdista conquistara el gobierno por la vía de las elecciones. A principios de este siglo, durante la llamada “marea rosa” en América Latina, el chavismo era uno entre varios de los perfiles de izquierda que ascendieron a posiciones de poder en diversos países. Algunos ciertamente más alineados que otros con el chavismo en cuanto a sus horizontes programáticos y prácticas concretas. Pero la reducción para fines propagandistas de todo el espectro de las izquierdas a un supuesto modelo castro-chavista servía para reavivar viejos temores oriundos de la guerra fría y del recelo ante el recorrido fantasmagórico del comunismo, tratando así de desinflar cualquier alternativa a la cartilla neoliberal hegemónica en los 90. Hoy en día, ante la consolidada involución autoritaria del madurismo y la magnitud de la crisis humanitaria que ahí se ha producido, dejarse asociar con el supuesto socialismo bolivariano en su versión madurista es un obsequio tan formidable como innecesario que las izquierdas latinoamericanas le ofrecen a sus adversarios.

Ahora bien, la última década ha incorporado nuevos actores al rol de jugadores relevantes a las arenas políticas latinoamericanas y varios de ellos no solo se han revelado antagonistas formidables de las izquierdas y muchas de sus banderas, sino que también amenazan con debilitar algunas de las bases de la institucionalidad y convivencia democráticas que, con todas sus imperfecciones, se habían logrado echar a andar desde hace más o menos cuatro décadas. Liderazgos como el de José Antonio Kast, en Chile, Nayib Bukele, en El Salvador, Javier Milei, en Argentina y Jair Bolsonaro, en Brasil, crecen al amparo de sus banderas ultraneoliberales y/o ultraconservadoras en agendas sociales. Pero también han logrado rehabilitar en la esfera pública modelos inspirados en el pasado autoritario dictatorial en sus respectivos países. O bien, en los casos más extremos, han protagonizado intentos de golpe de Estado contra gobiernos electos, como en el caso de la invasión a la sede de los poderes del Estado en Brasilia protagonizada por simpatizantes del expresidente Bolsonaro. Segmentos de la izquierda que actúan en los ámbitos partidario, de movimientos sociales, de los sindicatos y también en la esfera académica han naturalmente sumado sus voces a la denuncia y el combate de estas fuerzas, debido a los riesgos de regresión autoritaria que representan. Pero, ¿cómo quedan las izquierdas en esa contienda si al mismo tiempo asumen como legítima o aceptable la conducción del proceso político en la Venezuela de Maduro? ¿Cómo lograrán mantenerse convincentes en esa postura ante la presencia creciente en sus propios territorios de ciudadanos venezolanos que se han visto forzados a abandonar su país precisamente por el agravamiento de esas adversidades no reconocidas o minimizadas?

Hay prácticas sobre las que difícilmente veríamos a las izquierdas de la región asumir su defensa entusiasmada en los respectivos contextos, pero se solapan, se omiten o se ignoran para el caso venezolano. Entre ellas están la cesión a corporaciones militares de la gestión y control de ministerios no vinculados a la defensa nacional, de gobiernos estatales, de empresas públicas y sectores de la economía. El uso abusivo y ostensivo de los recursos del Estado para favorecer a candidatos oficialistas en tiempos electorales. La implementación a gran escala de actividades de extracción de minerales con impactos significativos para el medio ambiente y el atropello de los derechos de comunidades indígenas y su entorno. ¿Por qué, entonces, para parte de las izquierdas en el continente sigue siendo razonable estar de lado, o al menos, no incomodarse demasiado con el gobierno que opera desde Caracas?

Argumentos desde la izquierda para mantenerse con Maduro:

Hay una parte de las izquierdas que sostienen que la institucionalidad democrática en Venezuela goza de plena salud y que todo lo que fue expuesto en el primer apartado de este texto no pasa de una acumulación de falsedades o tergiversaciones difundidas como parte de una operación mediática difamatoria de la derecha global. Así se ha posicionado, por ejemplo, el diario La Jornada⁴⁰, referente periodístico mediático de la izquierda en México. En esa línea también es posible encontrar en textos publicados en el semanario Brasil de Fato (Leonel Júnior, 2024), de menor envergadura pero también actuante en el ecosistema mediático de las izquierdas.

Hay otras posiciones que han tenido que reconocer algún grado de deterioro en los patrones de convivencia democrática vigentes en Venezuela, pero ofrecen diversos argumentos para atenuar la gravedad de la situación o exponer elementos del contexto internacional que interfieren en el proceso. Uno de esos elementos es el de las sanciones económicas impuestas por Estados Unidos y otros actores externos, las cuales tendrían dos efectos encadenados: en primer lugar, serían las principales responsables por el deterioro acentuado de la economía nacional y sufrimiento de la población (Furtado, 2024; Maringoni 2024). Y en segundo lugar, el declive en las preferencias electorales del madurismo sería por lo tanto consecuencia de este acoso externo y si acaso el pleno funcionamiento democrático en el país se ha visto comprometido es porque el régimen ha tenido que implementar mecanismos de defensa ante esas agresiones externas (Maringoni, 2024).

Otra línea de argumentación se enfoca en el papel de Estados Unidos como uno de los principales actores que han presionado a los gobiernos venezolanos en nombre de la democracia. La diputada del Partido Comunista de Chile, Carmen Herz, se expresaba en esa línea cuando en una entrevista con el diario La Tercera⁴¹ enfatizó que no le podía reconocer a Estados Unidos legitimidad democrática para liderar una arremetida contra Venezuela⁴². Los argumentos vinculados con la geopolítica del petróleo también suelen aparecer para posicionarse del lado de Caracas y en contra del persistente proyecto imperialista de revertir las reformas nacionalistas a la industria petrolera venezolana, que controla las mayores reservas mundiales del crudo - como suele recordarse -, para apoderarse de las mismas tan pronto como un gobierno opositor llegue al poder (Leonel Júnior, 2024; Maringoni, 2024).

40 Ver, por ejemplo, el Editorial de la edición del 9 de septiembre de 2024. “Venezuela: ¿vuelta a la normalización?”. <https://www.jornada.com.mx/2024/09/09/edito/002a1edi> (Consultado el 09/09/2024).

41 La Tercera, 28/08/2024. “Carmen Hertz (PC) afirma que en Venezuela “hay una libertad de expresión bastante más grande” que en Chile”. Disponible en: <https://www.latercera.com/politica/noticia/hertz-pc-se-demarca-de-tildar-a-venezuela-como-dictadura-porque-hay-libertad-de-expresion-bastante-mas-grande-que-en-chile/F2OQPG6JTRFPZPLASGOBKUKLAE/> (Consultado el 28/08/2024).

42 Previamente el Partido Comunista de Chile había divulgado su posición oficial en una nota en la que respaldaban la petición para que el CNE divulgara el desglose de los resultados electorales en un proceso validado por veedores internacionales imparciales. Ver: La Tercera, 25/08/2024. “PC pide que se entreguen actas de elecciones en Venezuela y llama a la comunidad internacional a “abstenerse de adoptar posturas” que deriven en clima de confrontación”. Disponible en: <https://www.latercera.com/politica/noticia/pc-pide-que-se-entreguen-actas-de-elecciones-en-venezuela-y-llama-a-la-comunidad-internacional-a-abstenerse-de-adoptar-posturas-que-deriven-en-clima-de-confrontacion/MEU7YAA2WZFDGCBX74JCE6BEM/> (Consultado el 25/08/2024).

La resiliencia de las posturas promaduristas también se ha fundamentado en resaltar el perfil de la oposición, frecuentemente asociada a la extrema derecha mundial y a un repertorio de métodos esencialmente violentos de movilización (Leonel Júnior, 2024). Así, denunciar la deriva autoritaria del madurismo sería no solo hacerle el juego a esa derecha, sino también implicaría aceptar como razonable que esas fuerzas conservadoras ocupen posiciones de poder.

En la coyuntura actual, y ante la constatación de que el poder electoral venezolano no presentará públicamente el soporte documental y el detalle de los resultados que sustenten la supuesta victoria de Maduro, emerge una nueva línea de argumentación que ya no se esfuerza en defender que hay algún tipo de legalidad en ese proceso. Admite entonces que el pleno apego a los procedimientos de la democracia electoral liberal es secundario o superfluo cuando lo que está en juego es una batalla mucho más importante. Así, las elecciones presidenciales en Venezuela serían solamente un capítulo menor dentro de una disputa geopolítica más amplia y más relevante de alcance planetario (Altman, 2024; Furtado, 2024) o entre el eje de poder global Occidente / Oriente (Maringoni, 2024).

Excluyendo las posturas que de plano niegan que exista cualquier proceso de deterioro en el sistema democrático venezolano, no cabe duda que las izquierdas latinoamericanas tienen buenas razones para desconfiar de la sinceridad del compromiso democrático del gobierno estadounidense para concluir que el control sobre el petróleo es un factor importante en esa disputa, para denunciar el rol que han jugado las sanciones en el deterioro de las condiciones de vida de la población y para exponer sus reservas ante una oposición que alberga facciones que ya han apostado por alternativas insurreccionales y golpistas.

No obstante, convendría un rastreo un poco más fino del proceso venezolano en las dos décadas y media de gobiernos chavistas para percatarse de que durante buena parte de ese periodo, incluyendo las coyunturas de auge y mayor activismo internacional, el nacionalismo petrolero de Hugo Chávez convivió con esquemas de asociación con grandes corporaciones del sector, garantizando también que fluyera el suministro de crudo hacia el mercado estadounidense⁴³. Habría que incorporar también al análisis la trayectoria de la gestión económica del país, que, a pesar de las promesas y la retórica, nunca dejó de girar alrededor de un modelo rentista que ya enfrentaba serias dificultades antes de que se comenzaran a imponer sanciones y que se quedó muy lejos de la construcción de un sistema productivo endógeno y socialista⁴⁴.

Sumergirse igualmente en la trayectoria de las fuerzas opositoras, que lejos de constituir un bloque homogéneo de extrema derecha, ha estado siempre conformada por una pluralidad de partidos, movimientos y actores, algunos inclusive de izquierda⁴⁵. Aunque actualmente la coalición opositora esté encabezada por María Corina Machado, de convicciones ultraliberales que frecuentemente se ha pautado por las tácticas más insurreccionales, se trata de un frente que ha pasado por fases tanto de convergencia como de desentendimientos severos. Machado encabezaba un movimiento que era minoritario hace poco más de diez años, pero que se ha venido fortaleciendo a medida que se cierran los canales institucionales para el ejercicio del disenso y la contestación abierta del poder público. Habría entonces qué preguntarse si es solo por causa de sanciones y acoso externo que en un periodo de 12 años el péndulo electoral que se mantenía favorable a Chávez hasta poco antes de su muerte se ha decantado de forma tan drástica hacia un perfil con un proyecto aparentemetne tan opuesto.

43 Sobre la importancia de la asociación con inversionistas tradicionales de la industria petrolera para sustentar el modelo chavista de extracción, ver Rosales(2018).

44 Son numerosos los estudios y análisis que se han producido sobre la gestión económica en Venezuela en las distintas fases del periodo chavista. Algunos de ellos han enfatizado el gran desfase que existe entre el discurso oficial que afirma estar en transición hacia el socialismo y la profundización de un modelo de acumulación rentista bajo el control de sectores de la cúpula gubernamental, militares y actores informales. Por ejemplo, Puente y Rodríguez(2020), Bull y Rosales(2020), Sutherland(2018), Lander(2018) y Dachevsky y Kornblihtt (2017).

45 En Pérez Flores(2011) desarrollé un panorama descriptivo de los distintos bloques ideológicos que se esforzaban por articular un frente común opositor desde los tiempos de Chávez.

Reflexiones finales

A lo largo del periodo al que nos hemos referido aquí, han sido igualmente numerosos los actores que desde la izquierda han demarcado sus distancias ante la profundización autoritaria y deterioro social, político e institucional en la Venezuela madurista. Al más alto nivel, ha sido el gobierno de Chile, al mando de Gabriel Boric, quien quizá expresa con mayor claridad ese distanciamiento e incluso la denuncia abierta. Más recientemente, las fuerzas de izquierda que gobiernan en Bogotá, Brasilia y la Ciudad de México también han establecido sus reservas y hasta ahora no le han otorgado reconocimiento a Maduro como presidente reelecto. Movidos por un ánimo de conciliación y aspirando a jugar un papel mediador, tampoco han llegado al punto de la denuncia de fraude, como sí se ha hecho desde Santiago de Chile, o al de reconocer a Edmundo González Urrutia, el candidato opositor, como vencedor de las elecciones. De esa forma, los gobiernos de Gustavo Petro, Lula da Silva y Claudia Sheinbaum muestran que el alineamiento con las formas y procedimientos preferidos en Washington no es el único camino posible. Aunque siguen acusando muchas dificultades para admitir que en Caracas se dirige un proceso abierto de regresión autoritaria desde hace tiempo. Dar ese paso tampoco tendría que significar la obligación de aprobar todo lo que los opositores venezolanos piensen o apoyar sus métodos y alianzas. La omisión, sin embargo, le ofrece a las fuerzas más recalcitrantes de la derecha continental la oportunidad de transitar con comodidad por los espacios de la disputa por la legitimidad democrática en el continente.

Mientras tanto, Nicolás Maduro ha dejado claro que no tolerará cuestionamientos a su reelección por ningún actor internacional y hasta ahora no ha mostrado ninguna voluntad de apertura a una negociación que implique la posibilidad de abandonar la ruta por la que ha transitado desde 2015. A casi una década de ese punto de inflexión, no se vislumbran señales claras de que ese rumbo pueda modificarse substancialmente. Los costos para las izquierdas de no distanciarse de uno de los experimentos autoritarios más avanzados de la región tienden a aumentar, a no ser que resulte de hecho convincente la idea de que la defensa del régimen de Maduro es lo que nos mantiene a salvo de caer en un precipicio imperialista en medio de una disputa planetaria,

Referencias bibliográficas

Altman, Breno, dir. 2024. “Na Venezuela ocorre uma batalha crucial entre o imperialismo e o campo antiimperialista”. Forum TV. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=-mx0H90r9Ug>

Bull, Benedicte, y Antulio Rosales. 2020. “Into the shadows: sanctions, rentierism, and economic informalization in Venezuela”. *European Review of Latin American and Caribbean Studies/Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, núm. 109, 107–33.

Chaguaceda, Armando, y María Isabel Puerta. 2017. “Decadencia autoritaria en Venezuela: proceso histórico y desarrollos recientes”. *Diálogo Político* 34 (2): 152–68.

Corrales, Javier, y Dorothy Kronick. 2025. “How Maduro Stole Venezuela’s Vote”. *Journal of Democracy* 36 (1): 36–49.

Dachevsky, Fernando, y Juan Kornblihtt. 2017. “The Reproduction and Crisis of Capitalism in Venezuela under Chavismo”. *Latin American Perspectives* 44 (1): 78–93. <https://doi.org/10.1177/0094582X16673633>

Furtado, André Luiz. 2024. “Venezuela entre a democracia e o imperialismo”. *Jornal GGN*, el 16 de agosto de 2024. <https://jornalgggn.com.br/america-latina/venezuela-entre-democracia-e-imperialismo-por-andre-furtado/>

Hernández, José Ignacio. 2017. “La violación del derecho al referendo revocatorio presidencial en Venezuela”. *Revista de la Facultad de Derecho de México* 67 (269): 791–818.

Jácome, Francine. 2018. “Los militares en la política y la economía de Venezuela”. Nueva Sociedad, núm. 274, 119–28.

Lander, Edgardo. 2018. “El Estado mágico sigue ahí: Las continuidades y rupturas en la historia del petroestado venezolano”. Nueva Sociedad | Democracia y política en América Latina, núm. 274, 30–43.

Leonel Júnior, Gladstone. 2024. “Se a Venezuela cai para a extrema direita, toda a América Latina cairá”. Brasil de Fato, el 13 de agosto de 2024. <https://www.brasildefato.com.br/2024/08/13/se-a-venezuela-cai-para-a-extrema-direita-toda-a-america-latina-caira>.

López Maya, Margarita. 2018. “El colapso de Venezuela. ¿Qué sigue?” Pensamiento propio, núm. 47, 13–36.

Maringoni, Gilberto. 2024. “Venezuela: precisamos perder a hipocrisia”. Jornal GGN, el 10 de agosto de 2024. <https://jornalggn.com.br/america-latina/venezuela-precisamos-perder-a-hipocrisia-por-gilberto-maringoni/>

Ortega Díaz, Luisa. 2018. “Ministerio Público y protestas de 2017: la represión y el desmantelamiento del Estado de Derecho”. En 2017 Año de protestas y rebelión, editado por Rafael Uzcátegui, 17–24. El Estilete.

Pérez Flores, Fidel. 2011. “Mesa da Unidade Democrática: adversário temível para Hugo Chávez em 2012?” Observador On-line 6 (6). http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/81_observador_topico_Observador_v_6_n_6.pdf

Puente, José Manuel, y Jesús Adrián Rodríguez. 2020. “Venezuela en etapa de colapso macroeconómico: un análisis histórico y comparativo”. América Latina Hoy 85 (0): 55-72–72. <https://doi.org/10.14201/alh.21992>

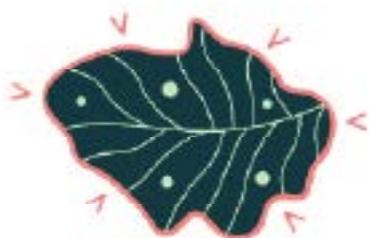
Rosales, Antulio. 2018. “Pursuing Foreign Investment for Nationalist Goals: Venezuela’s Hybrid Resource Nationalism”. Business and Politics 20 (3): 438–64. <https://doi.org/10.1017/bap.2018.6>

Salinas, Alejandro, y Federico Andreu-Guzmán. 2017. “El Tribunal Supremo de Justicia de Venezuela: un instrumento del Poder Ejecutivo”. Ginebra: Comisión Internacional de Juristas.

Sutherland, Manuel. 2018. “La ruina de Venezuela no se debe al «socialismo» ni a la «revolución»”. Nueva Sociedad, núm. 274. <https://biblat.unam.mx/es/revista/nueva-sociedad/articulo/la-ruina-de-venezuela-no-se-debe-al-socialismo-ni-a-la-revolucion>

Uzcátegui, Rafael, ed. 2018. 2017: Año de protesta en rebelión. Caracas: El Estilete.





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Como passar do nível técnico ao estratégico? Recomendações para a estratégia internacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA)

Marianna Albuquerque⁴⁶

Introdução

Criada a partir da assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) de 1978, o surgimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em 1998, teve o objetivo de consolidar institucionalmente a consecução da cooperação entre os países da Pan-Amazônia. Em seus anos iniciais, no entanto, os resultados foram aquém do esperado, impactados por um contexto de mudanças e instabilidades nacionais, regionais e internacionais. A organização esteve praticamente paralisada em sua competência política até 2023, mantendo apenas um nível baixo de atividades de escopo técnico.

Com a convocação da IV Cúpula da Amazônia, em agosto de 2023, criou-se a expectativa de que a OTCA seria relançada sobre novas bases, mais sólidas e mais atuantes. Argumentamos nesse paper, no entanto, que os compromissos assumidos na Declaração de Belém, assinada por ocasião da Cúpula, conquanto importantes nos níveis simbólicos e técnicos, ainda carecem de avanços no nível estratégico. Uma lacuna ainda pouco explorada tanto na literatura quanto na prática política é a promoção deste fortalecimento da OTCA via colaboração e participação em organizações multilaterais. Após um panorama da evolução da organização e do atual estado das relações entre a OTCA e organizações multilaterais como ONU, OEA e União Europeia, são tecidas recomendações para que a OTCA fortaleça sua presença ativa e propositiva no sistema internacional, sem limitar suas ações à recepção de recursos do Norte Global.

A OTCA: criação, paralisia e 'relançamento'

Em 1972, Estocolmo, capital da Suécia, foi o palco de uma das primeiras iniciativas internacionais que colocou o meio ambiente no centro da agenda multilateral. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano teve como grande mote o embate entre as visões dos países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Os desenvolvidos defendiam que os problemas ambientais seriam maximizados se os recursos naturais se esgotassem e se o crescimento econômico e demográfico não fosse contido. Por sua vez, os países em desenvolvimento defendiam que tinham direito ao desenvolvimento e que problemas ambientais eram majoritariamente devido aos modelos de desenvolvimento do Norte, à

⁴⁶ Professora do Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IRI-D-UFRJ). Coordenadora do Observatório Político Sul-Americano (OPSA).

falta de cooperação técnica e à má distribuição da riqueza internacional (Corrêa do Lago, 2013). Por ser um tema que desafia o confinamento às fronteiras territoriais dos Estados, houve convergência em torno da ideia de criar uma instância internacional com o objetivo de monitorar, conscientizar e prevenir a continuidade da degradação ambiental. Criou-se, portanto, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com sede em Nairóbi, no Quênia.

A partir dos debates em Estocolmo, iniciou-se o consenso de que o meio ambiente era uma responsabilidade coletiva, mas também aumentou a politização de que os danos a ele não eram causados por todos os países na mesma proporção, de modo que ideias do Norte de que ecossistemas deveriam ser tratados como “patrimônios da humanidade” foram tensionadas pelo Sul. Para o Brasil, sob o regime de ditadura militar, a junção das palavras “meio ambiente” e “coletivo” soava como uma ameaça à soberania e aos recursos naturais da Amazônia – que, conquanto não era exclusivamente brasileira, possui a maior parte de sua cobertura florestal em território brasileiro e se configurava em uma área pivô para o projeto desenvolvimentista-autoritário dos militares (Silva, 1967).

A primeira movimentação por parte do Brasil para envolver os demais países amazônicos na estratégia de não-interferência na região culminou em uma aproximação com o Peru. Ambos, por sua vez, ensejaram esforços para formular o primeiro documento sobre o assunto, envolvendo, posteriormente, os demais Estados do bioma. Como resultado, em 1975 foi assinado o Acordo para a Conservação da Flora e da Fauna dos Territórios Amazônicos e, como decorrência, instituiu-se o Comitê Intergovernamental para a Proteção e o Manejo da Flora e da Fauna Amazônicas, prevendo ações cooperativas para a região (Filippi e Macedo, 2021).

Três anos depois, em 1978, os países deram um passo além e assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), agora contemplando todos os integrantes do bioma: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela. O documento entrou em vigor em 1980, e foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro por meio do decreto n. 85.050/1980⁴⁷. Pelo texto do tratado, e em decorrência do contexto em que foi assinado, identificam-se como objetivos principais do instrumento a garantia da competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia, a autonomia das partes para o desenvolvimento regional, considerando a utilização racional dos recursos e o equilíbrio com o imperativo de conservação do meio ambiente, bem como a troca de informações e a cooperação (Montenegro, 2000; Ricupero, 1984). O texto, no entanto, arrolava princípios e intenções gerais, sem trazer direitos e deveres concretos nem temas sociais ou direcionados às populações amazônicas, tampouco dispositivos para solucionar controvérsias ou monitorar e, eventualmente, sancionar o descumprimento de suas premissas (Filippi e Macedo, 2021).

Em sua formulação original, o TCA era um acordo, sem aparato institucional, cujo prosseguimento e formulação se dariam por meio de reuniões dos Ministros de Relações Exteriores dos Estados Amazônicos, tendo a primeira sido realizada em 1980, em Belém do Pará. A ausência de um apoio fixo e de profissionais dedicados às temáticas do acordo foram, nos anos seguintes, um empecilho para seu desenvolvimento institucional, o que não passou despercebido pelos seus membros. A janela de oportunidade para o aprofundamento organizacional veio na década de 1990.

Assim como a Conferência de Estocolmo foi importante para internacionalizar o debate sobre a proteção ambiental, a Rio92 foi fundamental para requalificá-lo. Realizada no Rio de Janeiro, em 1992, com o nome oficial de Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento, o encontro ocorreu em um momento no qual as conjunturas domésticas e internacionais eram significativamente diferentes das de 1972. O Brasil, assim como seus vizinhos, havia recentemente passado pela redemocratização, com a consciência dos novos governantes de que, em áreas como direitos humanos e meio ambiente, era necessário que o Brasil “renovasse suas credenciais” (Fonseca Jr., 1998) para se desvincular da imagem

47 Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85050-18-agosto-1980-434445-publicacaooriginal-1-pe.html> (acesso em 14 de julho de 2024)..

da ditadura. No encontro, foram aprovados documentos fundacionais para a proteção ambiental: a Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudança do Clima (UNFCCC, da sigla em inglês), a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Declaração de Princípios sobre as Florestas (Corrêa do Lago, 2013).

Ainda nesse contexto, o fim do socialismo real, simbolizado pela derrocada da União Soviética, e o avanço da globalização estimularam sobremaneira a criação de arranjos de integração regional. Em 1991, foi assinado o Tratado de Assunção, que estabeleceu o Mercosul. Em 1992, veio o Tratado de Maastrich, que criou a União Europeia. Em 1994, o Acordo de Marrakesh, que instituiu a Organização Mundial do Comércio.

Foi nesse contexto de aprofundamento da agenda temática, desde a Rio92, e de estímulo aos arranjos interestatais, como os exemplificados acima, que, em 1995, os signatários do TCA resolveram dar mais um passo adiante na institucionalização do acordo e estabelecer uma Secretaria Permanente, com sede em Brasília. O objetivo era superar as dificuldades internas e a relação entre a falta de quadros permanentes e a baixa efetivação das propostas. De acordo com Filippi e Macedo (2021, p. 200), tal mudança foi bem recebida,

sendo a finalidade perseguida com a revisão de sua estrutura o reconhecimento de sua personalidade jurídica internacional, cujo novo status permitiria que a sua futura repartição administrativa, em caráter permanente, pudesse assinar acordos com organismos internacionais, atuar nos fóruns multilaterais e adquirir empréstimos internacionais para promover projetos de preservação ambiental e de infraestrutura importantes para a integração da região.

Como decorrência, em 1998 foi apresentado aos Poderes Legislativos dos signatários do TCA um protocolo que emendava o acordo original e instituiu a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), tendo como sede as instalações da Secretaria Permanente, em Brasília. A alteração entrou em vigor em 2002. De acordo com a nova estrutura, a OTCA⁴⁸ orienta seus trabalhos por meio da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), a partir de pilares político-diplomáticos, estratégicos e técnicos. Como meta geral, a organização busca criar sinergias entre governos, organizações multilaterais, agências de cooperação, sociedade civil, movimentos sociais, comunidade científica e setores produtivos para implementar os objetivos do TCA. A partir disso, a missão da OTCA é descrita na AECA como

Ser um fórum permanente de cooperação, intercâmbio e conhecimento, guiado pelo princípio de redução das assimetrias regionais entre os Países Membros; auxiliar nos processos nacionais de progresso econômico-social, permitindo uma paulatina incorporação desses territórios às respectivas economias nacionais; promover a adoção de ações de cooperação regional que resultem na melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia; atuar segundo o princípio do desenvolvimento sustentável e modos de vida sustentável, em harmonia com a natureza e o meio ambiente e levando em consideração a legislação interna dos Países Membros⁴⁹.

Além do Secretariado Permanente, a OTCA também desenvolve suas atividades em fóruns de nível político, a exemplo da manutenção da Reunião de Ministros das Relações Exteriores e, eventualmente, de Cúpulas de Presidentes Amazônicos. Os três primeiros encontros à nível presidencial foram realizados em 1989, 1992 e 2009. Após um longo hiato, a IV Cúpula foi realizada em 2023, conforme será detalhado.

As explicações para esse lapso temporal são multifacetadas. Podemos encontrar uma primeira camada explicativa no próprio contexto de incentivo de formação de novas organizações regionais. Novas estruturas contemporâneas à OTCA, como o Mercosul e a Comunidade Andina, acabaram ocupando um papel prioritário na agenda de seus membros por terem uma vinculação mais direta com a pauta comercial, central para a recuperação econômica e a estabilidade monetária que os países sul-americanos privilegiavam nos anos 90. Um segundo estrato se

⁴⁸ As informações sobre objetivos, atividades, missão e estrutura foram retiradas da página oficial da OTCA, disponível em: <https://otca.org/pt/> (acesso em 11 de julho de 2024).

⁴⁹ Disponível em: https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2021/03/AECA_PT.pdf (acesso em 11 de julho de 2024).

relacionou com a percepção da falta de resultados concretos e da desmobilização decorrente na OTCA. As reuniões não seguiam a periodicidade acordada e a falta de atenção das autoridades limitou a continuidade e a significância das medidas (Filippi e Macedo, 2021).

Um terceiro nível explicativo reside no cenário doméstico brasileiro que, ao ser a sede da organização e responsável pela maior porção florestal, tinha um peso significativo no grau de estímulo conferido à OTCA. Inicialmente, a integração amazônica figurava no centro da estratégia brasileira para a América do Sul, a exemplo do financiamento de projetos de infraestrutura via Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) (Santos, 2014). A continuidade da centralidade foi, no entanto, falha. Em 2002, com a entrada em vigor da OTCA, o Brasil criou, conforme previsto, a Comissão Nacional Permanente do Pacto Amazônico⁵⁰, formada por representantes e diversos ministérios e com a previsão de reunir-se trimestralmente. Esse engajamento não só não foi cumprido, como a estrutura e as funções da Comissão foram alteradas posteriormente, a exemplo da revogação realizada em 2020⁵¹, em conjunto com mudanças na disposição do Conselho Nacional da Amazônia Legal, parcialmente revertida em 2023, com a criação da Comissão Interministerial Permanente de Prevenção e Controle do Desmatamento⁵².

Uma quarta possibilidade interpretativa, esta de desenvolvimento mais recente, refere-se à mudança no perfil ideológico das lideranças dos países amazônicos – mesmo que, durante a “onda rosa”, quando houve um maior alinhamento regional no campo progressista, a OTCA também não tenha sido objeto de prioridade. A chegada ao poder de lideranças de orientação liberal, de direita e de extrema-direita, sobretudo na década de 2010, não só afastaram alguns países da agenda ambiental como aprofundaram a polarização entre os membros da OTCA, principalmente em relação à Venezuela e à Bolívia. Essa divisão foi expressa, também, em outras iniciativas regionais, a exemplo da Unasul, o que atestou a fragilidade e o enfraquecimento do multilateralismo sul-americano.

Em 2023, abriu-se um novo caminho para a retomada do projeto pan-amazônico. O retorno de Lula à presidência do Brasil foi marcado pela narrativa de reversão das políticas nocivas ao meio ambiente colocadas em prática pelo seu antecessor. Entre 2019 e 2022, o aumento das taxas de desmatamento da Amazônia brasileira, somado ao desmonte dos instrumentos e monitoramento e proteção da floresta e à redução do espaço cívico das populações nativas, havia resultado em consequências como o congelamento de repasses estrangeiros para o Fundo Amazônia. Logo em seu discurso de vitória, em outubro de 2022, Lula reafirmou o compromisso com o desmatamento zero, a retomada do monitoramento e da vigilância contra atividades ilegais, e a promoção do desenvolvimento sustentável⁵³.

Com isso, Lula anunciou, logo nos primeiros dias de seu governo, a convocação de uma cúpula de presidentes dos países-membros da OTCA, o que não acontecia, conforme mencionado acima, desde 2009. Para isso, pesou também favoravelmente outras mudanças de governo no entorno regional, a exemplo da eleição de Gustavo Petro e Francia Márquez, na Colômbia, cujo programa de governo possuía o combate às mudanças climáticas e a preservação da floresta como temas prioritários (Londoño Niño e Gonçalves, 2022). A boa relação de Lula com outras lideranças de países amazônicos, como Evo Morales e Nicolás Maduro, também foi um facilitador para o processo de tentativa de retomada da OTCA.

Em 8 e 9 de agosto de 2023, portanto, representantes dos oito membros da OTCA reuniram-se em Belém, no Pará, para a IV Cúpula da Amazônia. A então secretária-geral da OTCA, María Alexandra Moreira López, também esteve presente. Foram convidadas, adicionalmente, a França (devido ao posicionamento geográfico da Guiana Francesa como parte do bioma), São Vicente e Granadinas, Alemanha, Noruega, Indonésia e República Democrática do Congo⁵⁴. Na ocasião,

50 O decreto está disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2002/dnn9725.htm (acesso em 11 de julho de 2024)..

51 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2020/Decreto/D10450.htm#art2 (acesso em 11 de julho de 2024).

52 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2023-2026/2023/Decreto/D11367.htm#art14 (acesso em 11 de julho de 2024).

53 Veja a íntegra do discurso em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/10/31/leia-e-veja-a-integra-dos-discursos-de-lula-apos-vitoria-nas-eleicoes.ghtml> (acesso em 16 de julho de 2024).

54 Estes dois últimos estão, ao lado do Brasil, entre os países de maior cobertura florestal do mundo, e os três

foi assinada a Declaração de Belém⁵⁵, um documento que, apesar de simbolizar um interesse na construção de uma agenda comum, não trouxe compromissos concretos.

Como pontos positivos, foi celebrada a criação da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento e de órgãos voltados à difusão tecnológica e à proteção dos defensores de direitos humanos, do meio ambiente e dos povos indígenas. Em relação ao último ponto, foi estabelecido um observatório para ampliar a segurança física e jurídica dos defensores, um tema que reverberou mundialmente após os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips, no Vale do Javari, em 2022. Foi consolidado, ainda, o objetivo de mobilizar mais de US\$100 bilhões para projetos de proteção e desenvolvimento sustentável da floresta.

As críticas, entretanto, recaíram, principalmente, sobre dois pontos principais: a ausência de concretude nos compromissos e a leniência com a exploração de combustíveis fósseis na região. Em relação ao primeiro ponto, a Declaração não prevê, por exemplo, como os recursos serão mobilizados, nem qual será a fonte – se serão aportes dos membros da OTCA ou de captação externa, sobretudo direcionada aos países desenvolvidos, que possuem metas internacionalmente acordadas para financiar projetos climáticos no Sul Global. O documento também não previu um compromisso coletivo de desmatamento zero.

Sobre o segundo ponto, os debates circularam em torno de atritos entre o Brasil e a Colômbia. Enquanto Petro defendeu que a Declaração deveria rechaçar a exploração de petróleo na Pan-Amazônia, o governo brasileiro se opôs à ideia. A possibilidade da exploração offshore pela Petrobras, que segue sob análise do Ibama, foi estimulada a partir da descoberta de poços de petróleo no mar da Guiana, que também defende o direito de explorar tais recursos (Batista e Fritz, 2024).

Os resultados da Cúpula, portanto, apontam para caminhos ambivalentes. Apesar da iniciativa de reunir os membros da OTCA já possuir mérito em si - depois de mais de uma década, e em resposta a quatro anos de destruição -, analistas manifestaram a percepção de que os compromissos ficaram aquém das expectativas (Triani, 2023).

Houve, no entanto, desdobramentos relevantes nos meses que se seguiram à Cúpula⁵⁶, a exemplo da criação da Rede de Autoridades da Água (RADA) da OTCA, de articulações com o Fórum dos Governadores da Amazônia e do apoio à criação do Fórum de Cidades Amazônicas. Outro marco foi a aprovação da Declaração de Brasília, ao final da XIV Reunião de Ministros das Relações Exteriores, que contemplou a reativação das Comissões Especiais da OTCA, a criação da Comissão de Segurança Pública e Crimes Transfronteiriços, a realização da Primeira Reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento e o compromisso com a implementação do Acordo de Paris⁵⁷. Na área de cooperação em ciência e tecnologia, foi acordada a reativação das conexões entre a OTCA e a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), com o intuito de apoiar e validar as pesquisas do Painel Científico da OTCA e do Observatório Regional Amazônico. Outro compromisso previsto na Declaração de Belém cujos avanços ocorreram como consequência da Cúpula foi o lançamento de um grupo de trabalho para criar regras para o funcionamento do Parlamento Amazônico (Parlamaz) e para organizar sua vinculação à OTCA⁵⁸.

Há, no entanto, entraves que são igualmente percebidos em outros processos de integração

têm se articulado internacionalmente para demandar uma remuneração justa pelos serviços ambientais prestados pelas florestas. Veja mais em Triani, B. A Cúpula da Amazônia como plataforma para o fortalecimento da “OPEP do Carbono Florestal”. Boletim OPSA, n.3, 2023, pp. 37-42. Disponível em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/10/Boletim OPSA 2023 n3.pdf> (acesso em 16 de julho de 2024).

55 Disponível em: <https://otca.org/pt/wp-content/uploads/2023/10/Declaracao-de-Belem.pdf> (acesso em 16 de julho de 2024).

56 Para um monitoramento mensal da agenda da OTCA, veja os Monitores produzidos pelo Observatório Político Sul-Americano, no âmbito do projeto “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital Iniciativa Amazônia+10. Os Monitores estão disponíveis em: <http://opsa.com.br/projeto-governanca-pan-amazonica-monitores/> (acesso em 17 de julho e 2024).

57 Veja mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2023/12/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Novembro-2023.pdf> (acesso em 17 de julho de 2024).

58 Apesar de ter sido proposto em 1989, o Parlamaz ainda não possui suas atividades em plena operação. Veja mais sobre o grupo de trabalho em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/08/10/criacao-de-parlamento-amazonico-ganha-forca-com-declaracao-de-belem> (acesso em 17 de julho de 2024).

regional na América do Sul, decorrentes da polarização entre os países. Em fevereiro de 2024, María Alexandra Moreira López encerrou seu mandato como Secretária-Geral da OTCA, mas não houve convergência sobre sua sucessão após o Peru apresentar desacordo com o nome indicado pela Colômbia. O motivo foi o apoio demonstrado por Gustavo Petro ao ex-presidente peruano Pedro Castillo, em questionamento à legitimidade do governo de Dina Boluarte⁵⁹. Situação semelhante deixou a Unasul sem liderança, em 2014, quando também não houve um nome de convergência em meio à diversidade de visões sobre o futuro da organização (Antunes, 2021).

Podemos concluir preliminarmente, portanto, que, dos três pilares de atuação da OTCA – político-diplomático, estratégico e técnico –, os maiores avanços estiveram concentrados no último, com algumas medidas majoritariamente declaratórias e pouco concretas no âmbito político-diplomático, e baixo desenvolvimento de uma estratégia efetiva para maximizar o papel da OTCA. Somado a isso, como visto, os objetivos para a transformação do TCA em OTCA se relacionavam com a meta de conferir personalidade jurídica internacional à organização, o que a permitira assinar acordos com organismos internacionais, participar de fóruns multilaterais e adquirir empréstimos. A partir desse pano de fundo, a próxima seção busca analisar um potencial de fortalecimento institucional da OTCA até então pouco explorado: a conexão com outras organizações multilaterais que tem, progressivamente, incluído temas ambientais em suas agendas.

A cooperação da OTCA com organizações multilaterais: como passar do nível técnico ao nível estratégico?

Desde a criação da OTCA, e mesmo durante os anos de paralisia, a organização manteve um nível mínimo de cooperação com outras organizações multilaterais, sobretudo voltado à implementação de projetos. As três metas mencionadas na seção anterior - assinar acordos, participar de fóruns multilaterais e adquirir empréstimos – possuem um desenvolvimento altamente desigual, com a prevalência de acordos de cooperação técnica e do repasse de recursos para projetos. É observada uma lógica de cooperação Norte-Sul, em que organizações sediadas no Norte ou países desenvolvidos realizam aportes financeiros para o desenvolvimento de atividades na região amazônica. Com a retomada das atividades da OTCA após a Declaração de Belém, há uma tentativa de qualificar a interação entre a OTCA e as demais organizações, a partir de uma lógica de cooperação entre pares. Há indícios significativos de que a OTCA está montando um aparato institucional mais robusto para cumprir a meta de maior participação nos fóruns multilaterais, mas os resultados ainda são parciais.

Com a Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo, foram assinados, em dezembro de 2023⁶⁰, acordos entre a OTCA e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com ênfase no fortalecimento da segurança alimentar da população amazônica e da promoção da pesca sustentável. No mesmo mês, representantes da OTCA e da Organização Meteorológica Mundial (OMM) reuniram-se como resultado do memorando de entendimento assinado entre as duas instituições que prevê o compartilhamento de informações sobre questões científicas, tecnológicas e de desenvolvimento. Na reunião, foi debatida a possibilidade de a OMM cooperar com o Observatório Regional Amazônico e, em uma via de mão dupla, compartilhar informações e conhecimento com o Sistema de Observação Hidrológica da OMM.

Ainda na linha de produção de conhecimento, foi iniciada uma colaboração entre a OTCA e o Centro Regional para a Cooperação em Educação Superior na América Latina e Caribe, uma iniciativa promovida pela UNESCO, como preparação para a COP30, que será sediada pelo Brasil, em 2025. Ainda no âmbito da ONU, Freddy Mamani, Coordenador para os Assuntos Indígenas da OTCA, participou do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre as Questões Indígenas (UNPFII), ocasião em que defendeu uma maior colaboração entre a OTCA e o Fórum Permanente, em consonância com a Declaração de Belém⁶¹. Essa participação veio após a ONU

59 Veja mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Fevereiro-2024.pdf> (acesso em 17 de julho de 2024).

60 Veja mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Dezembro-2023.pdf> (acesso em 17 de julho de 2023).

61 Disponível em: <https://otca.org/unpfi-la-otca-destaca-la-importancia-de-los-pueblos-indigenas-en-el-foro>

conceder à OTCA, em dezembro de 2022, o status de observadora permanente, um indício positivo do potencial de desenvolvimento do pilar estratégico da OTCA.⁶² Destaca-se, ainda, a criação do Fundo Brasil-ONU para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, com o objetivo de fomentar alternativas econômicas para a região⁶³, e o lançamento do projeto Impacto Amazônia pelo Pacto Global da ONU, que prevê o engajamento do setor privado⁶⁴.

Já com a Organização dos Estados Americanos (OEA), o principal engajamento se dá em torno da implementação do projeto *Integrated and Sustainable Management of Transboundary Water Resources in the Amazon River Basin*⁶⁵, implementado pelo PNUMA e financiado pelo *Global Environmental Fund* (GEF) e outros Estados doadores, e que possui a OEA e a OTCA como entidades executoras. O objetivo do projeto, em execução desde o início dos anos 2000 e com orçamento superior a US\$ 53 milhões, é reforçar o quadro institucional da região para planejar e executar as atividades de proteção e de gestão sustentável dos recursos naturais amazônicos no contexto de avanço das mudanças climáticas. A OTCA não possui o status de observadora permanente na OEA⁶⁶, sendo a cooperação principalmente operacionalizada no nível técnico.

Com organizações dos países desenvolvidos, a lógica de doação Norte-Sul volta a aparecer. A União Europeia lançou, em 2019, o Programa Amazônia+, com objetivo de fortalecer os aparatos legais para combate ao desmatamento⁶⁷, no contexto do desmonte do governo Bolsonaro. Em 2023, em parceria com a agência alemã de cooperação (*Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ*), a UE financiou atividades com o objetivo de construir o Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua para o Gerenciamento Integrado de Incêndios entre os Países Membros da OTCA (MoUIFM) e engendrar esforços para a implementação da Rede Amazônica do Manejo Integrado do Fogo (RAMIF)⁶⁸.

Já a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) mobilizou o financiamento de aproximadamente US\$ 3 milhões para o projeto Fortalecimento da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, que tem como objetivo consolidar iniciativas previstas na Declaração de Belém, como o Observatório Regional Amazônico, a criação de um Painel Técnico-Científico Intergovernamental da Amazônia, de um Plano Regional de Diversidade Biológica da OTCA e do desenvolvimento de uma Estratégia de Gestão de Risco de Desastres na Amazônia contra o Fenômeno El Niño⁶⁹.

Com bancos multilaterais, destaca-se a relação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sobretudo devido à estratégia “Amazônia Sempre” que, com apoio de agências de cooperação internacionais, tem a meta de mobilizar mais de US\$ 400 milhões para projetos de sustentabilidade na região⁷⁰. Com o Banco Mundial, por meio do Programa de Paisagens Sustentáveis da Amazônia, foram elaborados estudos sobre a elaboração de políticas

[permanente-de-la-onu/](#) (acesso em 17 de julho de 2023).

62 Ver mais em: <https://otca.org/pt/assembleia-geral-da-onu-concede-status-de-observadora-permanente-a-otca/> (acesso em 17 de julho de 2023).

63 O Fundo foi criado em 2023, em parceria com o Consórcio Interestadual da Amazônia Legal. Mais informações em: <https://brasil.un.org/pt-br/241716-brasil-e-onu-lan%C3%A7a-fundo-para-amaz%C3%B4nia> (acesso em 17 de julho de 2023).

64 O Pacto Global da ONU é uma iniciativa que almeja a promoção das práticas de sustentabilidade no setor empresarial. Mais informações sobre o projeto Impacto Amazônia estão disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/noticia/pacto-global-da-onu-no-brasil-lanca-impacto-amazonia-e-propoe-participacao-ativa-das-empresas-para-manter-floresta-em-pe/> (acesso em 17 de julho de 2024).

65 Mais informações em: https://otca.org/en/ctp_otca_projetos/actio-unep-gef-project-integrated-and-sustainable-management-of-transboundary-water-resources-of-the-amazon-river-basin-considering-variability-and-climate-change/#infos (acesso em 17 de julho de 2024).

66 Há o precedente para que organizações internacionais adquiram esse status uma vez que a União Europeia possui tal prerrogativa. Para a lista completa de observadores da OEA, ver https://www.oas.org/en/ser/dia/perm_observers/countries.asp (acesso em 17 de julho de 2024).

67 Veja mais em: https://www.fiiapp.org/en/proyectos_fiiapp/amazonia-programme/ (acesso em 17 de julho de 2024).

68 Veja mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/01/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Dezembro-2023.pdf> (acesso em 17 de julho de 2023).

69 Veja mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Fevereiro-2024.pdf> (acesso em 17 de julho de 2024).

70 Veja mais em: <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/topicos/amazonia> (acesso em 17 de julho de 2024).

públicas e privadas voltadas ao meio ambiente, no escopo da Conferência da Convenção das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP 16). O Banco desenvolve, ainda, o projeto Paisagens Sustentáveis na Amazônia, em parceria com o GEF, com recursos da ordem de US\$ 200 milhões⁷¹.

Com o G20, sediado no Brasil em 2024, abriu-se uma nova porta de colaboração. Representantes da OTCA foram convidados para participar da Reunião de Ministros das Relações Exteriores do bloco que reúne algumas das maiores economias do mundo e que, progressivamente, tem introduzido temas ambientais em sua agenda⁷². Durante a presidência brasileira do G20, por exemplo, foi lançada a Iniciativa de Bioeconomia, um eixo temático central para o avanço das alternativas econômicas na Pan-Amazônia.

A partir do exposto, pode-se elaborar algumas recomendações para que a OTCA reforce o pilar estratégico e evite que os demais fóruns e iniciativas multilaterais tragam, para a Pan-Amazônia, uma abordagem Norte-Sul, sobretudo relacionada à gestão de recursos da floresta. As propostas estão relacionadas ao fortalecimento institucional da própria OTCA, para evitar rupturas a depender de mudanças ideológicas e vontade política dos governantes dos países amazônicos. Para tal, a organização poderia:

- Fixar a periodicidade das Cúpulas e torná-la uma instância do Tratado, de forma que sua organização e convocação teria o apoio da Secretaria Permanente, não dependendo da iniciativa e do alinhamento político-ideológico de seus membros;
- Instituir um mecanismo de prestação de contas nos moldes da Revisão Periódica Universal, em que todos os membros deveriam empregar um esforço interministerial para reportar à Secretaria o andamento da implementação dos compromissos à nível nacional, com apoio das Comissões Nacionais Permanentes da OTCA;
- Criar, no âmbito das Comissões Nacionais Permanentes, uma instância de consultas jurídicas, com o papel de verificar parâmetros legais e constitucionais para facilitar e estimular a internalização como lei de medidas aprovadas a título inicialmente recomendatório nas reuniões e Cúpulas da OTCA.
- Institucionalizar um Conselho Consultivo da Sociedade Civil, com representação de lideranças de povos indígenas e comunidades nativas;
- Fomentar a colaboração entre as agências de cooperação para o desenvolvimento dos próprios países da OTCA, para incentivar a realização de projetos autofinanciados e autogestionados⁷³.
- Solicitar o status de membro observadora para a OTCA em organizações regionais e extrarregionais que trabalhem com temas correlatos, a exemplo da recente experiência bem-sucedida com a ONU.

Considerações finais

Em um contexto no qual a preservação do meio ambiente torna-se um imperativo e a tônica das relações internacionais, a Pan-Amazônia recobre-se de uma relevância que traz, simultaneamente, benefícios e responsabilidades. Entre 2019 e 2022, o escrutínio internacional

71 Veja mais em: <https://www.worldbank.org/pt/programs/amazon-sustainable-landscapes-program/overview> (acesso em 17 de julho de 2024).

72 Ver mais em: <http://opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/03/Monitor-Pan-Amaz%C3%B4nia-Fevereiro-2024.pdf> (acesso em 17 de julho de 2024).

73 Nessa linha, uma boa prática positiva é o Projeto Amazonas, financiado pela Agência Brasileira de Cooperação, desenvolvido em parceria com a [Agência Nacional de Águas \(ANA\)](#) do Brasil, e executado pela OTCA, em conjunto com as Agências Nacionais de Água dos Países Membros. Ver mais em: <https://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/882#:~:text=O%20%22Projeto%20Amazonas%3A%20A%C3%A7%C3%A3o%20Regional,%2C%20Peru%2C%20Suriname%20e%20Venezuela.> (acesso em 17 de julho de 2024).

voltou sua atenção para o Brasil, devido à falta de cumprimento de nossos deveres. Se as novas lideranças, tanto no Brasil quanto nos demais países amazônicos, possuem, efetivamente, o interesse em assumir os compromissos para acessar e disponibilizar globalmente os benefícios, a OTCA não pode ser relegada a segundo plano, como veio sendo feito até 2022. O fato de haver hoje um espaço diplomático para a cooperação entre esses países já merece mérito em si. O desafio é ir além da existência da OTCA como um fórum e transformá-la em um ator.

Um primeiro caminho para tal feito é consolidar institucionalmente as atribuições acordadas entre os membros, para tornar a organização menos vulnerável a variações conjunturais que possam inibir seu sucesso. O segundo caminho é equilibrar os pilares técnico, político-diplomático e estratégico, para que, por meio deste último, a OTCA possa romper com a lógica Norte-Sul de doador-receptor e participar, ativa e propositivamente, de espaços internacionais de tomada de decisão coletiva.

Referências bibliográficas

Antunes, D. O processo de declínio da Unasul: causas e consequências para o regionalismo sul-americano. *Estudos Internacionais*, v. 9, n. 1, 2021, p. 131-149.

Batista, T.J.; Fritz, G. Essequibo: conjuntura recente da histórica disputa entre Guiana e Venezuela. *Boletim OPSA*, n.1, 2024, pp. 8-19.

Corrêa do Lago, A. A. Conferências de Desenvolvimento Sustentável. Brasília: FUNAG, 2013.

Filippi; E.E.; Macedo, M.V. A conversão do TCA em OTCA e as dificuldades remanescentes. *Revista Tempo do Mundo*, n. 27, 2021, pp. 191-214.

Fonseja Jr., G. A legitimidade e outras questões internacionais. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

Londoño Niño, A.; Nanci, F. Monitor eleitoral: Pela primeira vez, a esquerda chega ao poder na Colômbia. *Boletim OPSA*, n.2, 2022, pp. 34-38.

Montenegro, M. “Política externa e cooperação amazônica: a negociação do Tratado de Cooperação Amazônica”. In: Albuquerque, J.A.G. (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000. pp. 355-380.

Ricupero, R. O Tratado de Cooperação Amazônica. *Revista de Informação Legislativa*, v. 21, n. 81, 1984, pp. 177-196.

Santos, L.F.S. A Amazônia como instrumento da política externa brasileira. *Aurora*, v. 7, n. 2, 2014, pp. 109-122.

Silva, G.C. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

Triani, B. Os diálogos amazônicos e a participação da sociedade civil na Cúpula da Amazônia. *Comentários do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas*, 12/09/2023. Disponível em: <https://obsinterclima.eco.br/wp-content/uploads/2023/09/Comentarios-Beatriz-1.pdf> (acesso em 16 de julho de 2024).

Instabilidade política, debilidade institucional e dependência externa: as contradições das políticas ambientais do Equador e do Peru para a Amazônia

Ghaio Nicodemos
Beatriz Bandeira de Mello
Jefferson Nascimento
Kethlyn Winter
Pesquisadores do OPSA

Introdução

Diante do avanço das mudanças climáticas e da degradação da biodiversidade dos biomas, a pauta ambiental tem ganhado centralidade no debate público em todo o mundo. Os efeitos deletérios gerados pelo extrativismo, pelo agronegócio e pelo uso intensivo de combustíveis fósseis são cada vez mais evidentes, fazendo com que o tema da preservação do meio ambiente seja um debate incontornável. Mesmo aqueles que negam a existência desse problema têm dificuldades crescentes de ignorá-lo. Os negacionistas procuram revestir os seus discursos de alguma lógica racional para minimizar o problema e obstruir soluções ambiciosas, ainda que a realidade se imponha de modo a tornar essa missão quase impossível.

No que tange à América do Sul, a discussão acerca do meio ambiente está quase sempre vinculada à urgência de se preservar a Floresta Amazônica. Não há mais dúvida, na ciência, de que é necessário implementar políticas públicas com o objetivo de frear o desmatamento, preferencialmente assegurando a manutenção da biodiversidade amazônica e a valorização das culturas e dos povos nativos. Um dos obstáculos para atingir essa meta, porém, é a instabilidade política que paira sobre a maioria dos países da região atualmente. A constante iminência de mudanças de governo e da provável interrupção de políticas iniciadas pelo predecessor, caso assuma um incumbente mais inclinado ao obstructionismo climático, impede que a pauta ambiental seja projetada como uma prioridade nacional frente aos demais problemas de curto prazo, normalmente considerados “mais urgentes”.

No Monitor da Governança Pan-Amazônica⁷⁴, nós, pesquisadores do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), temos mensalmente registrado, desde agosto de 2023, as principais ações adotadas por cada um dos países amazônicos para lidar com os problemas socioambientais relativos à degradação da floresta. Assumimos o pressuposto de que a política é um campo fundamental para construir ou obstruir ações coletivas de enfrentamento às mudanças climáticas, nos planos doméstico, regional e global. Damos enfoque em especial às ações da Presidência da República, dos Ministérios das Relações Exteriores e dos Ministérios do Meio Ambiente. Neste artigo, em particular, analisamos os casos do Equador e do Peru, discutindo como a instabilidade política dos dois países tem impactado a política de conservação da Amazônia. Nosso objetivo é identificar, por um lado, os elementos de similaridades entre os dois casos. Por outro lado, buscamos verificar se a constitucionalização dos direitos da natureza no Equador em 2008, fato que não ocorreu no Peru, resultou em diferenças significativas no presente quanto à forma como os dois países lidam com a questão amazônica.

As seções a seguir detalham nossa conclusão, ao final do primeiro ano da pesquisa, de que, embora os movimentos indígenas no Equador tenham maior capital político para incidir sobre as disputas políticas nacionais, se comparados aos movimentos indígenas no Peru, isso não resultou em grandes diferenças na maneira como são conduzidas as políticas ambientais nos dois países. Em outras palavras, ao comparar os dois casos, percebemos

⁷⁴ Disponível em opsa.com.br.



que as semelhanças prevalecem sobre as diferenças entre eles. Hegemonia neoliberal, modelo extrativista, dependência do “financiamento verde” externo, concentração das ações socioambientais nas mãos do Ministério do Ambiente e violência política são algumas das principais características comuns aos processos políticos equatoriano e peruano.

Equador: contradições ambientais, dependência e debilidades político-institucionais

Em 2008, através de uma mudança constitucional, o Equador incluiu na sua nova Carta Magna os “direitos da natureza” ou da *Pachamama*, como resultado de lutas políticas do movimento indígena, que buscava incluir o conceito *quíchua sumak kawsay* (em espanhol, *buen vivir*; ou em português, *bem viver*). A proposta representou uma vanguarda nas discussões de um novo paradigma do direito ambiental e estimulou que outros países seguissem o exemplo do Equador, na época governado pelo presidente de esquerda, Rafael Correa. No artigo 71 da Constituição reformada, foi incluído que a “natureza, ou *Pachamama*, onde a vida se reproduz e existe, tem o direito de existir persistir, manter-se e regenerar seus próprios ciclos vitais, estrutura e seus processos evolutivos” e que esses direitos independem da obrigação de compensar pessoas que possam ser prejudicadas pelas garantias dos direitos da natureza⁷⁵.

Apesar disso, a implementação de políticas públicas capazes de assegurar a preservação do meio ambiente enfrentou vários entraves, com destaque para projetos extrativistas, e atualmente o país convive com a judicialização de casos em que comunidades tradicionais cobram o cumprimento do texto constitucional. A partir de 2019, ocorreu uma virada na tendência dos julgamentos que, por cerca de uma década, foram favoráveis às demandas ecológicas e, desde o início da década de 2020, as reivindicações de movimentos sociais começam a acumular derrotas nas cortes judiciais do país⁷⁶.

Desde a ruptura de Lenin Moreno (2017-2021) com o correísmo, o Equador convive com uma profunda crise, que combina os resultados negativos de um projeto de governo neoliberal (mantido por Guillermo Lasso e Daniel Noboa), a retração da economia agravada pela pandemia da Covid-19, e a polarização política entre anti-correístas e correístas. Limitações de orçamento acabaram por converter o país a uma posição de alta dependência da ajuda externa e da cooperação internacional na promoção de políticas setoriais direcionadas para a proteção ambiental e o desenvolvimento social na Amazônia Equatoriana.

Cerca de 51% do território nacional está coberto por bosques nativos, dos quais 74% se encontram na região amazônica, que engloba as províncias de Sucumbíos, Orellana, Napo, Pastaza, Morona Santiago e Zamora-Chinchipec. Além disso, na Amazônia Equatoriana vivem 14 nacionalidades indígenas e neste território habitam 8% de todas as espécies animais e 10% de toda a flora do planeta⁷⁷. Nessas províncias também se concentram jazidas de ouro, petróleo, indústria madeireira e minerais, que respondem por grande parte das atividades extrativistas, legais e ilegais, no Equador.

Nos últimos anos, a mudança das diretrizes de políticas públicas, que enfraqueceram o sistema de seguridade social, favoreceram que parte da população, que depende da informalidade, se envolvesse em atividades de exploração, principalmente o extrativismo vegetal e garimpo, em busca de fontes de renda lícitas. Outro efeito colateral de uma política de austeridade conduzida pelos governos Moreno, Lasso e Noboa foi o fortalecimento de gangues de narcotraficantes, que, através da economia ilegal de drogas como a cocaína, passaram a ocupar espaços urbanos e rurais, disputando território com as forças de segurança nacional. Durante a pandemia da Covid-19, a situação do país foi uma das mais graves dentre as observadas na América do Sul, com a sobrecarga dos sistemas locais de saúde e do sistema funerário, que geraram desgaste do governo de Moreno⁷⁸. Mesmo com os ajustes promovidos

75 Ecuador First to Grant Nature Constitutional Rights. (2008). *Capitalism Nature Socialism*, 19(4), 131–133.

76 Tănăsescu, M., Macpherson, E., Jefferson, D., & Torres Ventura, J. (2024). Rights of nature and rivers in Ecuador’s Constitutional Court. *The International Journal of Human Rights*, 1–23..

77 Como Ecuador protege los bosques en la Amazonía. Disponível em: <https://www.undp.org/es/latin-america/blog/como-ecuador-protege-los-bosques-en-la-amazonia>. Acesso em 10. Out. 2024..

78 Ives, Diogo; Nanci, Fernanda; Nicodemos, Ghaio. (2020). Colômbia, Equador e Peru em face da Covid-19: análise comparada das ações governamentais. *Boletim OPSA*, n.2, abr/jun. Disponível em: <http://opsa.com.br/>

por Guillermo Lasso para vacinar a população do país, o governo equatoriano não assumiu compromissos sólidos para promover a assistência social de forma mais duradoura no país. Lasso também havia prometido em campanha que dedicaria atenção especial a um plano de redução da exploração de petróleo e do impacto ambiental da atividade na região amazônica, o que acabou não se concretizando. Com um projeto econômico voltado para o setor financeiro, Lasso foi inefetivo em promover soluções para recuperar a economia do país após a pandemia, o que enfraqueceu a credibilidade de seu governo, aumentando as pressões do mercado, dos movimentos sociais e da oposição no Congresso⁷⁹. A fragilidade da gestão acarretou o uso da “morte cruzada”, que convocou novas eleições legislativas e presidenciais, que coincidiram com a votação de importantes referendos, dentre eles, o que votou pelo fim da exploração do petróleo e a mineração nas regiões de Yasuní e do Choco Andino⁸⁰.

Daniel Noboa, que emergiu como presidente após a crise política de 2023, assume a presidência com o compromisso de recuperar a capacidade do Equador em promover políticas públicas. Neste cenário, observa-se que a Amazônia, predominante no discurso de campanha, ficou em segundo plano após a posse, uma vez que o presidente optou por priorizar regiões com maior densidade demográfica e privilegiar os agentes econômicos do que promover um plano para implementar o referendo e interromper a exploração de petróleo em Yasuní.

O correísmo, maior movimento político do país, organizado no partido *Revolución Ciudadana*, alinhado ao ex-presidente Rafael Correa, não acena, no entanto, outras opções para a região amazônica que não derivem da economia extrativista, que atenderia ao papel de principal fonte para o financiamento do Estado. Ainda que os governos de Rafael Correa tenham sido marcados por um ciclo de redução da participação do petróleo no PIB nacional e do fortalecimento de políticas sociais, o correísmo defende, atualmente, um modelo de “desenvolvimentismo sujo”, focado em crescimento econômico acelerado, sem levar em conta a sustentabilidade ambiental. Esta escolha política tem sido um dos fatores que impulsiona que movimentos políticos indígenas, a maioria alinhada à esquerda, tenha preferido o voto crítico em candidatos liberais que apresentavam propostas de ruptura com o atual modelo de partilha e prospecção na região amazônica.

Nas próximas seções, mapeamos a importância do extrativismo para a economia do Equador e seu papel na degradação da região amazônica e como diferentes movimentos sociais buscam enfrentar a economia do petróleo sem, no entanto, propor alternativas para assegurar o financiamento de políticas sociais e reduzir a dependência do país de cooperação estrangeira.

O peso da economia do petróleo e outros extrativismos

As mudanças econômicas promovidas por Moreno reduziram a capacidade do governo equatoriano de promover políticas públicas em diversos setores, como o meio ambiente e assistência social. Nesse cenário, a Amazônia Equatoriana, por deter uma menor densidade populacional, acabou assumindo um papel predominantemente relacionado à exploração econômica na agenda governamental. Tanto Lasso (2021-2023) quanto Noboa (2023-presente) apresentaram, por ocasião de suas candidaturas presidenciais, propostas de proteção ambiental e seguridade social, reunindo apoio crítico de setores do movimento indígena contra candidaturas correístas. De forma efetiva, tais presidentes não apresentaram qualquer ruptura ao modelo extrativista focado na exportação de commodities estabelecido nas décadas anteriores, que segue sendo defendido pelos candidatos correístas como fundamental para o crescimento econômico do país e para geração de divisas para financiar políticas públicas.

Com efeito, se observou que a participação da exploração do petróleo no PIB equatoriano

[wp-content/uploads/2017/01/Boletim OPSA 2020 n2 abr-jun-2.pdf](https://www.opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2020_n2_abr-jun-2.pdf).

79 Ives, Diogo; Nicodemos, Ghaio (2022). Um ano de governo Lasso: crise ampla, escalada autoritária e busca de um Plano Equador com os Estados Unidos. Boletim OPSA, n.2, abr/jun. Disponível em: [https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Boletim OPSA 2022 n2 v2-1.pdf](https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Boletim_OPSA_2022_n2_v2-1.pdf).

80 Nicodemos, Ghaio (2023). Uma trégua partidária em meio ao caos? Eleições antecipadas e realinhamento político no Equador. Boletim OPSA, n.4, out/dez, 2023. Disponível em: [https://www.opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Boletim OPSA 2023 n4.pdf](https://www.opsa.com.br/wp-content/uploads/2024/02/Boletim_OPSA_2023_n4.pdf)

caiu de 18,7% em 2008, ano da mudança constitucional, para 3,3% em 2016, último ano do governo de Rafael Correa. Nos anos seguintes, a participação do petróleo no PIB do país subiu para 6,8% em 2018 e apesar de uma queda abrupta para 2,6%, no ano de 2020 (em decorrência da pandemia da Covid-19), o setor cresce novamente para 6,4% no ano seguinte, último ano disponível na base de dados do Banco Mundial⁸¹. As exportações de petróleo representavam 62% de todas as exportações do país em 2008, caindo para 33% em 2016, e recobrando o crescimento para 41% em 2018 e 39% em 2019, com queda para 26% em 2020, e retomada de crescimento em 2021, para 32%⁸². Em contrapartida, a exportação de minérios vem mantendo um ritmo de crescimento acelerado desde 2008, quando representava 0,7% da cesta de exportações, para 6,6% em 2021, crescimento que não sofreu interrupção por conta da pandemia de Covid-19, iniciada em 2020⁸³.

Do outro lado, a receita proveniente de subprodutos da exploração da Floresta Amazônica no país se manteve estável, entre 0,3% e 0,4% do PIB, mas a extensão da cobertura florestal do país caiu de 131.686 km², em 2008, para 124.335 km², em 2021. Tal dado dificulta sustentar que a expansão da exploração de recursos naturais como madeira seja o principal motivador do processo de deflorestamento. Por outro lado, a extensão de terras do país utilizadas para a agricultura caiu de 30%, ou 74.450 km², em 2008, para 22% ou 54.700 km², em 2021, e entre 5,1% e 5,7% do território do país tem terras reservadas para a produção de grãos⁸⁴. No setor da pecuária é observado um declínio dos rebanhos do país, que apesar de atingir o pico em 2014, entrou em declínio nos anos seguintes⁸⁵. Essas atividades, no entanto, concentram-se principalmente na região Oeste do país, entre o litoral e a região andina, sendo responsáveis pela destruição de outros ecossistemas do país.

As principais causas diagnosticadas do desmatamento da Floresta Amazônica equatoriana são associadas diretamente a infraestrutura de estradas e oleodutos que conectam os mais de 3400 poços de petróleo na região através de mais de 9.500 km de estradas, criando faixas de floresta fragmentada que se tornam mais suscetíveis às secas e queimadas. Cerca de 68% do território da Floresta Amazônica do país está dividido em blocos de exploração de petróleo e muitos destes estão em regiões onde se localizam territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas, como as nacionalidades Waorani, Sapara, Achuar e Shuar ou próximas a parques e reservas nacionais como Yasuni e Cuyabeno.

Observa-se que a exploração de petróleo no país se divide entre a Petroecuador, companhia estatal do setor, e outras 11 companhias transnacionais, que têm forte presença na região amazônica, como Texaco, Repsol, Petrobras, Perenco, Andes Petroleum e City Oriente. As empresas têm contado com apoio dos governos equatorianos mais recentes para explorar a região amazônica, e mesmo com a pressão social e julgamentos com punições contra atividades com danos à saúde e degradação da floresta, poucas são as ações do Poder Executivo para fiscalizar e executar políticas de controle sobre a atividade econômica.

Os poços de petróleo ativos são responsáveis pelos “mecheros”, tochas para a queima do gás natural excedente da exploração do óleo cru, que não é aproveitado para outras atividades econômicas. Os *mecheros* são responsáveis por alta taxa de doenças respiratórias e câncer de populações vizinhas às instalações produtoras – diversas ações foram interpostas por organizações não-governamentais para interromper a atividade dos mais de 400 *mecheros* no país⁸⁶. Mesmo com uma decisão judicial, de 2021, que determina a interrupção da atividade até

81 Oil rents (% of GDP) - Ecuador. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PETR.RT.ZS?end=2021&locations=EC&start=2008>

82 Fuel exports (% of merchandise exports) - Ecuador. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.FUEL.ZS.UN?end=2021&locations=EC&start=2008>

83 Ores and metals exports (% of merchandise exports) - Ecuador. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/TX.VAL.MMTL.ZS.UN?end=2021&locations=EC&start=2008>

84 Permanent cropland (% of land area) - Ecuador. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/AG.LND.CROP.ZS?end=2021&locations=EC&start=2008&view=chart>

85 Livestock production index (2014-2016 = 100) - Ecuador. Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/AG.PRD.LVSK.XD?end=2022&locations=EC&start=2008&view=chart>

86 González, Patricia (2023). Los mecheros de las petroleras que apagan vidas en la Amazonía. Primicias. Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/mecheros-petroleras-comunidades-amazonia/>. Acesso em: 4 out. 2023.

março de 2023, as empresas buscam retardar a adaptação de suas instalações para cumprir a determinação de retirar todos os mecheros que funcionam próximos a vilas e povoados.

Outro dano ambiental está relacionado a vazamentos esporádicos dos dutos que transportam o óleo pelo território da floresta, que afetam o equilíbrio de ecossistemas e prejudicam populações indígenas que subsistem da pesca e da colheita na Floresta Amazônica⁸⁷. Além disso, poços abandonados e descomissionados também apresentam riscos ambientais e provocam a contaminação através do vazamento. Nos últimos 50 anos, cerca de 1107 ocorrências de “passivos ambientais” foram registradas e mais de 3500 locais são indicados como possíveis fontes de contaminantes em toda a Amazônia equatoriana. Os poços abertos prejudicam a recomposição da flora e acabam por enfraquecer a capacidade do ecossistema se sustentar⁸⁸.

Observa-se que, além da exploração do petróleo, o país é hoje dependente da economia dos hidrocarbonetos para o abastecimento elétrico. Cerca de 58% da oferta primária de energia vem do petróleo e apenas 8% da matriz primária provém de energias limpas, onde a maior parte é usada para o setor de transportes. Quando olhamos apenas a matriz elétrica do país, cerca de 40% da eletricidade vem de fontes termelétricas, e, com a seca na região amazônica, que se estende desde abril de 2024, a participação das termelétricas vem aumentando para compensar os baixos reservatórios das hidrelétricas, que, em condições normais representa 58,5% da oferta elétrica equatoriana⁸⁹. Outro fator significativo é que mais de um terço das usinas térmicas do país tem mais de 30 anos de idade e precisam de manutenção frequente para seguirem operantes, o que tem agravado o racionamento energético que o país vive desde o início da estiagem⁹⁰.

Movimentos indígenas e pressão social pelo cumprimento do referendo de 2023

Os protestos indígenas são uma força importante na disputa sobre o destino da Floresta Amazônica no país e a sua alta frequência tem sido vista como um constante fator de desgaste dos governos que se estabelecem no Equador. Organizados em confederações, a nível nacional, como a CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador), e regional, como a CONFENIAE (Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana), o movimento indígena tem sido a vanguarda na maior parte das disputas por regulação do setor e para a promoção de políticas sociais. A causa indígena conta ainda com um partido, o *Pachakutik*, alinhado ao CONAIE, e reúne o apoio de organizações não-governamentais, nacionais e internacionais, que contribuem para levar as reivindicações para o exterior e pressionar fundos de investimentos e empresas a reduzirem o financiamento do setor no país.

Entretanto, o posicionamento social não é homogêneo. A sucessão de governos focados em preservar a austeridade econômica tem aberto espaço para que as companhias de petróleo sejam vistas como indutoras do desenvolvimento, fonte de empregos e, em alguns casos, financiadoras de ajuda social à população mais vulnerável. Além disso, há uma aparente contradição em manifestações sociais contra a exploração de petróleo no que diz respeito ao subsídio para os combustíveis fósseis, como diesel e gasolina. Não é raro que, nos mesmos protestos que demandam pelo fim da exploração do petróleo e pelo cumprimento de sentenças judiciais neste sentido, parte dos manifestantes demande a manutenção de subsídios aos combustíveis fósseis no curto prazo, a fim de evitar um aumento do custo de vida.

87 EnergyNews (2024). New oil leak in Ecuador's Napo River. Disponível em: <https://energynews.pro/en/new-oil-leak-in-ecuadors-napo-river/>. Acesso em: 4 out. 2024.

88 Baquero, Diego C. (2023). Abandoned oil mess still plagues communities in the Ecuadorian Amazon. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2023/11/abandoned-oil-mess-still-plagues-communities-in-the-ecuadorian-amazon/>. Acesso em: 6 out. 2024.

89 Ministério de Energia y Minas de Ecuador (2021). Balance Energetico Nacional. Disponível em: https://www.recursosyenergia.gob.ec/wp-content/uploads/2022/08/Balance_Energe%CC%81tico_Nacional_2021-VF_opt.pdf#:~:text=6.4.%20Intensidad%20energ%C3%A9tica%20124%206.5.%20C3%8Dndice%20de%20Suficiencia%20Energ%C3%A9tica%20. Acesso em: 7 out. 2024.

90 Orozco, Mónica (2024). Crisis eléctrica de Ecuador: 13 termoeléctricas tienen entre 30 y 52 años de antigüedad. Primicias. Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/crisis-electrica-ecuador-13-termoelectricas-30-y-52-anos-antigüedad-77630/>. Acesso em: 7 out. 2024.

A oposição do movimento indígena ao correísmo, postura adotada em face da concessão de novos poços de petróleo em áreas de reservas indígenas, fez com que, nas últimas três eleições presidenciais, a CONAIE e aliados optassem por apoiar candidatos liberais no segundo turno. Em 2017, a CONAIE apoiou Guillermo Lasso contra Lenin Moreno, então candidato correísta. Em 2021, no primeiro turno, os indígenas apoiaram a candidatura de Yaku Pérez, que ficou em terceiro lugar, e repetiram o apoio a Lasso no segundo turno, que desta vez disputava a presidência contra Andrés Arauz, candidato apoiado por Rafael Correa. Em 2023, o Pachakutik optou por não lançar candidatura própria, desistindo de lançar o líder indígena Leonidas Iza, e a CONAIE evitou apoiar abertamente os candidatos na disputa. Entretanto, foi observada uma tendência de membros da confederação em favor de Daniel Noboa, que na ocasião defendia o desenvolvimento sustentável e a interrupção da exploração de petróleo em Yasuní, enquanto sua adversária correísta, Luisa González, se posicionava contra o fim da exploração.

Em agosto de 2024, completou-se um ano desde que o país votou, com mais de 58% do apoio nacional, pela interrupção da exploração de petróleo no Parque de Yasuní. No aniversário da consulta popular, indígenas e organizações sociais foram às ruas em todo país para pedir que o governo apresentasse um plano tangível e claro de interrupção da exploração de petróleo na região, que corresponde a cerca de 10% de toda a produção do país. No entanto, o Poder Executivo não foi capaz de apresentar um plano concreto e apenas respondeu com um anúncio protocolar de “compromisso de honrar a decisão popular”⁹¹.

A dependência de financiamentos externos e da cooperação internacional

Em 2017, o ex-presidente Lenín Moreno ratificou o Acordo de Paris, dentro do que classificou como o exercício de uma “diplomacia verde”, comprometendo-se com a redução das emissões de gases de efeito estufa. No mesmo ano, o governo publicou o Código Orgânico do Ambiente (COA). Em 2019, o Equador apresentou sua Primeira Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC, na sigla em inglês), estabelecendo suas metas para o cumprimento do Acordo de Paris a serem implementadas entre 2020 e 2025, tais como a diversificação da matriz energética e a conservação do patrimônio natural, incluindo a Amazônia Equatoriana.

Desde então, as políticas ambientais do Equador oscilam entre a garantia e o cumprimento de acordos internacionais e a construção de políticas nacionais. Em janeiro de 2024, a Assembleia Nacional do Equador aprovou a reforma da Lei para a Planificação Integral da Circunscrição Territorial Especial Amazônica, derrubando vetos dados por Lasso, com vistas a permitir a unidade territorial da região, a igualdade e a não-discriminação de seus habitantes⁹². A reforma garantiu, ainda, a destinação de 8% do Fundo de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia para universidades e escolas politécnicas locais. No mês seguinte, Noboa aprovou o *Plan de Desarrollo para el Nuevo Ecuador 2024-2025*, que apresentou, no eixo de infraestrutura, energia e meio ambiente, dois objetivos: o uso responsável dos recursos naturais e a conectividade como fonte de desenvolvimento econômico.

No tratamento dispensado às políticas ambientais durante os governos Lasso e Noboa, sobretudo àquelas direcionadas ao desenvolvimento sustentável e à proteção da Amazônia Equatoriana, mais um elemento chama a atenção: a dependência do país de recursos externos. Desde o último trimestre de 2023, observamos uma participação contundente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)⁹³ no financiamento de atividades de combate ao desmatamento, fortalecimento das capacidades locais, igualdade de gênero e ações de mitigação das mudanças climáticas no território equatoriano. As ações, em sua maioria, são realizadas com a coparticipação do Ministério de Ambiente, Água e Transição Ecológica

91 NICODEMOS, Ghaio; BANDEIRA, Beatriz. Monitor da Governança Pan-Amazônia, Equador, agosto de 2024.

92 NICODEMOS, Ghaio; BANDEIRA, Beatriz. Monitor da Pan-Amazônia, Equador, janeiro de 2024.

93 Em janeiro de 2005, o governo equatoriano firmou um Acordo Básico de Cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Esse acordo constitui a base legal dentro da qual se inscrevem os documentos e os projetos de cooperação técnica executados entre as duas partes. Todas as ações previstas estão inscritas no Plano de Ação para o Programa de País (Country Programme Action Plan – CPAP).

(MAATE) e do Ministério de Agricultura e Pecuária, com apoio marginal do Ministério das Relações Exteriores e da Presidência da República.

Outros fundos que aportam recursos em ações de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável no Equador são o Fundo Verde para o Clima (GCF), que aplicou um montante de aproximadamente US\$41 milhões em projetos para redução de emissões e desmatamento; o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), que destinou cerca de US\$12 milhões para ações de desenvolvimento sustentável; e o Plano de Ação REDD+ Ecuador⁹⁴, que atua na conservação, manejo e uso sustentável das florestas. Desde 2023, nossos registros no Monitor da Governança Pan-Amazônica do OPSA mostram que esses fundos garantem insumos e instrumentos técnicos para o suporte de políticas públicas ambientais. É perceptível, então, a existência de um desencontro entre as agendas doméstica, pautada pela manutenção de um modelo de desenvolvimento econômico extrativista, e internacional, alinhada com a agenda de mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, quando se assume que a noção de sustentabilidade deve implicar práticas de exploração da natureza menos intensivas e socialmente mais justas.

Esses fundos também atuam no financiamento de programas como o PROAmazonia⁹⁵ que visa contribuir para a diminuição do desmatamento e na promoção do manejo sustentável e integrado dos bosques e recursos naturais da região. Dentro do PROAmazonia, por exemplo, são formulados os Planos de Vida, instrumentos que viabilizam o planejamento de ações e políticas voltadas para as comunidades indígenas. À nível internacional, as ações impulsionadas pelo PROAmazonia visam posicionar o Equador como um país comprometido com as metas da Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 1, 5, 12, 13 e 15) em consonância com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) e o Acordo de Paris.

O aporte financeiro proveniente de acordos internacionais no Equador se estende desde o fomento de atividades e projetos para a redução do desmatamento e a descarbonização da economia equatoriana, até incentivos para a inclusão da “cosmopercepção” das comunidades indígenas no processo de formulação de políticas públicas para a Amazônia. Para além de organismos internacionais, existem acordos de cooperação técnica firmados com governos europeus, como os da Alemanha, por meio da Agência de Cooperação Alemã (GIZ), da Noruega, da França, da Espanha, e da Itália, através do *Fondo Ítalo-Ecuatoriano para el Desarrollo Sostenible* (FIEDS)⁹⁶. Um terceiro canal que viabiliza a pressão pela implementação de políticas ambientais provém de organizações não-governamentais internacionais, como a WWF (*World Wildlife Found*).

A abundante participação de fundos internacionais contrasta com a incipiente articulação regional e cooperação entre o Equador e os demais países que compartilham o território amazônico. Hoje, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), reativada em 2023, concentra grande parte das iniciativas regionais de proteção e desenvolvimento do bioma – com uma tímida, mas promissora participação dos oito países-membros. Do lado equatoriano, a representação institucional, consolidada por meio da indicação da especialista Edith Paredes e sua posterior nomeação para ocupar a Diretoria Administrativa da organização⁹⁷, é um bom indicador político, embora os resultados práticos ainda não tenham surtido o efeito desejado de revitalizar a organização.

Dentre as ações operadas entre a OTCA e o Equador, as de maior destaque são as oficinas nos marcos do Programa de Ações Estratégicas (PAE) do Projeto Bacia Amazônica e a formulação de estratégias que consolidam a Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH)⁹⁸ – que também contam com o aporte, institucional e financeiro, do Programa das

94 Mais informações em: https://reddecuador.ambiente.gob.ec/redd/?page_id=1819

95 Mais informações em: <https://www.proamazonia.org/inicio/que-es-proamazonia/>

96 O FIEDS é um fundo de contrapartida estabelecido mediante o Acordo para a Conversão da Dívida em Projetos de Desenvolvimento, firmado entre o governo equatoriano e o governo italiano em abril de 2016. Mais informações em: <https://fieds.org/>

97 Mais informações em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2023/05/02/ecuador-presenta-la-candidatura-a-la-direccion-ejecutiva-de-la-otca-antes-de-la-visita-del-canciller-brasileno/>

98 Mais informações em: <https://www.ambiente.gob.ec/ecuador-y-la-otca-fortalecen-las-acciones-para-garanti->

Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Destarte, os fundos e instituições radicados nos Estados Unidos, no Canadá ou na União Europeia, ainda prevalecem sobre as iniciativas de cunho regional. Este cenário revela que a cooperação internacional feita pelo Equador na agenda ambiental ainda é muito dependente de recursos do Norte, o que poderia ser melhor balanceando, para o fim de aumentar a autonomia equatoriana sobre seu desenvolvimento, por meio de políticas públicas de meio ambiente melhor custeadas e decididas democraticamente no âmbito interno, bem como do incremento de ações coordenadas entre os países do Sul que compartilham o território e os ecossistemas da Amazônia.

Peru: Os impactos da instabilidade política na política ambiental

Assim como no Equador, os rumos de políticas domésticas de enfrentamento às mudanças climáticas e preservação da natureza, inclusive na Amazônia, são diretamente condicionados por elementos sociopolíticos. A sociedade e o sistema político peruanos continuam sendo fortemente impactados por mudanças promovidas ainda na década de 1990, durante a ditadura de Alberto Fujimori. À época, foi consolidado um modelo de desenvolvimento neoliberal que congregou altos níveis de crescimento do PIB com altas taxas de trabalho informal, o que se manteve estável por décadas. Ao mesmo tempo em que foi capaz de conter a hiperinflação, o projeto fujimorista realizou privatizações e limitou a capacidade do Estado de atender aos problemas sociais para além das políticas focalizadas. Além disso, reforçou práticas extrativistas, cuja origem remonta ao período colonial. No âmbito da política institucional, o regime fujimorista desorganizou o sistema partidário peruano, fragilizando os partidos tradicionais e tornando-os veículos transitórios para impulsionar candidaturas. Tais mudanças foram consolidadas na Constituição de 1993, que continua vigente até hoje⁹⁹.

A transição democrática ocorrida em 2000, embora tenha significado uma vitória importante em favor dos direitos humanos, não implicou rupturas no modelo econômico nem no arcabouço constitucional estabelecidos durante o período ditatorial¹⁰⁰. Nem mesmo nos governos considerados progressistas, como o de Alejandro Toledo, uma liderança central na luta pela democracia; o de Alan García, líder do APRA, partido que teve um papel histórico de canalizar certas demandas dos setores populares; e o de Ollanta Humala, que se elegeu em 2011 proclamando um discurso de rechaço ao neoliberalismo, mas que acabou seguindo a mesma fórmula dos demais.

O fujimorismo, embora não tenha conseguido retornar ao poder depois do fim da ditadura, manteve um capital político importante no jogo eleitoral e em alguns setores da sociedade peruana. Isso limitou o processo de democratização iniciado em 2000, já que a força política que reivindicava o legado de Fujimori passou a vetar propostas voltadas para institucionalizar uma série de direitos, incluindo aqueles que visam a combater o aquecimento global e proteger a Amazônia.

A partir da década de 2010, para além de representar um vetor de contenção a determinadas pautas progressistas, o fujimorismo, liderado pela filha do ex-ditador, Keiko Fujimori, passou a apresentar uma força política com chances de fazê-lo retornar ao poder por meio do voto popular. Com isso, a disputa na política peruana passou a ser travada entre o fujimorismo, agora convertido no partido Fuerza Popular, e o antifujimorismo, uma identidade política negativa capaz de aglutinar setores da centro-direita e da esquerda numa

[zar-la-gestion-integrada-del-agua-en-la-cuenca-amazonica/](#)

99 MARTUCELLI, D. La sociedade desformal: el Perú y sus encrucijadas. Plataforma Democrática, 2021. Disponível em: [http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/La Sociedad Deformal.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Arquivos/La_Sociedad_Deformal.pdf). Último acesso em 26 de junho de 2024.

100 BOCANEGRA, Eduardo; ROUSSEAU, Stéphanie. Perú 2020: ¿El quiebre de la continuidad? In: Revista Ciencia Política de Santiago, vol. 41, n° 2, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2021000200377; MONTE, Lucas Araújo. O neoliberalismo (constitucional) no Peru: o que mudou desde a saída de Alberto Fujimori?, Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, 2018; NASCIMENTO, Jefferson; FERREIRA, DANIEL ; NUNES, Raul . As ruas e as urnas na pandemia: uma análise comparada entre as eleições de Peru e Equador à luz do confronto político. In: NORUS - Novos Rumos Sociológicos, UFPeL, v. 11, p. 95-125, 2023.

espécie de veto à volta dos Fujimori¹⁰¹. A fragilidade das coalizões formadas nesse contexto, somada aos elementos do sistema político que facilitam a destituição do chefe de Estado¹⁰², fez com que, desde 2016, o Peru tenha tido seis presidentes distintos.

Outro elemento que ajuda a explicar a instabilidade política nos últimos oito anos é o efeito da Operação Lava Jato sobre o sistema político peruano. Derivada da operação brasileira de combate à corrupção, o caso Odebrecht, como é conhecido no Peru, atingiu diversos políticos peruanos, incluindo todos os presidentes eleitos entre 2000 e 2016, além de Keiko Fujimori. A operação inseriu a corrupção na agenda da opinião pública, produzindo uma espécie de “cruzada moral” contra a elite política corrupta¹⁰³.

Naquele momento, a intensa crise política não gerou uma crise na economia, com a inflação mantida sob controle e a preservação de um crescimento estável do PIB. Contudo, a pandemia da Covid-19, que começou em 2020, rompeu a relativa imunidade da economia à crise política. Embora o governo de Martín Vizcarra tenha imposto medidas restritivas e fornecido auxílios financeiros, o país obteve a maior taxa de mortalidade por Covid-19 do mundo¹⁰⁴. O esforço de implementar políticas de emergência contrastava com a capacidade do Estado peruano de atingir as populações mais vulneráveis¹⁰⁵, o que fez com que o Peru sofresse uma queda no PIB de 12,9% em 2020, a segunda maior da América Latina, atrás apenas da Venezuela¹⁰⁶.

Não bastasse a insatisfação popular com o sistema político, visto como ineficiente por grande parte dos peruanos, veio à tona o escândalo que ficou conhecido como o *Vacunagate*, com a divulgação de que diversos membros do governo, incluindo o ex-presidente Vizcarra, teriam se vacinado de maneira secreta enquanto testes eram realizados no país. O escândalo serviu para acentuar a crise de legitimidade do sistema político peruano, o que viria a se refletir na eleição seguinte, que deu a vitória a um político *outsider*, Pedro Castillo.

Contudo, a inabilidade e inexperiência de Castillo e de seu partido no comando do país somadas à recusa ao diálogo por parte da oposição fujimorista, que se tornou a maior força política no Legislativo, fizeram com que a instabilidade política ganhasse contornos ainda mais dramáticos, culminando na prisão do mandatário. A vice de Castillo, Dina Boluarte, assumiu a presidência nesse contexto e, desde então, vem enfrentando uma forte rejeição popular, que se materializou em um intenso ciclo de protestos nos primeiros meses do seu mandato.

A partir de então, Boluarte vem tentando conquistar o mínimo de credibilidade e legitimidade para governar. Para isso, se aliou a determinados setores da elite política e econômica, dentre os quais alguns estão inclusive vinculados ao fujimorismo¹⁰⁷. Diante desse contexto de forte instabilidade política, as causas ambientais nunca chegaram a se constituir em uma agenda prioritária nas discussões nacionais.

101 MELÉNDEZ, Carlos. El mal menor: Vínculos políticos en el Perú posterior al colapso del sistema de partidos. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2019.

102 A Constituição peruana prevê, por exemplo, a “moção de vacância”, uma espécie de impeachment presidencial cujo procedimento pode ser conduzido de modo bastante acelerado, pois não são formadas comissões para analisar o pedido de destituição antes de ocorrer a votação no plenário. Para aprovar a medida, é necessário que 2/3 do Congresso vote a favor, e os congressistas podem utilizar o argumento de “incapacidade moral” para justificar a destituição do presidente. Embora o termo “incapacidade moral” apareça no artigo 113 da Constituição, ele é definido de maneira bastante imprecisa, dando margem para diversos tipos de interpretação.

103 Martuccelli, 2021.

104 Bocanegra; Rousseau, 2021.

105 VERGARA, Alberto. La crisis del COVID-19 como Aleph peruano. Universidad del Pacífico. Centro de Investigación. 18 de junho de 2020. Disponível em: <https://ciup.up.edu.pe/analisis/la-crisis-covid-19-como-aleph-peruano/>

106 CEPAL. Balance preliminar de las economías de América Latina y de Caribe 2020. Santiago: Nações Unidas, 2021.

107 WINTER, Kethlyn; NASCIMENTO, Jefferson. De crise em crise: a busca por credibilidade e estabilidade do governo de Dina Boluarte no Peru. Boletim OPSA, n. 1, jan-mar, 2024.

As dificuldades dos movimentos indígenas peruanos nas disputas nacionais

As populações indígenas, normalmente as mais afetadas pelos efeitos das mudanças climáticas e do extrativismo, não têm conseguido se articular de forma a impactar as disputas nacionais, tal como ocorreu na Bolívia e no Equador nos primeiros anos do século XXI. Nesses dois países, assim como no Peru, os povos originários têm um peso demográfico significativo. Contudo, na Bolívia e no Equador, ao longo da década de 2000, houve a convergência de uma série de fatores socioeconômicos e políticos que possibilitaram a eleição de governos progressistas preocupados em atender determinadas demandas desses povos. Uma delas se referia aos direitos da natureza, que foram incluídos na Constituição equatoriana de 2008 e na Constituição boliviana de 2009. No Peru, em contrapartida, as demandas dos movimentos indígenas não ganharam a mesma tração que nos vizinhos.

Em que pese a sua atuação vigorosa em defesa de seus direitos ao longo da história, as organizações dos povos indígenas que habitam o território peruano não obtiveram êxito em articular suas diferentes demandas em torno de um partido indígena com capilaridade em todo o país, como ocorreu no Equador. Tampouco conseguiram eleger um representante indígena para a Presidência da República, como foi o caso de Evo Morales, na Bolívia. Xavier Albó (2009) argumenta que um dos principais fatores que explicam essa diferença é o fato de a capital peruana estar na costa, diferentemente das capitais boliviana e equatoriana, que estão localizadas nos Andes¹⁰⁸. Isso é relevante porque nos dois países os movimentos étnicos se concentraram inicialmente na serra. Com isso, a proximidade da sede dos governos nacionais em La Paz e em Quito fez com que as demandas indígenas conseguissem angariar o apoio de outros grupos sociais, estabelecendo alianças mais amplas, à diferença de Lima.

No que tange aos povos indígenas da Floresta Amazônica, em particular, outro fator estrutural que dificulta a articulação política em torno da construção de uma identidade capaz de incidir de maneira mais decisiva nas disputas políticas nacionais é o alto índice de violência contra ativistas ambientais. Segundo o *Instituto del Bien Común* (IBC), entre 2010 e 2021, foram registrados 24 assassinatos de líderes indígenas e ambientais na Amazônia peruana¹⁰⁹. Essas lutas são normalmente protagonizadas por mulheres indígenas, que relatam sofrer diversos tipos de violência. Em uma pesquisa conduzida pelo Instituto Igarapé, intitulada “Somos Vitórias-régias”, das 84 mulheres peruanas entrevistadas, praticamente todas eram indígenas e 42% delas afirmaram ter sofrido violência psicológica por conta do seu ativismo¹¹⁰.

As causas dessa violência são normalmente disputas por controle do território para o exercício de atividades ilícitas, como a mineração ilegal e o narcotráfico. A insegurança jurídica das propriedades coletivas indígenas, por sua vez, restringe a capacidade das organizações indígenas de garantir a integridade das suas comunidades e a vida dos seus membros. Portanto, a violência é um fator decisivo que afeta sobremaneira a capacidade organizativa das populações indígenas no Peru.

Com isso, podemos afirmar que a manutenção do modelo neoliberal em meio a um clima de instabilidade política duradoura, somada à dificuldade do movimento indígena em conseguir projetar suas pautas no debate público nacional, faz com que as políticas voltadas à preservação do meio ambiente, em especial as que se voltam para a Amazônia, tenham sido mantidas à margem na história contemporânea do Peru. Tendo em vista esse pano de fundo, cabe agora analisar as decisões tomadas durante o governo atual, liderado por Dina Boluarte, tanto no âmbito do Ministério das Relações Exteriores (MRE) quanto no do Ministério do Meio Ambiente (MINAM), direcionadas para a Floresta Amazônica e os povos que nela residem.

108 ALBÓ, Xavier. Movimientos y poder indígena en Bolivia, Ecuador y Perú. Cuadernos de investigación, n. 71. La paz: CIPCA, 2009..

109 Disponível em: <https://www.raisg.org/wp-content/uploads/2023/09/PERU.pdf>

110 Disponível em: <https://igarape.org.br/temas/seguranca-climatica/defensoras-da-amazonia/somos-vitorias-regias/>

Os desafios e as contradições na conservação da Amazônia peruana: um olhar sobre a política ambiental e econômica

Após um período de hiperinflação nos anos 1980, o Peru implementou, nos anos 1990, reformas econômicas que culminaram em um crescimento médio do PIB de 3,2% ao ano¹¹¹. Esse resultado foi reflexo da confiança institucional e política obtida à época, tendo sido capaz de fomentar o desenvolvimento econômico do país. Depois de um período de estagnação na transição para o século XXI, o Peru voltou a experimentar um crescimento econômico sustentado entre os anos de 2002 e de 2019. O PIB se expandiu a uma taxa média anual de 5,1% (acima da média da América Latina, de 2,7%), propiciado pelas políticas macroeconômicas pró-mercado e por condições externas favoráveis – inclui-se aqui o *boom* de *commodities*¹¹². A estratégia econômica do Peru resultou na baixa dívida pública, em reservas internacionais substanciais e um banco central confiável para o empresariado. Desse modo, a renda *per capita* passou de US\$ 2.040 em 2002 para US\$ 7.126 em 2022¹¹³.

Apesar do robusto crescimento econômico, o Peru passou a registrar uma informalidade persistente no mercado de trabalho¹¹⁴, o que gera um cenário de vulnerabilidade econômica e social para grande parte da população. Isto, por sua vez, fragiliza a relação entre Estado e sociedade dificulta o fortalecimento das instituições e culmina no agravamento do problema da baixa governabilidade. Além disso, em 2023, a inflação de 6,5% e a contração de 0,6% no PIB em 2023 ajudam a entender que a macroeconomia não poderia mais se manter imune à instabilidade política e social do país. Como resultado, desde que assumiu a presidência, em dezembro de 2022, após a destituição de Pedro Castillo, Boluarte enfrentou uma onda de manifestações violentas, que tiveram como resultado a morte de manifestantes¹¹⁵. Além disso, sua gestão carece de apoio do Congresso e já chegou a ter 92% de desaprovação da população¹¹⁶.

A instabilidade política no Peru se estende à política ambiental, que enfrenta desafios advindos do perfil da economia. A balança comercial do país gira em torno da exportação de cobre (\$13,5 milhões), ouro (\$7,4 milhões), gás de petróleo (\$3,06 milhões), cobre refinado (\$2,52 milhões) e petróleo refinado (\$2,18 milhões)¹¹⁷. A economia é, pois, extremamente dependente do setor extrativista, em especial da comercialização de cobre, setor no qual a produção peruana corresponde a 10% da produção mundial¹¹⁸. Isso também faz com que o Peru seja vulnerável às flutuações no mercado global, resultando em crises econômicas internas.

Além disso, a exploração de petróleo na Amazônia peruana voltou a crescer 31% em relação à década passada¹¹⁹, ao mesmo tempo em que a recorrência de vazamentos de petróleo se tornou uma questão social e ambiental grave. Por exemplo, o derramamento de petróleo na refinaria *La Pampilla*, sob responsabilidade da Repsol, empresa multinacional de origem espanhola, ilustra a dimensão do problema. O caso emblemático ocorreu em 15 de janeiro de 2022 e foi considerado o “maior desastre ecológico da história peruana contemporânea”. Estima-se que mais de 34 mil pessoas tenham sido diretamente afetadas pelo vazamento¹²⁰.

111 Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/35b9319a-9c13-4b62-903c-11fdd53f4465/content>

112 Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/35b9319a-9c13-4b62-903c-11fdd53f4465/content>

113 Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/peru/overview>

114 Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/peru/overview>

115 SILVA, Kethlyn Gabi Winter da; ALBERTO, Felipe Vidal Benvenuto. Dina Boluarte se apresenta ao Ministério Público para responder sobre as mortes ocorridas em protestos desde dezembro. *Conjuntura Latitude Sul*, vol. 07, n. 06, Junho, 2023.

116 Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2024/10/13/dina-boluarte-en-su-peor-momento-92-del-peru-desaprueba-la-gestion-de-la-presidenta-de-la-republica/>

117 Disponível em: <https://oec.world/es/profile/country/per>

118 Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/35b9319a-9c13-4b62-903c-11fdd53f4465/content>

119 Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/energia/noticia/2023/07/12/petroleo-na-amazonia-o-interesse-aumenta-e-os-acidentes-tambem.ghtml>

120 Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2024/01/15/repsol-mantiene-impugnados-s97-millones-en>

A pauta ambiental: desencontro entre discurso e realidade e a dependência do financiamento externo

O cenário internacional é onde o governo de Dina Boluarte busca reconhecimento, uma vez que, domesticamente, a credibilidade das instituições e do próprio governo é baixa. Desse modo, em discursos, como o que realizou na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), em setembro de 2023, a presidente tem enfatizado a necessidade de dar um “rosto humano” à Amazônia para promover sua preservação¹²¹. No entanto, a dependência do setor extrativista e o crescimento do mercado de petróleo tornam essa pauta ambiental contraditória, evidenciando o desafio de equilibrar desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e estabilidade política em seu governo.

A Amazônia peruana compreende uma área de 782,880.55 km², o que equivale a 11,4% da Pan-Amazônia¹²². Com 56,4% do território nacional composto pela floresta, o Peru é o segundo maior país em que a Amazônia está presente, ficando atrás do Brasil¹²³. Com relação à economia do país, 7,1% do PIB, segundo dados de 2022, é dependente de recursos naturais advindos da Amazônia, como é o caso da agricultura, silvicultura e pesca¹²⁴. Na busca da exploração econômica da região, segundo dados levantados entre 2001 e 2022, cerca de 2.921.137 hectares de florestas foram degradados na Amazônia peruana¹²⁵.

Dentre as causas da degradação, pode-se citar a agricultura em larga e pequena escala, tráfico de terras, desmatamento ilegal, mineração ilegal de ouro, cultivo de folha de coca e construção de estradas¹²⁶. Só a mineração ilegal na Amazônia sul peruana foi responsável pela destruição de 30.846 hectares de floresta entre 2021 e 2024, além da contaminação das águas com mercúrio, o que é diretamente prejudicial para comunidades locais¹²⁷. A relação entre o governo nacional e os governos locais reflete a dificuldade em implementar políticas de fiscalização e conservação que sejam eficazes, fruto da instabilidade política no país.

As administrações de governos municipais não priorizam a conservação de recursos naturais, e as unidades orgânicas de recursos naturais sofrem restrições financeiras, causadas pela ausência de vontade política e capacidade de decisão das autoridades¹²⁸. Nesse contexto, os casos de abuso de poder e de corrupção agravam a inação de esforços para a preservação da Amazônia à nível local. Já a nível nacional, o governo falha em realizar ações concretas de preservação e de cooperação com outros países para tal, restringindo-se a proferir discursos em foros multilaterais que externalizam a preocupação com a região.

A retórica internacional do governo busca passar uma imagem de país comprometido com a sustentabilidade, porém, no âmbito doméstico, essa orientação é diluída em meio a problemas considerados “mais urgentes”. No discurso da presidenta Boluarte do dia 28 de julho de 2024¹²⁹, na ocasião da comemoração do aniversário de independência do Peru, por exemplo, os temas ambientais apareceram de forma bastante suscinta se comparados a outros temas abordados, não tendo sido mencionadas questões cruciais para a preservação

[-multas-contra-el-estado-peruano-segun-oefa/](#)

121 WINTER, Kethlyn. NASCIMENTO, Jefferson. Peru. Monitor da Governança Pan-Amazônica. Governança Pan-Amazônica, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Setembro, 2023..

122 Disponível em: <https://portalamazonia.com/amazonia-internacional/qual-a-porcentagem-que-os-paises-da-amazonia-internacional-possuem-do-bioma/>

123 Esse dado está de acordo com a mensuração feita em 2021 e está disponível em: <https://data.worldbank.org/country/peru>

124 Disponível em: <https://data.worldbank.org/country/peru>

125 Disponível em: <https://geobosques.minam.gob.pe/geobosque/view/perdida.php>

126 Disponível em: <https://es.mongabay.com/2024/01/amazonia-al-limite-deforestacion-degradacion-y-actividades-ilicidas-estan-acabando-con-el-bosque-tropical-mas-grande-del-planeta/>

127 Disponível em: <https://www.eloriente.com/articulo/peru-la-mineria-ilegal-esta-provocando-una-deforestacion-a-gran-escala/46588>

128 Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/16/19/8559>

129 O discurso do dia 28 de julho é sempre bastante esperado, pois os presidentes peruanos tradicionalmente emitem uma mensagem à nação na qual fazem um balanço da sua gestão e prometem um conjunto de medidas para o ano seguinte. Esse ritual, que existe desde 1832, é parte das celebrações do que os peruanos chamam de Festas Pátrias, nas quais se celebra o aniversário de independência do Peru, e está inclusive previsto no inciso 7 do artigo 118 da Constituição do país.

da biodiversidade da floresta, como a pesca ilegal em áreas protegidas, o assassinato de mais de 30 defensores das causas ambientais na última década, a “Lei Antiflorestal” e o Acordo de Escazú¹³⁰.

Não é apenas na agenda da presidência que a Amazônia aparece de forma marginal. Conforme observado nos Monitores da Governança Pan-Amazônica do OPSA, especialmente na análise realizada em abril de 2024¹³¹, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Peru tem demonstrado uma ausência de ações concretas relativas à preservação da floresta e das populações que nela residem. As ações do MRE mostram um foco desproporcionalmente maior em ações pontuais, sobretudo relacionadas à promoção da cultura indígena, mas carecem quanto à implementação de políticas estruturais. Identificamos que o MRE procura implementar uma espécie de “diplomacia ambiental-cultural”, que visa a promover eventos por meio de suas embaixadas para conscientizar os tomadores de decisão, sobretudo em países desenvolvidos, acerca da importância de preservar a biodiversidade da floresta e acerca da riqueza cultural dos povos amazônicos, em particular os povos indígenas.

Em contrapartida, o Ministério do Meio Ambiente (MINAM) tem tomado a frente na busca por investimentos para custear os projetos de preservação da floresta. Dentre as iniciativas tomadas pelo MINAM, podemos destacar o programa *Amazon Sustainable Landscapes* (ASL), que vem sendo gestado em parceria com o Banco Mundial (BM)¹³²; o *Programa para Bionegocios*, que conta com o apoio do Banco Interamericano para o Desenvolvimento (BID)¹³³; e o projeto intitulado *Cadenas de valor libres de deforestación en la Amazonía peruana* (Projeto FOLUR, na sigla em inglês), lançado com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês)¹³⁴. Foi implementado, ainda, o Programa Bosques, que conta com um investimento de US\$15,6 milhões do GEF.

No que concerne a cooperação interestatal, podemos destacar a assinatura da Declaração Conjunta de Intenções entre o Peru, a Noruega e a Alemanha para frear a emissão de gases do efeito estufa e a degradação dos bosques, que conta atualmente com o aporte de US\$10 milhões desembolsados pelo governo da Noruega. Além disso, o governo Boluarte lançou o Projeto *Probosques y Humedales*, em colaboração com a Agência de Cooperação Internacional do Japão, que foca na conservação dos ecossistemas de florestas e áreas úmidas amazônicas. Também foram investidos mais de 1,7 milhões de euros da União Europeia, por meio do plano de ação Peru-Euroclima, a fim de fortalecer o monitoramento das ações de mitigação de gases de efeito estufa e a redução da vulnerabilidade frente às mudanças climáticas.

Tais ações evidenciam que o MINAM vem adotando uma espécie de diplomacia ambiental voltada a atrair “financiamento verde”, ou seja, voltada a obter recursos provenientes de países centrais e de organizações multilaterais. O empenho do Ministério em organizar, entre os dias 16 e 18 de setembro, na cidade de Lima, o primeiro Fórum Internacional de Finanças Verdes foi o principal gesto neste sentido. O evento foi organizado conjuntamente com o Ministério de Economia e Finanças do Peru e contou com a participação de especialistas em assuntos financeiros de 18 países. O Fórum é descrito como um esforço para promover a articulação entre agências de cooperação e bancos de desenvolvimento com o objetivo comum de impulsionar financiamentos para projetos de desenvolvimento sustentável.

Portanto, ao analisarmos a atuação da presidência da República, do Ministério das

Relações Exteriores e do Ministério do Meio Ambiente no Peru, observamos que as ações

130 Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/estos-son-los-temas-ambientales-que-trato-dina-boluar-te-en-su-mensaje-a-la-nacion/>

131 WINTER, Kethlyn. NASCIMENTO, Jefferson. Peru. Monitor da Governança Pan-Amazônica. Governança Pan-Amazônica, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Abril, 2024.

132 WINTER, Kethlyn. NASCIMENTO, Jefferson. Peru. Monitor da Governança Pan-Amazônica. Governança Pan-Amazônica, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Maio, 2023.

133 WINTER, Kethlyn. NASCIMENTO, Jefferson. Peru. Monitor da Governança Pan-Amazônica. Governança Pan-Amazônica, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Maio, 2023.

134 WINTER, Kethlyn. NASCIMENTO, Jefferson. Peru. Monitor da Governança Pan-Amazônica. Governança Pan-Amazônica, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Junho, 2023.

134 WINTER, Kethlyn. NASCIMENTO, Jefferson. Peru. Monitor da Governança Pan-Amazônica. Governança Pan-Amazônica, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável. Julho, 2023.

concretas que visam a ampliar os financiamentos e a implementar políticas para preservar a Amazônia estão fortemente concentradas no MINAM. Na agenda do MRE e da presidência, a pauta ambiental não encontra a ressonância esperada, diante da urgência e da dimensão dos desafios impostos pelas mudanças climáticas e pela degradação da floresta. Essa descrição do MRE e da presidência se choca com a necessidade cada vez maior de transversalizar as políticas socioambientais, que, para serem efetivas, têm de contar com a participação de um número cada vez maior de ministérios e de atores políticos e sociais.

Isso se torna ainda mais grave no caso peruano, já que, nas 12 áreas entre as quais o orçamento público foi dividido em 2024, o meio ambiente aparece em 10º lugar no ranking dos que mais receberam recursos estatais, ficando à frente apenas das áreas de moradia/desenvolvimento e de cultura/esporte¹³⁵. Diante da escassez de recursos domésticos para aplicação em políticas ambientais, o Estado peruano mantém uma relação de forte dependência do financiamento estrangeiro, tal como no caso equatoriano.

Considerações finais

Embora tenha incorporado os direitos da *Pachamama* em sua Carta Magna no início dos anos 2000, o Equador segue dividido entre absorver financiamentos internacionais para a execução de políticas ambientais e permitir a exploração de petróleo e minérios em áreas de floresta e territórios indígenas. A contradição entre o texto constitucional e a prática política não é uma exclusividade do Equador, sendo esta uma característica que atravessa outros países da região, como o Brasil e a Bolívia. Hoje, um ano após o referendo que votou pelo fim da exploração em Yasuní, o extrativismo desenfreado continua a ocupar uma das maiores zonas de biodiversidade do planeta, devido à inação do governo em fazer cumprir a decisão popular e ao peso das divisas do petróleo na economia do país.

A decisão de priorizar o desenvolvimento da Amazônia Equatoriana, presente durante a campanha de Daniel Noboa, não se traduziu em ações coordenadas e efetivas para promover a preservação do bioma, tornando atualmente o Equador ainda mais dependente de recursos e insumos disponibilizados por organizações internacionais, principalmente àquelas vinculadas ao Sistema ONU (PNUD, PNUMA, FAO). No âmbito interno, é o Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica que cuida de grande parte da agenda ambiental e de mudanças climáticas, mostrando que essa ainda é uma questão setORIZADA e não uma política consolidada a nível nacional.

É importante salientar que grande parte das ações e iniciativas ambientais no Equador provém dos Governos Autônomos Descentralizados (GAD)¹³⁶, aos quais cabem os objetivos de “governar, dirigir, ordenar, dispor ou organizar a gestão ambiental e a defesa do ambiente e da natureza no âmbito do seu território”¹³⁷. É por meio dos GADs que, no âmbito subnacional, a sociedade civil, o setor público e o setor privado participam do processo de construção de ações e atividades, como as inúmeras estratégias de mudança climática e planos elaborados por províncias como Manabí, Pastaza, Napo, Morona Santiago e Sucumbíos. Outras políticas, como a *Estrategia Nacional de Cambio Climático del Ecuador* (ENCC), lançada em 2012 durante a presidência de Rafael Correa, cabem apenas ao governo central. Existe uma descoordenação entre essas ações e as políticas implementadas a nível subnacional, problema que dificulta a consolidação de uma agenda ambiental nacional sólida.

Em meio às dificuldades, tratativas para a coordenação de respostas regionais, articuladas entre movimentos indígenas, sociedade civil e fóruns multilaterais, como a OTCA, têm se mostrado úteis para a construção de soluções que incluam ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas – considerando as práticas e os conhecimentos das comunidades locais. A construção de um horizonte de real comprometimento com políticas

135 Disponível em: <https://latinarepublic.com/2023/12/12/perus-public-budget-for-2024/>

136 Regidos pela Constituição da República do Equador (Art.238-241) e pelo Código Orgânico de Organização Territorial, Autonomías e Descentralização (COOTAD).

137 Sánchez, Wilson L. Acción frente al cambio climático: gobernanza multinivel de los gobiernos subnacionales y locales en Ecuador. Estado & comunes, Revista de Políticas y Problemas Públicos. N.º 16, vol. 1, enero-junio 2023, pp. 39-59.

ambientais no Equador, no entanto, passa pela construção de alternativas que, no longo prazo, superem o modelo de desenvolvimento econômico pautado pelo extrativismo e consolidem a governança multinível.

Com relação ao Peru, observamos alguns elementos de similaridade com o caso equatoriano. A instabilidade política tem impedido que a pauta ambiental seja priorizada nas disputas políticas nacionais, em favor de outras agendas consideradas como “mais urgentes”, como o combate à corrupção, por exemplo. A combinação de um modelo econômico neoliberal alimentado por um extrativismo extremamente deletério ao meio ambiente e aos povos originários continua mantendo uma sólida hegemonia na sociedade peruana.

Outro ponto de encontro entre os casos equatoriano e peruano é a concentração das ações voltadas para a preservação da Amazônia nas mãos do Ministério do Meio Ambiente, o que vai de encontro à necessidade de transversalizar a pauta ambiental. O MRE e a presidência da República procuraram construir uma imagem mítica dos povos indígenas da floresta como forma de atrair investimentos, sem demonstrarem empenho para promover ações concretas para a proteção da floresta e dos povos que a habitam. Além disso, também verificamos que, no caso peruano, uma parcela insuficiente do orçamento é direcionada para essa pasta, o que torna o país, assim como o Equador, extremamente dependente dos recursos provenientes das agências multilaterais e de acordos bilaterais pontuais com determinados países desenvolvidos.

Por fim, podemos indicar que a diferença mais significativa entre os processos políticos equatoriano e peruano nas últimas décadas reside na organização dos movimentos indígenas. Como vimos, no Equador, os povos originários conseguiram se articular de forma consistente no século XXI de forma a pressionar para a inclusão dos direitos da natureza na Constituição de 2008. No Peru, embora os movimentos indígenas sempre tenham atuado de forma vigorosa em favor dos seus direitos, não conseguiram fazer com que suas demandas ganhassem tamanha relevância no debate público nacional, como ocorreu nos anos 2000 no país vizinho. A Constituição do Peru, inclusive, continua sendo a mesma herdada da ditadura de Fujimori, aprovada em 1993, a qual apresenta elementos fortemente neoliberais e autoritários. Contudo, notamos que essa diferença na trajetória institucional dos dois países não resultou em uma diferença substantiva no modo como as disputas em torno das pautas ambientais têm se dado no Equador e no Peru.



Geopolítica do petróleo e sustentabilidade ambiental: contradições de uma combinação na Guiana e no Suriname

Guilherme Domingues Fritz¹³⁸

Pesquisador do OPISA

Introdução

Este artigo busca analisar a conjuntura recente e o pano de fundo estrutural das inserções da Guiana e do Suriname no sistema internacional, a fim de explicitar a influência que seus modelos de desenvolvimento econômico têm nestes processos e avaliar as consequências políticas que tais modelos ensejam atualmente para os dois países em face dos desafios da emergência climática global. Trata-se de um esforço de sintetizar o acompanhamento mensal feito pelo autor no âmbito do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, iniciado pelo Observatório Político Sul-Americano (OPISA) em julho de 2023.

De antemão, cabe salientar a relevância de estudos sobre a Guiana e o Suriname hoje, dado o pouco conhecimento que predomina a seu respeito na literatura acadêmica. Em linhas gerais, são dois pequenos países da América do Sul, tanto em território quanto em demografia. A Guiana possui uma população de 741.300 pessoas em um território de 214.999 km². O Suriname, por sua vez, possui uma população de 645.300 pessoas em um território de 163.820 km². Apesar do passado colonial em comum com os demais países do continente, a independência de ambos ocorreu apenas na segunda metade do século XX: para a Guiana, em 1966; para o Suriname, em 1975. A língua oficial da Guiana é o inglês e a do Suriname é o holandês¹³⁹.

Além das diferenças linguísticas e conseqüentemente culturais por conta das especificidades do processo de colonização, ambos os países têm uma geografia cuja configuração promove uma espécie de “distanciamento natural” em relação aos outros vizinhos da América do Sul. Tanto a Floresta Amazônica, quanto o Escudo das Guianas (uma região de planalto) promovem essa clivagem espacial. Talvez por conta da combinação destas características, Guiana e Suriname pareçam realidades muito distantes do cotidiano político e social sul-americano, como se formassem uma espécie de sub-região dentro da América do Sul (Visentini, 2010).

Porém, de 2015 em diante, esse quadro predominante de isolamento e desconhecimento passou a apresentar alterações, de tal forma que ambos os países vêm ganhando, desde então, maior relevância na agenda externa de outros Estados e conseqüentemente no cenário internacional. O principal motivo foi a descoberta de grandes reservas de petróleo em seus territórios, com destaque para a Guiana, o que vem permitindo um crescimento econômico galopante e despertando o interesse de grandes e médias potências em garantir acesso à produção ou ao comércio do combustível. No entanto, essa dinâmica desdobra-se em um contexto de agravamento da emergência climática, em face do aumento contínuo da temperatura da Terra, para o que o uso de combustíveis fósseis é cientificamente entendido como sendo o principal vetor.

A partir destas informações preliminares, o artigo se desdobra em quatro seções a seguir. A primeira descreve brevemente o desenvolvimento do setor de petróleo no Suriname e na Guiana. Em seguida, explica-se a estratégia dos atuais governos de combinar esta atividade com práticas de sustentabilidade, na tentativa de conciliá-la com os esforços multilaterais globais de combate às mudanças climáticas. Por sua vez, a terceira seção expõe

138 Graduado em Defesa e Gestão Estratégica Internacional – UFRJ.

139 Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Guyana> ; <https://www.britannica.com/place/Suriname>

consequências políticas da expansão da economia petrolífera para relações bilaterais dos dois países, especialmente com potências extrarregionais. As considerações finais expõem uma breve reflexão sobre a atenção que o Brasil deve dispender para os dois vizinhos.

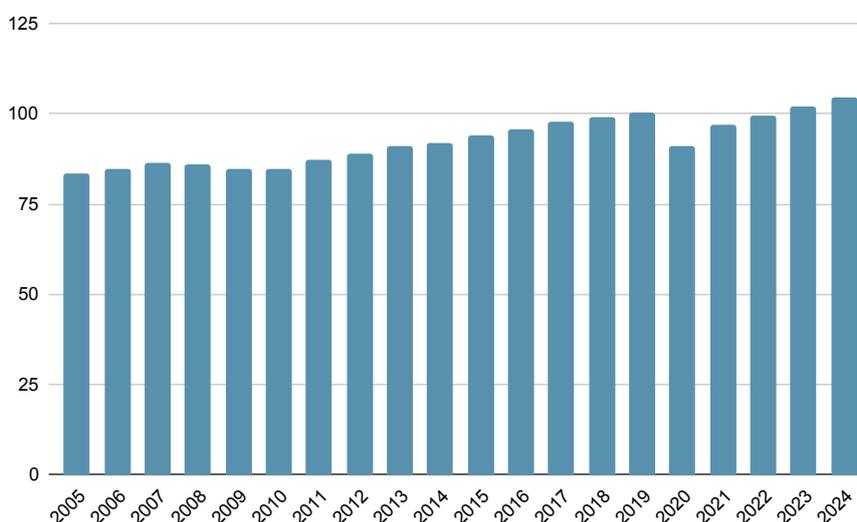
Desafiando o “consenso da descarbonização”

A dinâmica da exploração de petróleo na Guiana e no Suriname desdobra-se em um contexto do sistema internacional cuja pressão pela descarbonização das economias vem ganhando força. Breno Bringel e Maristella Svampa (2023), por exemplo, cunharam o termo “consenso da descarbonização” para designar a época atual em que o abandono dos combustíveis fósseis (especialmente petróleo, gás e carvão) é visto cada vez mais como um imperativo, em favor do fomento a energias renováveis e baterias de longa duração, o que pode ser verificado nos esforços políticos manifestados na forma de acordos multilaterais oficiais cada vez mais explícitos neste sentido¹⁴⁰.

Diante deste contexto, surge, assim, um dilema para a Guiana e o Suriname entre combater as mudanças climáticas e aumentar a quantidade de petróleo no mercado internacional. A resposta que os atuais governos dos dois países vêm escolhendo adotar consiste em se apoiar em seus altos percentuais de reservas florestais, especialmente na Amazônia, para criar medidas de compensação climática em relação aos gases de efeito estufa que o petróleo produzido emitirá. Deste modo, a ideia de ambos os governos é utilizar a renda do petróleo para fomentar um desenvolvimento econômico sustentável.

Tal estratégia é, em grande medida, amparada pelas condições atuais do mercado de petróleo internacional. A despeito das intenções manifestadas pelos países no plano multilateral da agenda climática, a realidade concreta do funcionamento do sistema econômico global ainda está atrelada a uma grande demanda por petróleo. Conforme sugere o gráfico 1, combustíveis fósseis tendem a manter um papel relevante e estratégico no futuro próximo:

Gráfico 1 – Demanda mundial por óleo cru (2005-2024) (em milhões de barris por dia)



Fonte: Statista, 2024¹⁴¹.

140 Formulada em 2015, a Agenda 2030 das Nações Unidas, por exemplo, representa um esforço coletivo em prol dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e pressupõe um processo de descarbonização da economia global. Disponível em: <https://www.undp.org/sustainable-development-goals> ; <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Além disso, na COP-28 do Clima, em 2023, os países signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas estipularam na declaração final, pela primeira vez, a necessidade de se perseguir transições energéticas para longe dos combustíveis fósseis.

141 2005 (83.65); 2006 (84.58); 2007 (86.5); 2008 (85.9); 2009 (84.6); 2010 (84.8); 2011 (87.2); 2012 (89.1); 2013 (91.1); 2014 (92); 2015 (94.2); 2016 (95.7); 2017 (97.67); 2018 (99.07); 2019 (100.27); 2020 (91.19); 2021 (97.08); 2022 (99.57); 2023 (102.21); 2024 (104.46). Disponível em: <https://www.statista.com/statistics/271823/global->

Portanto, apesar das pressões internacionais e do consenso pelo menos retórico sobre as consequências climáticas e ambientais dos combustíveis fósseis, a demanda pela matéria-prima tende a continuar alta no mercado internacional. Isto, conseqüentemente, situa Guiana e Suriname em uma posição de maior relevância na geopolítica da energia, já que são detentoras de novas reservas e podem se colocar como ofertantes neste mercado. Os crescimentos econômicos da China e da Índia as tornam os grandes centros de demanda, ainda que a previsão seja de que haja uma diminuição da demanda chinesa a partir de 2025¹⁴².

No caso do Suriname, em 2020, as empresas *Apache Corporation* (estadunidense) e *TotalEnergies* (francesa) fizeram descobertas significativas de petróleo em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE). Os primeiros sinais de petróleo no território apareceram em 1965, o que estimulou, na década seguinte, o interesse de multinacionais pela possibilidade na exploração do recurso. Contudo, as empreitadas não tiveram sucesso e, em 1980, o Suriname criou a empresa estatal *Staatsolie*, que assumiria a responsabilidade de desenvolver o setor e formar parcerias com as companhias estrangeiras¹⁴³.

As reservas descobertas em 2020 estimam que o Suriname possui o equivalente a 4,6 bilhões de barris de óleo e gás¹⁴⁴. No dia 1º de outubro de 2024, a *TotalEnergies* anunciou sua decisão de investimento final em um valor de US\$10,5 bilhões — mais que duas vezes o PIB do Suriname em 2023 — para poder explorar o Bloco 58, no qual a empresa possui 50% de empenho de capital. A perspectiva é que os primeiros barris estejam disponíveis em 2028¹⁴⁵, de modo que os grandes impactos do petróleo no Suriname ainda estão por vir.

Por sua vez, na Guiana, o setor de óleo e gás está em um momento diferente se comparado ao Suriname. As primeiras descobertas foram feitas apenas em 2015. A exportação de óleo cru teve início em 2020 e rapidamente se tornou a principal atividade de exportação do país: em 2022, atingiu o percentual de 85,9% do total da pauta exportada, conforme ilustra o gráfico 2¹⁴⁶. Por sua vez, conforme o gráfico 3, a renda do petróleo vem gerando um aumento vertiginoso do PIB da Guiana, cujo crescimento em 2022 foi de 63,4%¹⁴⁷, por exemplo. Como resultado, o país ostenta o maior crescimento percentual do PIB per capita da América do Sul hoje¹⁴⁸.

[-crude-oil-demand/](#).

142 Disponível em: <https://blogs.worldbank.org/en/opedata/growing-oil-supplies-amid-moderating-demand-and-geopolitical-unc> ; <https://www.reuters.com/markets/commodities/after-decades-china-sputters-engine-global-oil-demand-growth-2024-12-03/#:~:text=The%20IEA%20expects%20China%27s%20total,year%20between%202026%20and%202030> ; <https://economictimes.indiatimes.com/industry/energy/oil-gas/india-to-lead-world-in-fuel-demand-growth-iea/articleshow/110938209.cms?from=mdr>.

143 Disponível em: <https://www.staatsolie.com/en/about-us/history/>.

144 Disponível em: <https://oilnow.gy/featured/woodmac-estimates-4-6-billion-barrels-discovered-offshore-suriname/>.

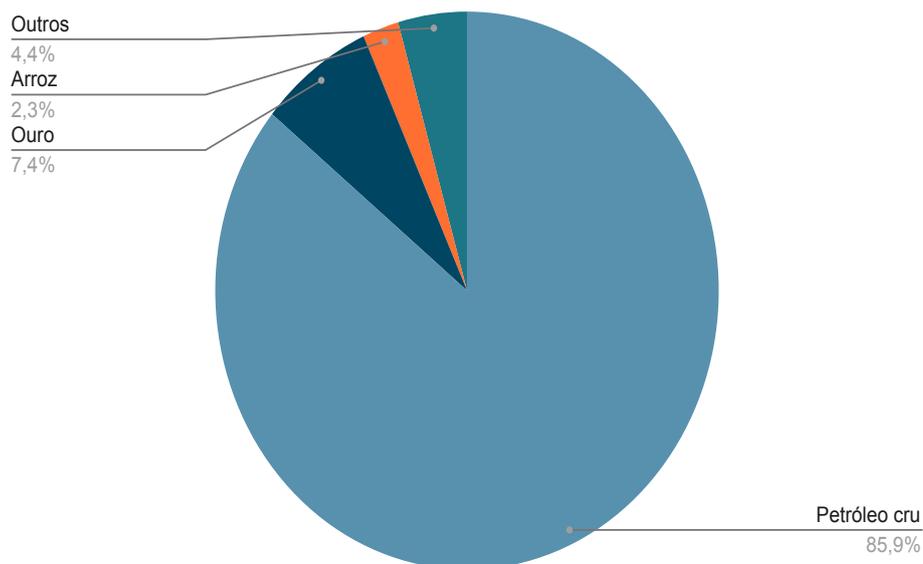
145 Disponível em: [https://totalenergies.com/news/press-releases/suriname-totalenergies-announces-final-investment-decision-granmorgu#:~:text=Total%20investment%20is%20estimated%20at,alongside%20APA%20Corporation%20\(50%25\)](https://totalenergies.com/news/press-releases/suriname-totalenergies-announces-final-investment-decision-granmorgu#:~:text=Total%20investment%20is%20estimated%20at,alongside%20APA%20Corporation%20(50%25)).

146 Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy?yearSelector1=2020&tradeScaleSelector1=tradeScale0&yearlyTradeFlowSelector=flow0&depthSelector1=HS4Depth>.

147 Disponível em: <https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=GY>.

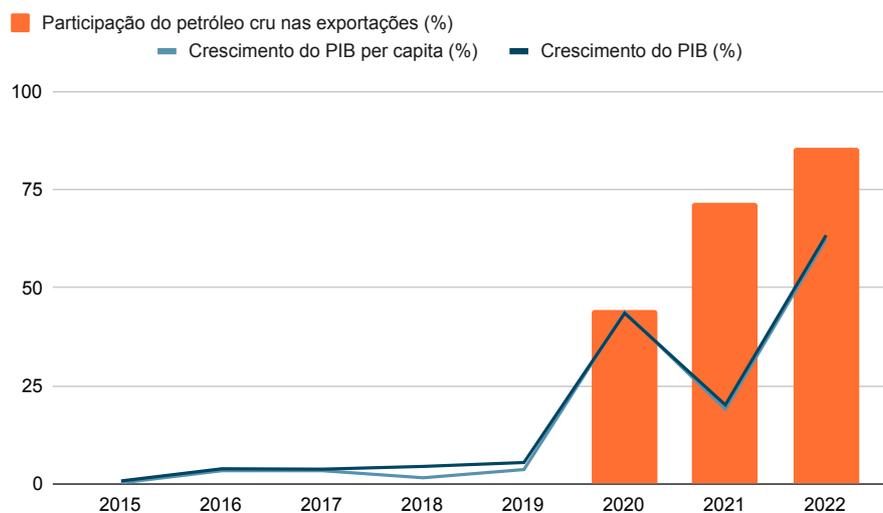
148 Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.KD.ZG?locations=GY-AR-BO-BR-EC-CL-CO-PY-PE-UY-VE-SR>.

Gráfico 2 – Composição das exportações da Guiana em 2022



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do The Observatory of Economic Complexity, 2024.

Gráfico 3 – Participação do petróleo cru nas exportações da Guiana, crescimento do PIB e crescimento do PIB per capita (2015-2022)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Grupo Banco Mundial, 2024.

A empresa estadunidense *ExxonMobil* é o principal agente do setor de óleo e gás na Guiana. O contrato firmado entre o Estado da Guiana e a empresa, em 2016, é muito criticado pela sociedade guianesa, que julga os termos injustos. No segundo trimestre de 2024, por exemplo, a multinacional divulgou seus resultados financeiros e revelou um lucro de US\$ 9,2 bilhões. O CEO da empresa, Darren Woods, declarou que tais valores foram possíveis graças à decisão da Guiana de não receber impostos da empresa¹⁴⁹.

A tentativa de combinar petróleo e sustentabilidade

De forma concomitante ao aumento da exploração de petróleo, o governo do Suriname, 149 Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/08/14/exxons-taxes-increase-globally-but-enjoys-tax-free-ride-in-guyana/>

presidido por Chandrikapersad Santokhi desde 2020, passou a evidenciar o tamanho das florestas nacionais, que cobrem cerca de 93% do território¹⁵⁰, como um fator decisivo para que o país possa exportar petróleo com contrapartidas sustentáveis, uma vez que a cobertura vegetal cumpriria um papel de absorção de carbono na atmosfera. Por exemplo, Santokhi deixou claro, em seus discursos na 78ª e 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), realizadas respectivamente em 2023 e 2024, que a estratégia de desenvolvimento do país consiste na combinação entre a exportação de petróleo, os investimentos advindos desta atividade e a preservação florestal, de forma que o objetivo é utilizar a renda petrolífera para a criação de uma economia sustentável¹⁵¹.

Cabe registrar que o Suriname é um dos únicos países convencionalmente classificados como emissores negativos de carbono, ou seja, capturam mais do que emitem gases de efeito estufa. Além disso, a preservação das florestas também configura um ativo financeiro no que tange o mercado de créditos de carbono. Em 2023, o Suriname anunciou a oferta dos primeiros créditos de carbono no âmbito do Acordo de Paris¹⁵².

Assim como no caso do Suriname, a Guiana aposta em uma estratégia que combina a preservação de suas florestas (mais de 80% do território¹⁵³) e a exportação do petróleo cru. Irfaan Ali, presidente da Guiana, também deixa explícito que o plano de desenvolvimento do país consiste no arranjo entre sustentabilidade, crescimento econômico e redução das desigualdades sociais — no interior da sociedade e também entre os Estados —. Assim como Santokhi, Ali utilizou seu tempo de fala nas aberturas dos debates anuais nas Nações Unidas para tratar do tema¹⁵⁴.

Em 2009, a Guiana tornou-se o primeiro país em desenvolvimento a publicar um plano de ação em prol do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono — *Low-Carbon Development Strategy* (LCDS) 2030 —, à época sob a presidência de Bharrat Jagdeo, atualmente vice-presidente¹⁵⁵. Apesar de o documento ter origem em 2009, o parlamento da Guiana o aprovou apenas em 2022, após modificações e incrementos ao longo dos anos¹⁵⁶. Em linhas gerais, a LCDS 2030 possui os seguintes objetivos: 1) valorização dos serviços ecossistêmicos, 2) investimento em energia limpa e estímulo ao crescimento de baixo carbono, 3) proteção contra a mudança climática e a perda de biodiversidade e 4) alinhamento com os objetivos globais em clima e biodiversidade¹⁵⁷.

Tanto Santokhi quanto Ali aliam a defesa da sustentabilidade à necessidade de se ter crescimento econômico e geração de riqueza. Também prometem direcionar os recursos auferidos na economia petrolífera para dinamizar outros setores e evitar a dependência excessiva sobre o extrativismo (“doença holandesa”). Cabe destacar que o Suriname é o país com o menor Produto Interno Bruto (PIB) na América do Sul, enquanto a Guiana registra o segundo menor — ver gráfico 4 —. Ambos os países possuem uma economia de baixa complexidade, ou seja, produzem sobretudo bens com baixo valor agregado. Com as recentes descobertas de petróleo, os dois países vislumbram, em suma, a possibilidade de um crescimento econômico ímpar em sua história, com possibilidade de modernizar o setor primário, alavancar processos de industrialização e expandir serviços.

150 Disponível em: <https://www.surinameredd.org/en/reddplus-suriname/#:~:text=Suriname%20is%20a%20high%20forest,known%20as%20a%20HFLD%20country.>

151 Conjuntura Latitude Sul - Setembro de 2023. Disponível em: opsa.com.br.

152 Disponível em: <https://www.reuters.com/sustainability/sustainable-finance-reporting/suriname-seeks-30-per-credit-first-paris-agreement-carbon-sale-minister-2023-10-10/>

153 Disponível em: [https://otca.org/pt/guyana/.](https://otca.org/pt/guyana/)

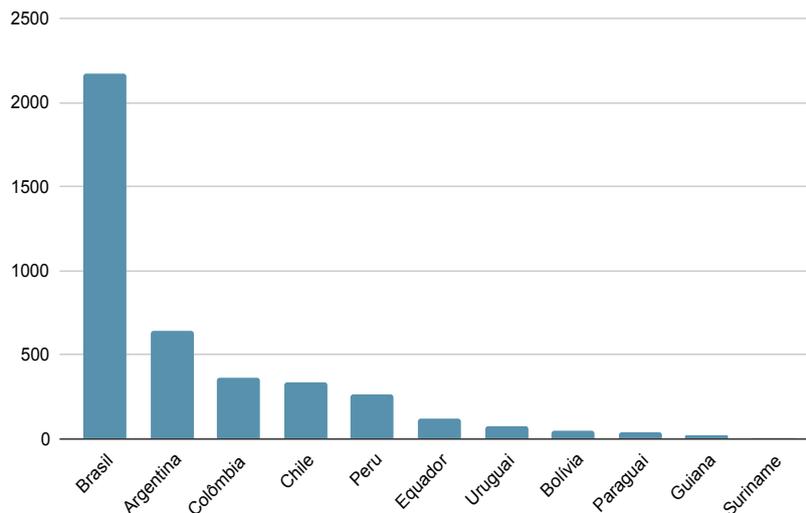
154 Conjuntura Latitude Sul - Setembro de 2023. Disponível em: opsa.com.br.

155 Disponível em: <https://lcds.gov.gy/wp-content/uploads/2022/08/Guyanas-Low-Carbon-Development-Strategy-2030.pdf>.

156 Disponível em: [https://lcds.gov.gy/parliamentary-resolution-lcnds-2030/.](https://lcds.gov.gy/parliamentary-resolution-lcnds-2030/)

157 Disponível em: [https://fpdmc.gov.gy/guyanas-low-carbon-development-strategy-lcnds/.](https://fpdmc.gov.gy/guyanas-low-carbon-development-strategy-lcnds/)

Gráfico 4 – Valor total do PIB dos países da América do Sul em 2023 (em US\$)



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Grupo Banco Mundial, 2024¹⁵⁸

Nesta visão que procura conciliar o direito ao desenvolvimento nacional e as pressões climáticas globais, a Amazônia se situa como estratégica para os dois países, por ser capaz de abrigar projetos de conservação florestal que capturem carbono da atmosfera. As reservas de petróleo são do tipo off shore, distantes das florestas. Cabe destacar que, em relação aos outros países que compõem a região pan-amazônica, a Guiana e o Suriname são aqueles que possuem a maior parte de seus territórios cobertos por florestas nativas. Neste contexto, políticas globais, regionais ou bilaterais que afetem a Amazônia tendem a ganhar centralidade para seus Estados.

Desdobramentos nas relações externas

A região de extração offshore na Guiana e no Suriname passou a abrigar uma série de empresas cuja capacidade de produção e obtenção de capital é parte do conjunto do aparato político e econômico de seus Estados-sede. Para os Estados Unidos, por exemplo, é importante que a ExxonMobil consiga operar de forma adequada em suas empreitadas na Guiana. O mesmo vale para a França em relação a *TotalEnergies* no Suriname. Essas empresas, além de operarem como parte do conjunto produtivo, também representam meios para a obtenção de uma mercadoria estratégica. Portanto, em nossa concepção, desempenham um papel econômico e geopolítico para si, para seus Estados-sede e para os países que recebem suas operações.

Deste atrelamento da Guiana e do Suriname a potências extrarregionais, podem surgir tensões regionais. Um caso concreto já manifestado é a questão da soberania sobre Essequibo, região em cujo litoral estão as reservas de petróleo recém descobertas da Guiana. O conflito em torno de sua soberania remonta ao século XIX, mas ainda tem repercussões atuais. O território é internacionalmente reconhecido como sendo guianense, porém a Venezuela sempre contestou a validade do entendimento. As tensões em Essequibo reascenderam depois que um plebiscito realizado pelo governo venezuelano em dezembro de 2023 terminou com a vitória da posição de que o território deveria ser incorporado à Venezuela. Na sequência, o presidente Irfaan Ali declarou que a implementação de uma base estadunidense na região, para garantir a sua soberania, não seria algo impossível. O Comando Militar Sul dos Estados

158 Os valores de cada PIB são: Brasil (US\$ 2.17 Tri), Argentina (US\$ 640.59 Bi), Colômbia (US\$363.54 Bi), Chile (US\$335.53 Bi), Peru (US\$267.6 Bi), Equador (US\$118.84 Bi), Uruguai (US\$77.24 bi), Bolívia (US\$45.85 Bi), Paraguai (US\$42.96 Bi), Guiana (US\$ 16.76 Bi) e Suriname (US\$3.78 Bi). Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD?end=2023&locations=GY-AR-BO-BR-EC-CL-CO-PY-PE-UY-VE-S-R&start=2023&view=bar>.

Unidos (US SOUTHCOM) realizou exercícios de cooperação com o Exército da Guiana pouco tempo depois. Ainda em dezembro de 2023, o Reino Unido chegou a enviar um navio de guerra para as águas caribenhas, o que foi interpretado como uma ameaça por parte do governo venezuelano (Batista e Fritz, 2024).

Em 14 de abril de 2023, meses antes do imbróglcio causado pelo plebiscito, Guiana e Venezuela reuniram-se e divulgaram uma declaração conjunta em que se comprometeram a não utilizar meios militares para resolver o imbróglcio. O encontro foi feito em São Vicente e Granadinas e contou com a presença de Celso Amorim, Assessor Especial da Presidência da República do Brasil. Um outro encontro foi agendado para janeiro de 2024 no Brasil, a fim de renovar os votos de distensão. Na ocasião, os representantes de Venezuela e Guiana reafirmaram o compromisso com uma resolução não-bélica¹⁵⁹.

Além disso, em abril de 2024, foi realizada a 3ª sessão dos Diálogos Estratégicos do Escudo das Guianas, cujos participantes foram: Guiana, Suriname, França (devido à posse da Guiana Francesa) e, como observador, o Brasil. Parte das questões tratadas referiram-se a Essequibo, tema em que os participantes reforçaram o apoio à Guiana. No mês seguinte, a França, por meio de seu embaixador na Guiana, Bouillane de Lacoste, informou que estava disposta a concretizar a formação de um grupo de trabalho voltado para assuntos de segurança e defesa. Por sua vez, a Guiana anunciou a compra de navios de patrulha fabricados pela empresa francesa OCEA S.A., que, em contrapartida, pretende instalar-se em Georgetown¹⁶⁰.

Para além da questão de Essequibo, os territórios da Guiana e do Suriname representam uma espécie de “portão” para entrar ou sair do continente americano. Alguns rios, como o rio Essequibo, são canais estratégicos para acessar o interior do subcontinente sul-americano, de forma que organizações do crime transnacional utilizam tais meios. Em junho de 2024, a subsecretária dos Estados Unidos para o Controle de Armas e Segurança Internacional, Bonnie Jenkins, foi até a Guiana para tratar de questões que envolviam segurança climática e fronteiriça, de forma que uma perspectiva holística da questão foi discutida entre Jenkins e autoridades da Guiana, como o primeiro-ministro Mark Phillips¹⁶¹. Dadas estas preocupações, Estados Unidos e Guiana também vêm cooperando no combate ao crime transnacional, exemplificado por exercícios militares realizados nos meses de julho e agosto de 2024¹⁶².

Antony Blinken, Secretário de Estado dos Estados Unidos no governo Biden, esteve pessoalmente na Guiana em julho de 2023¹⁶³ para uma reunião com o presidente Irfaan Ali. Em setembro de 2024¹⁶⁴, ambos voltaram a se reunir em Nova York. Nas duas ocasiões, os principais assuntos diziam respeito ao aprofundamento da cooperação nas áreas do comércio e da segurança.

A aproximação com os Estados Unidos não ficou reservada à Guiana. Em maio de 2024, o Exército Nacional do Suriname e o Comando Militar Sul dos Estados Unidos assinaram o Quadro de Engajamento e Cooperação com duração de cinco anos¹⁶⁵. Em outubro daquele ano, o Ministro da Justiça e da Polícia do Suriname, Kenneth Amoksi, e o embaixador estadunidense no Suriname, Robert Faucher, assinaram dois acordos militares. O primeiro refere-se ao controle de narcóticos nas fronteiras do Suriname. O segundo trata de possíveis interceptações aéreas e inclui a possibilidade de compartilhamento de informações aéreas, terrestres e marítimas do Suriname com o Departamento de Defesa e Cooperação Regional dos Estados Unidos. Ambos os acordos estão voltados ao combate do crime transnacional¹⁶⁶. Trabalhos acadêmicos produzidos por pesquisadores estadunidenses já defendem que essas aproximações com Suriname e Guiana são estrategicamente benéficas aos Estados Unidos (Ellis, 2020).

159 Monitor da Governança Pan-Amazônica - Janeiro de 2024. Disponível em: opsa.com.br

160 Conjuntura Latitude Sul - Maio de 2024. Disponível em: opsa.com.br

161 Monitor da Governança Pan-Amazônica - Junho de 2024. Disponível em: opsa.com.br

162 Conjuntura Latitude Sul - Agosto de 2024. Disponível em: opsa.com.br

163 Disponível em: <https://www.state.gov/secretary-antony-j-blinken-and-guyana-president-irfaan-ali-at-a-joint-press-availability/>

164 Conjuntura Latitude Sul - Setembro de 2024. Disponível em: opsa.com.br

165 Conjuntura Latitude Sul - Maio de 2024. Disponível em: opsa.com.br

166 Conjuntura Latitude Sul - Outubro de 2024. Disponível em: opsa.com.br

A presença da China também é crescente na região do Escudo das Guianas. As capacidades financeiras do país asiático são percebidas por Guiana e Suriname como meios para estreitar projetos de cooperação econômica. Em abril de 2024, Chan Santokhi reuniu-se com Xi Jinping em Pequim e entregou uma carta, redigida por ele em conjunto com Irfaan Ali, cujo conteúdo foi um pedido de financiamento aos chineses para a construção de uma ponte que ligasse ambos os países¹⁶⁷.

Em novembro de 2024, a embaixadora chinesa na Guiana, Guo Haiyan, afirmou que o comércio bilateral entre Guiana e China chegou ao valor de US\$800 milhões no primeiro semestre de 2024. O valor representa um crescimento de 31% em relação ao mesmo período no ano anterior. Muitos projetos de infraestrutura na Guiana já estão sendo realizados por empresas chinesas, como, por exemplo, a Ponte do Porto de Demerara (Demerara Harbour Crossing)¹⁶⁸.

Ainda em novembro de 2024, o primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi, viajou até Georgetown, capital da Guiana, para participar da II Cúpula CARICOM-Índia. Durante a viagem, Modi discursou no Parlamento da Guiana, tornando-se o primeiro primeiro-ministro indiano a realizá-lo. Durante a sessão, o passado em comum¹⁶⁹ que liga os países foi exaltado como justificativa para a manutenção e o aprofundamento da cooperação bilateral. Modi afirmou que a Guiana tem um papel ímpar para a segurança energética da Índia¹⁷⁰. Além disso, as partes assinaram dez Memorandos de Entendimento (MoU), que trataram de temas variados, como cooperação em agricultura e no setor de hidrocarbonetos, por exemplo¹⁷¹.

Considerações finais

As maiores economias do mundo consomem altas quantidades de petróleo, em grande medida extraído e exportado do Oriente Médio, de forma que demais ofertantes desempenham um papel relevante neste mercado, mas não o principal, em termos geopolíticos. Porém, por conta de eventos bélicos como a guerra em Gaza e a guerra entre Rússia e Ucrânia, as cadeias logísticas e os preços do petróleo estão sendo perturbados atualmente, o que suscita um cenário de insegurança pelo lado da oferta, de forma que fornecedores menores e menos tradicionais acabam obtendo maior relevância para as grandes e médias potências.

É neste cenário que sugerimos um olhar atento para Guiana e Suriname, que podem cumprir o papel de fornecedores de energia fóssil às grandes economias, seja para o desenvolvimento econômico em tempos de paz, seja para os movimentos de preparação para conflitos, visto que o número de grandes combates vem aumentando no planeta. Portanto, ainda que sejam pequenas economias, ambas emergem como ofertantes estratégicas em potencial, cumprindo um papel de “salvaguarda”.

Além disso, os governos dos dois países almejam situá-las como produtoras ambientalmente responsáveis, dado o nível florestal em seus territórios, o que permitiria compensar emissões de gases de efeito estufa. Trata-se de um discurso que pode apelar às populações dos países compradores em tempos de emergência climática, ainda que a estratégia de compensação possa ser criticada como um tipo de obstrucionismo climático capaz de atrasar medidas de despoluição mais ambiciosas por parte de empresas altamente poluidoras, como petrolíferas.

Não obstante, o que chamamos de combinação contraditória entre produzir petróleo

167 Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/05/25/brug-corantijnrivier-guyana-en-suriname-zoeken-chinese-financiering/>

168 Disponível em: <https://jamaica-gleaner.com/article/business/20241211/china-guyana-trade-skyrockets-us800m>

169 Ver: <https://dialogosinternacionais.com.br/?p=3289>

170 Disponível em: https://www.economist.com/the-world-ahead/2024/11/20/indias-economy-will-soon-ouvertake-japans?utm_medium=cpc.adword.pd&utm_source=google&ppccampaignID=15798087563&ppca_dID=131104127759&ppcgclid=Cj0KCQiAsOq6BhDuARIsAGQ4-zjPE-WIUat3TfIW9Kf0xjQEoVceHb1eC-GCVTVzJAt5kNxAAMNwr_b8aApreEALw_wcB&gad_source=1&gclid=Cj0KCQiAsOq6BhDuARIsAGQ4-zjPE-WIUat3TfIW9Kf0xjQEoVceHb1eC-GCVTVzJAt5kNxAAMNwr_b8aApreEALw_wcB&gclid=aw.ds

171 Conjuntura Latitude Sul - Novembro de 2024. Disponível em: opsa.com.br

(que aumenta a poluição atmosférica) e conservar florestas (que a diminui) é uma estratégia que permite uma presença maior de ambos os países no sistema internacional, na qual a oferta de energia barata e a busca de objetivos sustentáveis emergem como características fundamentais. O desenvolvimento dos dois países e a sua inserção internacional tendem a estar condicionados, portanto, pela combinação dessas variáveis: petróleo, geopolítica da energia, pressões por descarbonização e preservação da Floresta Amazônica.

Não menos importante, ambos os Estados possuem diante de si a chance de adquirir recursos nunca antes possíveis em sua história para reduzir problemas do subdesenvolvimento. A questão não é isenta de problemáticas, como, por exemplo, a eficácia de se perseguir uma trajetória de desenvolvimento amparado em combustíveis fósseis em meio à crise climática, que dificultam previsões sobre o valor destes investimentos no longo prazo. Além disso, a possibilidade de uma “doença holandesa” que provoque super-especializações da economia em torno do petróleo pode dificultar a complexificação das cadeias de valor nos dois países. Finalmente, o grau de controle dos Estados sobre as atividades de empresas transnacionais será fundamenta para o grau de distribuição de renda que a economia petrolífera é capaz de suscitar nas sociedades de Guiana e Suriname.

Apesar da proximidade geográfica sugerir que a zona de influência política do Escudo das Guianas é predominantemente dos Estados Unidos, tanto Suriname quanto Guiana parecem aproveitar-se da conjuntura para performar um movimento pendular no que tange a proximidade entre Estados Unidos e China, evitando alinhamentos automáticos com Washington¹⁷². Manter uma aproximação com o Brasil pode contribuir para fortalecer este movimento e resultar, ainda, em uma governança pan-amazônica mais autônoma em relação a potências extrarregionais.

Referências bibliográficas

BATISTA, T. J. ; FRITZ, G. D. Essequibo: conjuntura recente da histórica disputa entre Guiana e Venezuela. Boletim OPSA, n. 1, Jan./Mar., 2024.

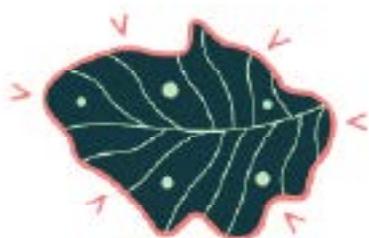
BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del Consenso de los Commodities al Consenso de la Descarbonización. Nueva Sociedad, n. 306, 2023. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarboniz-acion/>.

ELLIS, R. Evan. Guyana: opportunities and challenges for the United States and the Caribbean Basin. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep26412>.

PIRES, M. C.; BARBOSA, L.; QUITO, V. L. Some notes on the triangle of Guyana, USA, and China. OPEU, 31 maio 2024. Disponível em: <https://www.opeu.org.br/2024/05/31/some-notes-on-the-triangle-of-guyana-usa-and-china/>.

VISENTINI, P. F. Guiana e Suriname: uma outra América do Sul. Revista Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 27-40, ago./set. 2010.

172 Ver: <https://www.opeu.org.br/2024/05/31/some-notes-on-the-triangle-of-guyana-usa-and-china/>



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Julho de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	58
Brasil.....	59
Colômbia.....	61
Equador.....	63
Guiana.....	64
Peru.....	66
Suriname.....	67
Venezuela.....	68
OTCA.....	69

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

Em 9 de julho, aconteceu um encontro entre os presidentes da Bolívia e do Brasil, na cidade de Santa Cruz de la Sierra, com o objetivo de fortalecer os laços de amizade e cooperação entre os Estados [1]. Durante a visita, os presidentes Luis Arce e Luiz Inácio Lula da Silva discutiram agendas de trabalho comuns aos dois países, perpassando temas como:

promoção do comércio e investimentos, integração física e energética, combate ao narcotráfico e ao crime organizado, bem como temas de saúde, migração e cooperação fronteiriça [2]. Como resultado da reunião, Bolívia e Brasil assinaram 10 acordos bilaterais [3].

Com relação à agenda energética, assunto de grande interesse por parte dos países, anunciou-se uma nova iniciativa voltada para a distribuição do que chamaram de “energia limpa, contínua e confiável” às populações do norte da Amazônia boliviana, incluindo as cidades de Cobija, Guayaramerín e Riberalta. Segundo dados do *Ministerio de Hidrocarburos y Energías*, este projeto beneficiará cerca de 58 mil residências que atualmente estão isoladas do Sistema Interconectado Nacional (SIN). Além disso, esta iniciativa tem como objetivo descarbonizar a Amazônia boliviana, com uma redução de emissão estimada de 133 mil toneladas de CO₂ ao ano. A energia boliviana poderá ser comercializada no mercado brasileiro, permitindo um acréscimo de US\$ 9 milhões de dólares por ano [4].

Ademais, foi assinado um Memorando de Entendimento (MdE) para aperfeiçoar a operação da Usina Hidrelétrica Jirau na Costa 90. Este acordo tem como objetivo otimizar o uso dos recursos hídricos compartilhados e obter benefícios energéticos para ambos os Estados [5]. Frente à agenda ambiental, o ministro de *Medio Ambiente y Agua*, Alan Lisperguer, reuniu-se com sua par brasileira, a ministra Marina Silva, para discutir uma agenda bilateral entre Bolívia e Brasil. Esta iniciativa é inédita nas relações bilaterais dos países e pretende incluir temas como incêndios florestais, povos indígenas, segurança alimentar, biocombustíveis, gestão integral dos recursos hídricos transfronteiriços, entre outros assuntos [6].

Neste encontro, as autoridades concordaram em criar uma Comissão Mista para desenvolver ações conjuntas no manejo integral do fogo e no combate aos incêndios florestais na Amazônia e marcaram um segundo encontro em Corumbá, Brasil, para dar continuidade aos acordos alcançados neste encontro. Em suas falas, destacaram a importância de conservar, restaurar e gerenciar de forma sustentável as florestas tropicais na Amazônia. Além disso, acolheram a iniciativa “Unidos por Nossas Florestas” e concordaram que o Brasil apoiará ativamente a inclusão da Bolívia em diferentes coalizões sobre florestas tropicais e Amazônia [6].

Referências

[1] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/07/09/16417/>

[2] Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-a-santa-cruz-de-la-sierra-bolivia

[3] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/07/09/16442/>

[4] Disponível em: <https://www.mhe.gob.bo/2024/07/09/bolivia-y-brasil-firman-acuerdo-de-energia-limpia-que-beneficiara-a-58-mil-hogares-en-el-norte-amazonico-boliviano/>

[5] Disponível em: <https://www.abi.bo/index.php/noticias/politica/36-notas/noticias/economia/52493-hidroelectricas-brasilenas-proveeran-electricidad-a-guayaramerin-riberalta-y-cobija>

[6] Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/07/10/historico-declaracion-conjunta-de-bolivia-y-brasil-arma-agenda-bilateral-en-materia-ambiental/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de julho foi marcado pela continuidade de uma seca intensa e fora de época



na Amazônia brasileira, motivada pelas mudanças climáticas, que diminuiu o nível de rios e produziu 14.250 focos de calor (o maior número em duas décadas para o período e 60% a mais do que no mesmo intervalo do ano passado). [1] Além disso, o Imazon (organização da sociedade civil) anunciou que o desmatamento na Amazônia brasileira subiu em junho (especialmente no Amazonas, Pará e Maranhão), interrompendo um movimento de queda registrado nos 14 meses anteriores (o mês foi marcado por uma greve parcial de servidores federais ambientais). Entretanto, ainda segundo o Imazon, o desmatamento diminuiu em Unidades de Conservação e em terras indígenas, nos seis primeiros meses de 2024, atingindo o menor tamanho para o período em uma década, nestes tipos específicos de áreas da Amazônia [2].

Na política, ações domésticas e internacionais marcaram o mês. Entre 22 e 26 de julho, foi realizado, no Rio de Janeiro, paralelamente a um encontro entre ministros do desenvolvimento do G20, o evento “Estados do Futuro”, organizado, em parte, pelo Ministério de Relações Exteriores brasileiro. Diversos integrantes do governo Lula estiveram presentes para debater desenvolvimento sustentável com representantes da sociedade civil e de organizações internacionais [3]. No dia 22, o chanceler Mauro Vieira compôs o painel de abertura e lembrou, a respeito da Amazônia, que “o Itamaraty retomou o apoio à participação da sociedade civil em grandes debates de política externa, como demonstram os Diálogos Amazônicos”, realizados em 2023, no âmbito da Cúpula de Chefes de Estado da OTCA. [4]

Por sua vez, no dia 23, Tereza Campello, diretora socioambiental do BNDES, afirmou que o Brasil pretende liderar a reconstrução de florestas tropicais em escala global ao cuidar da Amazônia. Detalhou o projeto “Arco de Restauração da Amazônia”, que contará inicialmente com R\$ 1 bilhão de financiamento do BNDES (sendo R\$ 450 milhões do Fundo Amazônia e R\$ 550 milhões do Fundo Clima) para projetos neste sentido. A ação integrará a primeira de duas fases: a primeira, até 2030, prevê a recuperação de 6 milhões de hectares, com um investimento estimado de R\$ 51 bilhões (US\$ 10 bilhões); a segunda, entre 2030 e 2050, almeja a recuperação de outros 18 milhões de hectares, com investimentos de R\$ 153 bilhões (ou US\$ 30 bilhões). Campello salientou que o Brasil espera a cooperação financeira de outros países para atingir as metas. [5]

No dia 26, desta no âmbito do G20, Fernando Haddad, ministro da Fazenda, também apresentou uma proposta que toca a política externa brasileira. Tratou-se de uma versão aprimorada da ideia apresentada pelo Brasil na COP-28, em 2023, que visa à criação de um fundo para florestas tropicais, ora chamado de *Tropical Forest Financing Facility* (TFFF) e traduzido para Fundo Florestas Tropicais para Sempre. A proposta pretende remunerar esforços para manter florestas em pé, porém sem envolver o comércio de créditos de carbono. O governo espera captar US\$ 100 bilhões da iniciativa privada, mas, para aumentar a confiança do investidor, busca mais US\$ 25 bilhões de doações de governos. Cerca de 12 a 15 países concordaram com a proposta [6].

Por fim, no dia 29, em encontro promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Belém, a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, anunciou iniciativas de cooperação com o Brasil (além de Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname) para combater o desmatamento e a mineração ilegais na Amazônia. O programa prevê quatro eixos: fortalecimento da cooperação regional para interromper o financiamento de atividades criminosas, treinamento de autoridades para conduzir investigações de lavagem de dinheiro, compartilhamento de informações entre governos e investigações criminais conjuntas [7]. Também participaram do mesmo encontro Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil, e Helder Barbalho, Governador do Pará. Enquanto

Marina reforçou a importância de associar os investimentos às evidências científicas, o governador fez um apelo para que os Estados Unidos exerçam maior participação e liderança no financiamento climático mundial. Além disso, o BID anunciou a renovação dos investimentos no programa Amazônia Para Sempre, de US\$ 1 bilhão em 2023 para US\$ 4,2 bilhões em 2024. O financiamento será distribuído entre 191 projetos. O número de países doadores do programa passou de cinco para nove: Reino Unido, Alemanha, Espanha, Itália, Noruega, Israel, Países Baixos (Holanda), Suécia, e Suíça [8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/07/24/cai-o-desmatamento-em-areas-protegidas-na-amazonia>
- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/07/10/seca-faz-amazonia-virar-barril-de-polvora-e-queimadas-batem-recorde>
- [3] Disponível em: <https://oei.int/pt/escritorios/brasil/eventos/states-of-the-future-evento-paralelo-do-g20-discute-modelo-de-estado-para-desenvolvimento-sustentavel-e-socialmente-justo>
- [4] Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/mauro-vieira/discurso-do-ministro-mauro-vieira-na-abertura-da-sessao-do-evento-states-of-the-future>
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/24/pais-quer-liderar-reconstrucao-internacional-de-florestas.ghtml>
- [6] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leticia-casado/2024/07/26/haddad-florestas-g20.htm>
- [7] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/29/transicao-para-baixo-carbono-requer-us-3-tri-diz-yellen.ghtml>
- [8] Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/07/6907814-bid-investe-uss-42-bi-em-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia.html>

Colômbia

Por Isabella Pereira e Júlia Furtado Reis

No dia 8 de julho, Susana Muhamad, Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Colômbia, anunciou que o desmatamento na Colômbia atingiu o menor valor em 23 anos no ano de 2023 [1]. No geral, em 2023, cerca de 79.256 hectares de florestas foram desmatados no país, o que representa uma redução de 36% em relação ao desmatamento de 2022. Esse é o menor número já registrado na série histórica de dados do governo colombiano, que foi iniciada em 2000. Segundo Muhamad, o governo colombiano identificou que “existe uma associação direta entre a paz e o resultado do desmatamento, as condições de paz geram redução” [1]. O desmatamento na região amazônica teve uma redução ainda maior, de 38%, com um total de 44.247 hectares perdidos em 2023 [2].

Em meio à repercussão da redução histórica no desmatamento das florestas colombianas, no dia 9 de julho, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável lançou o programa “Florestas para a biodiversidade, o clima e a paz na Colômbia” com a presença do embaixador da União Europeia na Colômbia, Gilles Bertrand, e de embaixadores dos Estados Partes da União Europeia no país [3]. O programa vai atuar nas regiões mais afetadas pelo

desmatamento e pelo conflito armado para fomentar um desenvolvimento rural inclusivo e sustentável, além de fortalecer medidas para redução do desmatamento e impulsionar a luta contra crimes ambientais. No lançamento, a União Europeia anunciou o investimento de US\$ 11,3 milhões para apoiar a contenção do desmatamento e do impacto das mudanças climáticas na Colômbia [4]. Susana Muhamad assegurou que o aporte da União Europeia apoiará “a possibilidade de gerar uma nova economia baseada na biodiversidade” [4]. Em nota, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável afirmou que a redução histórica no desmatamento em 2023 foi um grande propulsor para o investimento da União Europeia [3].

Em julho, a Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP16) voltou a ser destaque na Colômbia. No dia 16 de julho, o Estado Maior Central (EMC), principal guerrilha formada por dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), pôs em dúvida a realização do evento por meio de uma publicação na rede social X. Ao afirmar que “a COP16 falhará mesmo que militarize a cidade com gringos” [5], o EMC ameaçou a segurança do evento, que deve receber cerca de 12 mil participantes de 196 países. Convém reforçar a relevância da realização da COP16 para o governo de Gustavo Petro, já que o evento pode impulsionar o alcance de alguns dos objetivos de sua agenda ambiental. Além disso, outro pilar do governo colombiano é a Paz Total. As tratativas com grupos paramilitares em busca da dissolução de seus braços armados vêm acontecendo desde o início do mandato de Petro. Dessa maneira, a postagem, além de gerar incertezas para a agenda do evento, pode atingir o governo em duas de suas principais pautas.

Como resposta, no dia seguinte à ameaça do EMC, em 17 de julho, as autoridades colombianas reafirmaram seus compromissos com a realização da COP16 e garantiram a segurança na realização do evento. O ministro da Defesa, Iván Velásquez, afirmou que a proteção do encontro é “um compromisso que o governo nacional vai cumprir” [6]. A prefeitura de Cali, cidade que sediará a conferência, também se pronunciou indicando que está atuando junto às autoridades estaduais, nacionais e com o gabinete de segurança das Nações Unidas. A governadora do Valle del Cauca, Dilian Francisca, confirmou a fala da prefeitura de Cali apontando para a integração entre as esferas estatais. Ao afirmar que estão trabalhando com “o governo, forças militares, a força pública e a polícia” [6], Francisca reafirmou seu compromisso para uma COP16 “tranquila, segura e sem nenhum problema” [6]. Cerca de uma semana após a publicação das dissidências, no dia 25 de julho, a polícia colombiana capturou Diego Armando Riascos, apontado como participante da dissidência que fez a postagem de ameaça à COP16. Dessa maneira, fontes policiais afirmaram que, a partir da prisão de Riascos, poderão conseguir mais informações sobre planos de atentados ao evento [7].

Com isso, Susana Muhamad seguiu sua agenda de promoção e articulação para a realização do evento. Entre os dias 26 e 27 de julho, a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável visitou o Brasil para consolidar uma parceria com o país na COP16 e discutir questões referentes à região amazônica [8]. A intenção de Muhamad com sua viagem ao Brasil era avançar no alinhamento das visões dos países amazônicos na COP16 e articular o tema da biodiversidade na lógica de conservação da Amazônia [9]. No dia 26 de julho, em um evento de alto nível para abordar o projeto brasileiro “Fundo Florestas Tropicais para Sempre”, as autoridades colombianas se somaram às autoridades brasileiras para trabalhar em um fundo de defesa às florestas tropicais que vai recompensar financeiramente os países que tenham bons resultados na preservação de suas florestas, com a intenção de captar US\$ 125 bilhões até a COP30 [10]. No dia 27 de julho, Muhamad

participou de um evento ministerial para países amazônicos, o “Amazônia Sempre”, liderado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Belém do Pará. O evento contou com a presença de autoridades do Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Guiana e Bolívia e com a participação da secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen. A pauta do evento foi o “Amazônia Sempre”, programa desenvolvido e coordenado pelo BID desde 2023 que visa aumentar o financiamento para o desenvolvimento sustentável da região amazônica e apoiar projetos que podem oferecer alternativas econômicas sustentáveis para os moradores locais [11]. Ademais, na visita, o Brasil se comprometeu a ser um parceiro estratégico para a Colômbia na organização da COP16, buscando a maior representação possível de autoridades de alto nível de países chave na temática da biodiversidade [8].

Referências

- [1] Disponível em: <https://elpais.com/america-colombia/2024-07-08/colombia-frena-la-deforestacion-y-registra-la-cifra-mas-baja-en-23-anos.html>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-petro-logra-la-mayor-reduccion-de-la-deforestacion-en-la-historia-de-colombia/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/union-europea-entrego-mas-de-47-000-millones-de-pesos-para-la-lucha-contr-la-deforestacion-en-colombia/>
- [4] Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/spa/la-ue-aporar%C3%A1-10,5-millones-de-euros-a-programa-de-conservaci%C3%B3n-ambiental-en-colombia/83292947>
- [5] Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/medio-ambiente/cop16-disidencias-farc-seguridad-GF25024604>
- [6] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/cali/seguimos-con-la-cop16-y-la-seguridad-se-mantiene-como-nuestra-prioridad-3363142>
- [7] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/investigacion/urgente-policia-de-colombia-capturo-a-tura-jefe-de-las-disidencias-que-recluta-menores-en-cali-y-que-buscaria-afectar-la-cop-16-3365876>
- [8] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/brasil-socio-estrategico-de-colombia-para-la-defensa-de-la-amazonia-y-la-cop16-de-biodiversidad/>
- [9] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-brasil-minambiente-se-reunira-con-secretaria-del-tesoro-de-ee-uu-y-homologos-de-la-amazonia/>
- [10] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leticia-casado/2024/07/26/haddad-florestas-g20.htm>
- [11] Disponível em: <https://www.iadb.org/pt-br/noticias/bid-lanca-amazonia-sempre-um-programa-guarda-chuva-para-ampliar-coordenacao-na-regiao>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Em 18 de julho, protestos indígenas contra a exploração de novos poços de petróleo na região sul da Amazônia equatoriana pressionaram por uma consulta popular para decidir sobre a questão. Os protestos foram convocados em reação ao anúncio do presidente do país, Daniel Noboa, de comissionar a abertura de mais poços de petróleo na região [1]. Três dias antes, em 15 de julho, a Empresa Nacional del Petróleo (ENAP Sipec), chilena, assinou um novo acordo de exploração de petróleo no bloco 46 (Mauro Dávalos Cordero), na província de Orellana, pelos próximos onze anos [2]. A ENAP Sipec, que também explora os blocos 3

(Jambelí) e 47 (Paraíso Biguno Huachito), prevê investimentos de 100 milhões de dólares para assegurar que os novos poços aumentem a sua extração diária no país de 28 mil barris de petróleo por dia para até 36 mil barris de petróleo por dia [3].

Além disso, em 23 de julho, na região de Sucúa, divergências entre lideranças indígenas levaram à desapropriação da sede da Federação Interprovincial de Centros Shuar (Ficsh) [4]. A sede estava ocupada desde março por Domingo Ankuash, ligado à Confederação de Nacionalidade Indígenas do Equador (CONAIE), que a havia tomado do atual líder da Ficsh, David Tankamash Juank. Ankuash tomou a sede em discordância da direção da federação indígena que assumiu posições favoráveis à mineração em terras indígenas. O líder da Ficsh, Tankamash Juank, realizou uma assembleia da organização em 8 de julho que autorizou que ele buscasse apoio da Polícia Nacional e do Ministério do Interior para realizar a desocupação da sede. Lideranças da CONAIE denunciaram violações cometidas pela atuação policial e reconheceram Ankuash como líder legítimo da Ficsh [5].

Por fim, em 2 de julho, o Citibank, que é um dos principais financiadores do setor extrativista na Amazônia (representando 18% de todo o financiamento de bancos privados na região), anunciou novas regras de ESG para o financiamento de empreendimentos ligados à extração de petróleo e gás na Bacia Amazônica. O banco tinha sido acusado de fazer greenwashing em um relatório, publicado em junho de 2024, pela Coordenação de Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA), integrada pela Confederação de Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (COFENIAE), e pela ONG canadense Stand.earth. O Citibank se comprometeu a não financiar mais projetos extrativistas na região da bacia amazônica e nem serviços ligados à logística do setor [6].

Referências

[1]Disponível em: <https://es-us.noticias.yahoo.com/ind%C3%ADgenas-exigen-respeto-consulta-previa-222700642.html>

[2]Disponível em: <https://www.primicias.ec/noticias/economia/ecuador-ampliacion-inversiones-renegociacion-enap/>

[3]Disponível em: <https://www.primicias.ec/economia/ecuador-contrato-petrolera-enap-chile-bloque-amazonia-74235/>

[4]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/asi-fue-el-desalojo-de-sede-indigena-en-la-amazonia-de-ecuador.html>

[5]Disponível em: <https://www.eluniverso.com/noticias/economia/indigenas-division-mineria-ficsh-shuar-conaie-ecuador-nota/>

[6]Disponível em: <https://coicamazonia.org/citibank-responde-a-la-presion-de-lideres-indigenas-y-organizaciones-ambientales-con-una-nueva-politica-para-la-amazonia/>

Guiana

Por Guilherme Fritz

A eleição presidencial venezuelana, que ocorreu no final de julho, gerou preocupação na Guiana, por conta da retórica belicista de Nicolás Maduro sobre o território de Essequibo, que abrange a Amazônia. O litígio territorial serve a um duplo propósito para o líder venezuelano: primeiro como um vetor de aglutinação política em trono de um discurso nacionalista que invoca um direito territorial histórico; segundo, como a economia venezuelana é altamente dependente do petróleo, as descobertas de reservas em Essequibo, nos últimos anos,

representam a emergência de um competidor vizinho e também uma oportunidade de aumentar os próprios recursos do Estado venezuelano [1].

A denúncia ao imperialismo das grandes potências conecta os dois propósitos no discurso de Maduro. Esse quito, outrora parte da Venezuela, foi consequência do avanço britânico sobre o território da atual Guiana. Além disso, exploração do petróleo atualmente é feita principalmente pela *ExxonMobil*, uma empresa sediada nos Estados Unidos, que, por sua vez, é a grande potência responsável por sanções econômicas à Venezuela hoje. Além das falas, o governo venezuelano mantém tropas na fronteira com a Guiana [1]. Do ponto de vista guianense, portanto, a manutenção de Maduro no poder é um fator de preocupação para a estabilidade da sua soberania sobre parte da Amazônia.

O petróleo é o recurso natural em destaque em Essequibo, mas não é o único. A mineração de ouro é outra atividade econômica relevante na economia guianesa e também atrai investimentos estrangeiros. Em 2020 a empresa *Reunion Gold Corporation* iniciou um projeto no qual foram descobertas quantidades significativas de ouro, dando início ao *Oko West Project* [2][3]. Algumas empresas, principalmente canadenses, vêm se mobilizando para iniciarem as atividades de exploração na região. A empreitada é impulsionada pelo governo de Irfaan Ali, como explicou, em uma entrevista, o Vice-Presidente Bharrat-Jagdeo [4].

Ao mesmo tempo em que os principais vetores para o crescimento econômico são as exportações de petróleo e ouro, duas atividades poluidoras e com implicações ambientais e climáticas, o discurso do governo assume uma postura pró-climática. Isso se dá por conta da enorme cobertura vegetal do país, o que permite uma capacidade de absorção de carbono ímpar. A Guiana também desenvolveu instrumentos financeiros capazes de transformar essa capacidade em ganhos monetários e também políticos, já que a preocupação com as questões climáticas é mundial.

Exemplo desta postura ocorreu no dia 27 de julho, quando o Ministro dos Recursos Naturais da Guiana, Vickram Bharrat, apresentou um modelo de desenvolvimento sustentável para a Guiana no aniversário de um ano da iniciativa Amazonia Forever, fazendo referência a *Low Carbon Development Strategy* (LCDS). A LCDS teve início em 2009 e, nos últimos anos, garantiu cerca de US\$ 1 bilhão para a economia da Guiana [5]. O que intriga nesse equilíbrio proposto pela Guiana entre extrativismo e sustentabilidade é sua longevidade: será possível conciliar o crescimento econômico com atividades essencialmente degradantes do ponto de vista climático e ambiental? O governo aposta, no discurso, que são ações complementares, mas o tempo mostrará se não são, em verdade, contraditórias.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/article/2024/jul/21/venezuela-guyana-latin-america-tensions-rise-maduro-essequibo-border-dispute-support-elections-oil-indigenous>

[2] Disponível em: <https://www.reuniongold.com/oko-west-project>

[3] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/07/24/canadian-company-eyes-big-boost-in-status-with-acquisition-of-gold-project-in-guyana/>

[4] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/07/20/vp-jagdeo-supports-pushing-omai-to-begin-gold-production/>

[5] Disponível em: <https://newsroom.gy/2024/07/27/guyana-shares-model-for-sustainable-growth-at-amazon-forum/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

Todo dia 28 de julho, os presidentes peruanos tradicionalmente emitem uma mensagem à nação na qual fazem um balanço da sua gestão e prometem um conjunto de medidas para o ano seguinte. Esse ritual, que existe desde 1832, é parte das celebrações do que os peruanos chamam de Festas Pátrias, nas quais se celebra o aniversário de independência do Peru. Está inclusive previsto no inciso 7 do artigo 118 da Constituição do país [1].

Este ano, no discurso da presidenta Dina Boluarte, os temas ambientais apareceram de forma bastante suscinta se comparados a outros temas abordados, o que demonstra que a proteção da Amazônia não é um tema central na agenda do governo. Não foram mencionadas questões cruciais para a preservação da biodiversidade da floresta, como a pesca ilegal em áreas protegidas, o assassinato de mais de 30 defensores das causas ambientais na última década, a “Lei Antiflorestal” e o Acordo de Escazú [2].

A “Lei Antiflorestal”, a propósito, é um termo cunhado por especialistas e ativistas ambientais para se referir aos projetos de lei 649, 894 e 2315/2021-CR, que modificaram a Lei Florestal e de Fauna Silvestre, nº 29.763. A partir da mudança aprovada no dia 14 de dezembro de 2023, torna-se possível legalizar atividades agrárias sem que haja um respaldo técnico acerca do seu impacto ambiental. Segundo a *Sociedad Peruana de Derecho Ambiental* (SPDA), tal medida “promove e legaliza o desmatamento e a degradação dos bosques” [3].

No que toca o Acordo de Escazú (que versa sobre acesso à justiça, informação e participação em matéria ambiental), o Peru foi um dos países que conduziram as negociações iniciais e um dos primeiros a assiná-lo, em 27 de setembro de 2018. Contudo, o país ainda não o ratificou. A comissão legislativa peruana responsável pela análise do documento descartou a ratificação em 2020, alegando que isso “afetaria a soberania do país em matéria de administração de justiça”. Até agora a discussão não foi retomada [4].

Apesar do silêncio de Boluarte a respeito destes temas, a mandatária fez alguns anúncios que podem contribuir para a preservação da Amazônia e das comunidades que habitam a floresta. Prometeu o desembolso de mais de 26 milhões de soles (equivalente a aproximadamente 6,95 milhões de dólares), até julho de 2025, para ações voltadas à conservação de mais de 1 milhão de hectares de florestas e à melhoria na qualidade de vida das comunidades nativas e camponesas que estão localizadas em uma área que engloba toda as regiões amazônicas [5]. Anunciou também que, no terceiro trimestre de 2024, o governo aprovará a Estratégia Nacional de Mudança Climática, que permitirá alcançar, até 2050, a neutralidade do carbono e benefícios financeiros líquidos de 140 mil dólares [6].

O Ministério do Meio Ambiente (Minam), por sua vez, lançou, no dia 4 de julho, o projeto “*Cadenas de valor libres de deforestación en la Amazonía peruana*” (Projeto FOLUR, na sigla em inglês), na região de San Martín, a partir do qual se introduzirá um modelo de produção de café e cacau livre de desmatamento. Com essa intervenção, se pretende reduzir a degradação de mais de 1 milhão de hectares de terras [7]. Tal iniciativa está sendo implementada com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado pelo Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês). O FOLUR faz parte do Programa de Impacto de Sistemas Alimentares, Uso e Restauração da Terra, que tem com o objetivo transformar o sistema alimentar mundial através da promoção de paisagens sustentáveis e integradas em cadeias de valor de *commodities* eficazes [8].

Referências

- [1]Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2024/07/26/desde-cuando-los-presidentes-de-peru-dan-mensaje-a-la-nacion-tradicion-de-28-de-julio-no-se-origino-en-1821-evat-2107534>
- [2]Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/estos-son-los-temas-ambientales-que-trato-dina-boluarte-en-su-mensaje-a-la-nacion/>
- [3]Disponível em: <https://www.actualidadambiental.pe/spda-presenta-opinion-legal-sobre-norma-que-legalizaria-la-deforestacion-en-la-amazonia/>
- [4]Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54639163>
- [5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/994794-gobierno-prioriza-la-sostenibilidad-ambiental-y-conservacion-de-bosques-en-politicas-publicas-para-impulsar-el-desarrollo-economico>
- [6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/994794-gobierno-prioriza-la-sostenibilidad-ambiental-y-conservacion-de-bosques-en-politicas-publicas-para-impulsar-el-desarrollo-economico>
- [7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/983398-san-martin-minam-lanza-proyecto-para-impulsar-la-produccion-sostenible-de-cafe-y-cacao>
- [8]Disponível em: <https://www.folur.org/>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Em um novo caso de tensão internacional na Pan-Amazônia, o embaixador da França no Suriname, Nicolas de Lacose, anunciou, em uma conferência de imprensa na embaixada da França, que a União Europeia (UE) iniciou procedimentos para estabelecer sanções contra o Suriname. O motivo seria o fato de o Suriname ter falhado no combate à pesca ilegal em águas da Guiana Francesa (portanto, jurisdição francesa). No dia 25 de julho, o Ministro da Agricultura, Pecuária e Pesca do Suriname, Parmanand Sewdien, confirmou que a UE havia iniciado o processo. As sanções serão direcionadas a mercadorias derivadas da pesca exportadas pelo Suriname [1][2].

Entretanto, ainda em julho, Sewdien afirmou que o Suriname e a França iriam assinar um acordo de cooperação para combater a pesca ilegal. De acordo com o ministro, o acordo será assinado em setembro. O Suriname afirma que possui leis estritas sobre a regulamentação da pesca, mas que não possui os equipamentos e os recursos necessários para conseguir combater o problema, por isso a ajuda da França seria fundamental para a concretização da tarefa. Além disso, o governo do Suriname alega que muitos pescadores que fraudam as licenças de pesca e exercem a atividade em territórios impróprios são oriundos da Guiana.

A UE comunicou o Suriname sobre o problema da pesca ilegal em janeiro de 2023 e em abril de 2024, mas não obteve respostas. A questão pode guardar um problema ainda mais complexo, que é o deslocamento de pescadores por conta de dificuldades da pescas produzidas pela exploração de petróleo *offshore*, que acontece na Guiana e no Suriname. Trata-se de uma hipótese que precisa ser acompanhada e que sugere um efeito em cadeia, pois teria repercussões no meio de subsistência de parcelas da sociedade e possivelmente na ocupação territorial do país.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/07/26/eu-sanctieprocedure-tegen-suriname-ingezet-wegens-illegale-visserij/>

[2]Disponível em: <https://www.dbsuriname.com/2024/07/19/suriname-en-frankrijk-tekenen-in-september-overeenkomst-om-illegale-visserij-aan-te-pakken/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Em julho, não foram registrados acontecimentos relevantes relacionados à Amazônia venezuelana. O principal tema do mês no país foi a eleição presidencial, que ocorreu no dia 28 de julho, tendo sido marcada por diversos problemas, como denúncias de perseguições do governo a opositores. Nicolás Maduro foi declarado vencedor do pleito, mas sua vitória foi questionada tanto pela oposição quanto por outros Estados e organizações internacionais.

Durante a campanha eleitoral, temas ligados à Amazônia ou à pauta ambiental em geral não tiveram destaque. Vale mencionar, no entanto, que, em ambos os planos de governo e oposição, havia menções superficiais a estas questões. No plano de Nicolás Maduro, “Plan de la Patria 2025-2031”, são mencionadas sete transformações pretendidas para o país. A sexta inclui “a implementação de ações para combater a crise climática, e salvaguardar a Amazônia e as reservas naturais venezuelanas da voracidade do capitalismo”. [1]

O discurso, no entanto, contradiz a realidade. Em 2016, o governo criou o Arco Minero del Orinoco (AMO), projeto que estabeleceu uma área de quase 112.000 km² na fronteira norte da Amazônia para viabilizar atividades de mineração. O projeto culminou na proliferação de ações irregulares na região, que ocasionam a degradação ambiental e social no território amazônico. [2]

O plano de governo da oposição, por sua vez, denominado “Venezuela Tierra de Gracia”, menciona seis eixos, sendo o quarto intitulado *Desarrollo de una economía verde resiliente, protección ambiental y transición del modelo energético*. Nele se menciona que “a preservação da Amazônia venezuelana será prioritária” [3], mas não é especificado o que seria feito e nem como essa preservação seria buscada na ocasião de um governo da Plataforma Unitária Democrática (PUD).

Apesar das menções à Amazônia nos planos de governo, durante a campanha e após a votação, o tema não foi discutido. As incertezas quanto ao futuro político na Venezuela permanecem e, com isso, questões ligadas à floresta continuam sem grande relevância para o governo e para a oposição.

Referências

[1]Disponível em: <https://elpais.com/america/2024-07-28/el-plan-de-gobierno-de-nicolas-maduro-el-presidente-de-venezuela-busca-la-continuidad-del-oficialismo.html>

[2]Disponível em: <https://www.elperiodico.com/es/internacional/20240725/emiliano-teran-mantovani-sociologo-existencia-106061132>

[3]Disponível em: <https://conmariacorina.com/es/programa-de-gobierno>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 3 de julho, a OTCA celebrou o 46º aniversário do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) [1]. Para comemorar a data, a organização lançou o novo site do Projeto Bacia Amazônica com o objetivo de fornecer informações precisas e atualizadas sobre a iniciativa diretamente para a sociedade. Disponíveis em três idiomas (espanhol, inglês e português), os gráficos, mapas, publicações, vídeos e documentos trazem informações sobre as fases subsequentes do projeto e permitem ao público analisar dados de monitoramento das 17 intervenções instauradas na Bacia Amazônica. Segmentadas por tópico de interesse, tais como estrutura organizacional e benefícios ambientais e sociais, o site também possui uma área específica destinada a cursos de capacitação e um link que leva ao site oficial do Programa de Ações Estratégicas (PAE). No mesmo dia, a OTCA reuniu os membros da Comissão de Coordenação do Conselho de Cooperação Amazônica (CCOOR) para celebrar o aniversário do TCA [2].

No dia 17 de julho, alunos e professores do Curso de Altos Estudos em Defesa (CAED), da Escola Superior de Defesa (ESD) brasileira, visitaram a sede da OTCA, em Brasília [3]. Na ocasião, os visitantes assistiram a palestra “Multilateralismo Amazônico: o papel da OTCA”, ministrada por Vanessa Grazziotin, Diretora-Executiva da instituição. Em sua fala, Grazziotin sinalizou a importância da aproximação entre a ESD e a OTCA e o papel de ambas as organizações na promoção de debates concernentes ao bioma amazônico. Também participaram do encontro a Diretora-Administrativa e Especialista em Projetos de Desenvolvimento, Edith Paredes, o Coordenador de Meio Ambiente, Carlos Salinas, o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, e o Coordenador do Observatório Regional Amazônico (ORA), Mauro Luis Ruffino.

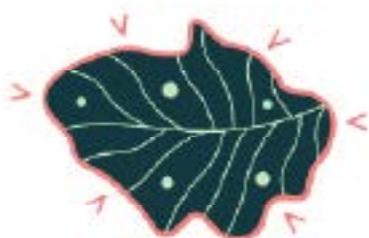
Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/para-comemorar-o-46o-aniversario-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-a-otca-lanca-o-novo-site-do-projeto-bacia-amazonica/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/46-anos-do-tratado-de-cooperacao-amazonica-um-marco-na-preservacao-e-desenvolvimento-sustentavel-da-amazonia/>

[3]Disponível em: <https://www.gov.br/esd/pt-br/central-de-conteudo/noticias/alunos-e-professores-do-caed-visitam-sede-da-organizacao-do-tratado-de-cooperacao-amazonica>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Agosto de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	70
Brasil.....	72
Colômbia.....	74
Equador.....	76
Guiana.....	77
Peru.....	79
Suriname.....	81
Venezuela.....	81
OTCA.....	82

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de agosto na Amazônia boliviana foi marcado por uma das maiores secas da história do país, o que contribuiu para alastrar queimadas e incêndios na floresta. A seca sem precedentes afeta o rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas e compartilhado por Bolívia, Brasil e Peru. Desde o início do mês, o rio Madeira registrou um fluxo abaixo da



média histórica [1].

Por sua vez, as queimadas são, sobretudo, ilegais e/ou predatórias. Entretanto, na Amazônia boliviana, os *chaqueos*, prática de queima e desmate da terra para prepará-la para outros cultivos agrícolas ou agropecuários, são frequentes [2]. Ainda que os *chaqueos* sejam amplamente nocivos para o bioma e para os ecossistemas ali inseridos, a legislação boliviana é bastante permissiva com eles [3]. Por isso, a combinação da seca histórica com os *chaqueos* – legais e ilegais – por parte dos produtores rurais do país contribuiu para os dramáticos números do mês de agosto.

A seca, as queimadas e a propagação da fumaça começaram na metade do mês e se intensificaram. Até o fim de agosto, havia mais de 3 milhões de hectares queimados, principalmente nos departamentos de Beni e Santa Cruz [4]. Ao longo do mês, os municípios mais afetados foram os de San Ignacio, San Matías e Concepción, que fazem parte da região conhecida como Chiquitanía, no sul do departamento de Santa Cruz, marcada pela transição entre os biomas Amazônia e Chaco. Dada a gravidade da situação, os departamentos de Beni, Pando e Santa Cruz decretaram a interrupção de aulas, voos e algumas partes do comércio [5]. A qualidade do ar também foi afetada e, no final do mês, a fumaça, decorrente das queimadas, havia subido a cordilheira dos Andes e chegado, inclusive, à capital La Paz [6].

O mês terminou sem que a situação tenha sido devidamente resolvida ou encaminhada por parte do governo boliviano, que, apenas no início do mês de setembro, decretou emergência nacional. No dia 28 de agosto, o presidente Luis Arce reforçou o *Plan de Acción de Fortalecimiento de Capacidades Operativas “Lucho Contra los Incendios”*, lançado em maio de 2024, com a contratação de novos equipamentos para bombeiros florestais e o desenvolvimento de capacitações para brigadistas que estão combatendo os incêndios, entre outros pontos [7] [8]. Além disso, Arce também destacou o papel do *Centro de Monitoreo del Comando de Combate Contra Incendios*, lançado em agosto deste ano, para apoiar no combate aos focos de incêndio [9].

Para tentar conter a crise, o governo boliviano também implementou entregas de água a municípios afetados pela seca, operações de resgate de fauna, com destacado papel do Serviço Nacional de Áreas Protegidas (SENARP), que integra o Ministério de Meio Ambiente e Água [10] [11]. Além disso, o governo boliviano prometeu, também, severidade com os responsáveis pelos incêndios criminosos no bioma.

Por fim, o governo boliviano contou com apoio internacional. De diferentes formas, o governo recebeu cooperação de países como Brasil, China, Chile, Paraguai, Peru e França, além da União Europeia, sobretudo com envio de brigadistas. Além disso, em específico, a China apoiou com equipamentos, enquanto a França apoiou com capacitação aos bombeiros florestais [13]. Com o Brasil, a cooperação foi além: o vizinho apoiou a proteção da Área Natural de Manejo Integrado de San Matías com mais de 1.400 brigadistas e, na fronteira, entre os dois países, houve a ação de brigadas coordenadas.

Referências

- [1]Disponível em: <https://spanish.news.cn/20240807/75bba4ecfb4b4f6fa8c4ad0822215a5e/c.html>
- [2]Disponível em: <https://www.abc.com.py/internacionales/2024/09/12/el-fuego-arrasa-obliga-a-bolivia-a-suspender-chaqueos-y-la-region-sigue-en-alerta-por-humo/>
- [3]Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/NORUS/article/view/25130>
- [4]Disponível em: <https://www.lt9.com.ar/87553-esfuerzos-conjuntos-de-bolivia-y-brasil-para-enfrentar-los-incendios-en-la-region-amazonica>

[5]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/09/09/no-hay-un-lugar-libre-humo-los-incendios-forestales-asfixian-bolivia-y-la-contaminacion-del-aire-se-expande/>

[6]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/america-latina/2024/08/29/crece-la-preocupacion-de-los-pueblos-de-la-amazonia-en-medio-de-los-incendios-los-proyectos-que-invaden-sus-tierras-y-el-blanqueo-ecologico/>

[7]Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/06/11/gobierno-implementa-el-plan-de-prevencion-lucho-contralos-incendios/>

[8]Disponível em: <https://www.facebook.com/Min.MedioAmbienteyAgua/posts/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

O mês de agosto foi marcado por um recorde de queimadas na Amazônia, em meio à pior seca na floresta em 40 anos, e pela disseminação das fumaças decorrentes para outras partes do Brasil e da região, prejudicando a qualidade do ar. A falta de chuvas no bioma contribuiu para a pior seca do Brasil nos últimos 44 anos, segundo dados do Cemaden (Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais). O instituto apontou que mais de 3,8 mil dos 5.570 municípios brasileiros estão com alguma classificação de seca, de fraca a excepcional, atualmente [1].

Em relação às queimadas, segundo o INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), seus satélites de monitoramento detectaram 38.266 focos de incêndio na Amazônia, o que significou mais que o dobro do registrado no ano anterior e o maior número para o mês de agosto desde 2010 [2]. Além disso, o número também foi maior do que o medido no “dia do fogo”, em 11 de agosto de 2019, durante o governo Bolsonaro, quando foram registrados 2.366 focos de incêndio na floresta [2].

Ainda sobre o “dia do fogo”, Marina Silva, ministra do Meio Ambiente, chegou a declarar suspeitas de que as queimadas em agosto de 2024 poderiam ser uma repetição de 2019. Investigações acerca do episódio de 5 anos atrás não resultaram, entretanto, em nenhuma punição e foram arquivadas no primeiro semestre deste ano. Segundo a Política Federal, a hipótese principal é que, em 2019, a ação foi coordenada por produtores, grileiros, sindicalistas e comerciantes rurais, porém os resultados da investigação não conseguiram confirmar a hipótese [3].

Embora a Amazônia viva um período de seca recorde por motivos multifatoriais, a fonte de ignição das queimadas, em agosto, tende a ser a ação humana criminoso voltada ao desmatamento ilegal para mudança no uso da terra, conforme mapeado historicamente pelo INPE [6]. Ao longo do mês, o corredor de poluição aérea atingiu 10 estados do Brasil, inclusive a região Sul [4]. Pará e Rondônia decretaram situação de emergência [5]. A fumaça também chegou a Bolívia, Paraguai e Argentina, conforme registrado em imagens de satélite da NASA e da Administração Oceânica e Atmosférica Nacional (NOAA) dos Estados Unidos [4].

No que toca a política, em 21 de agosto, o governo federal realizou, no Palácio do Planalto, uma reunião entre diversos ministros e governadores da Amazônia para reforçar a cooperação na prevenção e no combate aos incêndios. Foram criadas três Frentes Multiagências Interfederativas, que reunirão agentes de órgãos federais, estaduais e municipais, tais como Ibama, ICMBio, Incra, Funai, Polícia Federal, polícias civis, Corpos de Bombeiros e secretarias municipais e estaduais. As três frentes serão instaladas na região de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM), Novo Progresso (PA) e Apuí (AM). O foco de atenção serão 21 municípios, que

concentram cerca da metade dos incêndios registrados no bioma em 2024 até o momento [7].

A concertação entre poderes ganhou mais força no dia 27 de agosto, quando o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), instou a União a abrir crédito extraordinário e deu prazo de 15 dias para mobilizar o maior contingente possível de agentes das Forças Armadas, da Polícia Federal, da Força Nacional de Segurança Pública e de outros efetivos para atuar de forma repressiva e preventiva no combate aos incêndios [8].

Para além do tema das queimadas, no dia 21, os chefes dos Três Poderes assinaram, em cerimônia no Planalto, o Pacto pela Transformação Ecológica, um compromisso para atuarem de maneira harmoniosa, através de medidas legislativas, administrativas e judiciais, para implementar o Plano de Transformação Ecológica, lançado pelo Ministério da Fazenda no ano passado. Ações presentes no pacto incluem a criação de um mercado regulado de carbono, a ampliação de crédito voltado a atividades de baixo impacto ambiental e o desenvolvimento de ciência e tecnologia, a fim de beneficiar o desenvolvimento sustentável da Amazônia e de outros biomas [9].

Apesar dos incêndios, o mês de agosto registrou queda de 45,7% no desmatamento da Amazônia, no acumulado de um ano. Segundo dados do INPE, divulgados no dia 7, houve uma diminuição de 53% no desmatamento nos 70 municípios com maior recorrência deste tipo de atividade. Juntas, estas 70 cidades concentram 56% do desmatamento total do bioma. Os estados com maior redução do desmatamento foram: Rondônia, com queda de 63%; Amazonas, com 58,1%; Mato Grosso, com 51,9%; e Pará, com 47,7%. Em termos absolutos, o Pará registrou a maior redução, com 1.200 km² a menos de área desmatada [10]. Alguns dias antes da divulgação destes dados, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, ao lado das suas homólogas da Alemanha e da Noruega, anunciou investimentos de R\$ 737 milhões, oriundos do Fundo Amazônia, em ações de sustentabilidade e combate ao desmatamento nos 70 municípios que mais desmatam no bioma [11].

Outras parcerias internacionais também marcaram o mês. O Serviço Florestal Brasileiro, em colaboração com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o BNDES, anunciou a primeira concessão federal para restauração florestal no Brasil: a Floresta Nacional do Bom Futuro, em Rondônia. Espera-se que a concessão atraia investidores privados interessados em ganhos com a venda de créditos de carbono [12]. Por sua vez, o Banco Mundial emitiu, pela primeira vez, um título com valor de US\$ 225 milhões e vencimento em julho de 2033, cuja captação será investida em projetos de reflorestamento da Amazônia. Sediada no Brasil, a startup Mombak vai receber US\$ 36 milhões para adquirir ou firmar parcerias com proprietários de terras para reflorestar a área com espécies de árvores nativas. Os créditos de carbono produzidos, calculados com base na quantidade de carbono removido pelas árvores plantadas, serão então vendidos para a Microsoft [13].

No que toca a política externa brasileira, o ministro do Reino Unido para Segurança Energética e Neutralidade de Carbono, Edward Miliband, escolheu fazer sua primeira viagem internacional (dado o início do governo de Keir Starmer em julho) ao Brasil e, mais especificamente, à Amazônia, ao Ceará e a Brasília. Em 22 de agosto, foi lançada uma declaração conjunta, assinada por Miliband, Marina Silva e Maria Laura da Rocha (secretária-geral do Itamaraty), por meio da qual os dois países se comprometeram a trabalhar juntos no âmbito da Parceria para Crescimento Verde e Inclusivo entre o Brasil e o Reino Unido, centrada em cinco pilares: clima, florestas, agricultura, energia e finanças. Os países também pretendem desenvolver um Diálogo Estratégico Bilateral sobre Clima e cooperar em iniciativas multilaterais, inclusive em torno da proposta brasileira de criação de um Fundo de Financiamento para Florestas Tropicais [14].

Referências

- [1]Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/08/31/brasil-enfrenta-a-maior-seca-da-historia-diz-orgao-do-governo-federal.ghtml>
- [2]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/09/incendios-na-amazonia-em-agosto-atingem-maior-nivel-em-14-anos.shtml>
- [3]Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cz6xypqn53vo>
- [4]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/08/29/queimadas-amazonia-recorde-24h.htm>
- [5]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/08/28/brasil-em-chamas-para-e-rondonia-decretam-emergencia-por-causa-do-fogo/>
- [6]Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/opiniaao/colunas-e-blogs/o-mundo-que-queremos/post/2024/08/afinal-amazonia-nao-e-um-bioma-que-queima-naturalmente.ghtml>
- [7]Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/governo-federal-e-governadores-da-amazonia-discutem-acao-conjunta-de-combate-aos-incendios>
- [8]Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2024-08/dino-manda-governo-ampliar-combate-ao-fogo-na-amazonia-e-no-pantanal>
- [9]Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2024/agosto/tres-poderes-da-republica-lancam-pacto-pela-transformacao-ecologica>
- [10]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/08/07/desmatamento-na-amazonia-cai-457-em-um-ano-cerrado-tem-alta-de-9.htm>
- [11]Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2024/07/19/ministra-marina-silva-anuncia-investimento-de-mais-de-r-730-mi-para-combate-aos-desmatamento-em-70-municipios-amazonicos.ghtml>
- [12]Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/08/09/iniciativa-quer-unir-preservacao-florestal-e-ganho-de-receita.ghtml>
- [13]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/08/19/banco-mundial-emite-titulo-de-us-225-milhoes-vinculado-ao-reflorestamento-da-amazonia/>
- [14]Disponível em: <https://www.gov.uk/government/publications/international-climate-cooperation-joint-brazil-uk-statement/360de006-4e32-4a20-bb03-a6bb071cd4f9>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Na Colômbia, a preparação da COP16 da Biodiversidade seguiu marcando a agenda política do governo no que toca a Amazônia, liderada pelo Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Em 21 de agosto, Susana Muhamad, ministra da pasta, participou de um encontro com seu homólogo canadense, Steven Guilbeault, em Montreal. Mediado por membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD) da Organização das Nações Unidas (ONU), as lideranças alinharam suas expectativas sobre como manter a “paz com a natureza”, tema da COP16, que acontecerá em Cali, entre os dias 21 de outubro e 1 de novembro [6].

O fato de o encontro ter sido sediado na cidade do Canadá com Guilbeault não foi aleatório. Em 2022, Montreal foi sede da COP15 e lá foi aprovado o “fundo global para biodiversidade”

[7]. Em defesa do financiamento desse fundo e do aumento na credibilidade da conferência, Muhamad convidou os países a “realmente colocar seu dinheiro nele” [7]. Além disso, ela fez um pedido para que países do Norte global tomem as rédeas desse investimento e afirmou que, na COP16, buscará vias alternativas de financiamento pelo mercado privado [7]. Outro tópico abordado pela Ministra foram os meios para alcançar a “estabilidade climática” [7]. Para ela, o foco apenas na descarbonização das fontes energéticas, sem a busca pela restauração da natureza, pode ser “perigoso para a humanidade” [7].

Durante a viagem de Muhamad, o governo colombiano, por meio da pasta de Meio Ambiente e Desenvolvimento, anunciou, em 21 de agosto, o “Geovisor Ambiental” [8]. Essa ferramenta virtual permite o acesso de dados sobre o desmatamento no território da Colômbia dos últimos 20 anos. Além de disponibilizar boletins quantitativos, esta tecnologia possibilita a visualização de imagens que permitem comparar a cobertura florestal em diferentes recortes. De acordo com o governo, esta ferramenta auxiliará as autoridades ambientais e territoriais na tomada de decisões preventivas contra o desmatamento [8].

Ainda na política externa, no dia 6 de agosto, cerca de 30 lideranças indígenas e do campesinato da Amazônia colombiana finalizaram um intercâmbio de experiências com o Conselho Nacional de Áreas Protegidas da Guatemala [1]. As lideranças fazem parte dos Centros de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade (CDFB), órgãos subsidiários do governo colombiano que visam reduzir o desmatamento [2]. O intercâmbio teve a intenção de fortalecer o conhecimento dos membros do CDFB sobre concessões e manejos florestais, usando como referência os casos de sucesso das comunidades guatemaltecas de Uaxactún e Yaloch [2]. As lideranças amazônicas conheceram a metodologia usada na Guatemala, que tem como objetivo estabelecer um equilíbrio no qual as comunidades reflorestam, cultivam e desenvolvem turismo com baixo impacto nas florestas [1]. O Ministério do Meio Ambiente colombiano se comprometeu a desenvolver mecanismos para a socialização do aprendizado oriundo da visita à Guatemala e criar programas para fortalecer os projetos de governança da região [2].

O mesmo ministério, no dia 16 de agosto, firmou um acordo com povos indígenas da bacia amazônica pela conservação da biodiversidade da região [3]. O compromisso tem como objetivo coordenar medidas de conservação, restauração e uso sustentável da biodiversidade e foi assinado no âmbito do Encontro Internacional dos Povos Indígenas e Governos da Bacia Amazônica, que aconteceu entre 14 e 16 de agosto em Bogotá, na Colômbia, como uma conferência preparatória para a COP16 [4]. Entre alguns dos eixos fundamentais do acordo, destacam-se: o estabelecimento dos povos indígenas amazônicos como autoridades e parceiros estratégicos na conservação da região; a garantia de direitos e políticas coerentes, que promovem o bem-estar dos povos indígenas; a segurança jurídica dos territórios indígenas; e a unidade do movimento indígena amazônico [5].

No que concerne a relação entre Executivo e Legislativo, no dia 21 de agosto, o Ministério de Meio Ambiente apresentou, ao Congresso, uma nova proposta para proibição do *fracking* [9]. Pela quinta vez, o governo tenta aprovar uma lei contra essa prática. Segundo o Ministério de Meio Ambiente e Desenvolvimento, a utilização de produtos químicos tóxicos para quebrar rochas e facilitar o acesso à petróleo e gás – *fracking* – deixaria o país sobre uma “bomba de gases de efeito estufa” e poderia contaminar lençóis freáticos relevantes [9]. Em apoio ao projeto de lei, o governo pretende enviar um pedido de urgência ao Congresso. Parado desde junho de 2024, a última proposta não se tornou lei por conta de dois debates que foram não realizados pela casa.

Por fim, no Judiciário, no dia 28 de agosto, foi aprovada, pela Corte Constitucional

da Colômbia, a lei doméstica que ratifica o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe, comumente conhecido como Acordo de Escazú. O tratado, estabelecido em 2018 e assinado pela Colômbia em 2019, busca assegurar a maior participação popular nas decisões ambientais, o acesso à informação e transparência, além de uma maior proteção de defensores ambientais [10]. A possibilidade de plena implementação do acordo pode representar um avanço para o sistema de proteção ambiental da Colômbia, que foi o país que mais matou ambientalistas no relatório do Global Witness de 2023, com ano de referência de 2022 [11].

Referências

- [1] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/08/02/da-amazonia-a-selva-maia-colombia-e-guatemala-se-unem-para-preservar-a-natureza.htm>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-guatemala-comunidades-de-la-amazonia-reiteraron-su-compromiso-por-salvar-la-selva-de-la-deforestacion/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-y-pueblos-indigenas-firman-pacto-por-conservacion-de-biodiversidad-en-la-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/encuentro-internacional-en-bogota-pueblos-indigenas-amazonicos-consolidan-alianzas-para-la-cop16-de-biodiversidad/#:~:text=Colombia%20E2%80%93%20Entre%20el%2014%20y,COP%2016%20sobre%20Diversidad%20Biol%C3%B3gica>
- [5] Disponível em: <https://coiab.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Acuerdo-Conjunto-de-los-Pueblos-Indigena.pdf>
- [6] Disponível em: <https://www.cbd.int/article/high-level-consultations-2024>
- [7] Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/article/2024/aug/22/nature-catastrophe-biodiversity-summit-president-carbon-emissions-climate-breakdown-susana-muhamad-aoe#:~:text=Susana%20Muhamad%2C%20who%20will%20be,humanity%20and%20risk%20societal%20collapse>
- [8] Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Gobierno-lanza-nueva-herramienta-virtual-para-monitorear-la-deforestacion-240821.aspx>
- [9] Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/08/21/radicaron-por-quinta-vez-proyecto-de-ley-para-prohibir-el-fracking-en-colombia-gobierno-envia-mensaje-de-urgencia/>
- [10] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/historico-escazu-es-una-realidad-en-colombia-la-corte-avala-su-constitucionalidad/#:~:text=Con%20Escaz%C3%BA%20se%20fortalece%20la,la%20conservaci%C3%B3n%20de%20la%20biodiversidad>
- [11] Disponível em: <https://www.wwf.org.co/?388050/Acuerdo-de-Escazu-en-Colombia-aprobacion>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

O mês de agosto, aniversário de um ano do referendo que decidiu pela interrupção da exploração na reserva de Yasuní, foi marcado por múltiplas manifestações promovidas por ONGs e por entidades indígenas. A produção de petróleo na região corresponde a cerca de 10% da produção nacional de petróleo do Equador, e até o presente, o governo não apresentou nenhum projeto ou uma data de previsão para a interrupção da exploração na região. O Poder

Executivo, liderado pelo presidente Daniel Noboa, emitiu um breve comunicado afirmando que o “compromisso de honrar a decisão se mantém” e será “sem danos ao meio ambiente”, apesar de até o momento as atividades continuarem sem nenhuma previsão de interrupção. Para a ONG *Amazon Frontlines*, a decisão do governo equatoriano revela ações insuficientes de muitos governos globais para cumprir com os compromissos de frear as mudanças climáticas [1].

No dia 20 de agosto, um grupo de indígenas waorani protestou em frente ao Ministério de Energia, em Quito, pela suspensão da extração de petróleo da reserva amazônica de Yasuní [1]. Os manifestantes criticaram a política extrativista do governo, que vai na contramão do resultado da consulta popular que votou pela retirada progressiva e ordenada de toda a atividade relacionada à extração do petróleo no território. O protesto foi liderado por Zenaida Yasacama, vice-presidente da Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE). Cerca de 50 manifestantes compareceram ao local. Outro protesto, conduzido por Juan Bay, representante da etnia waorani, cobra que as nacionalidades indígenas afetadas pela exploração sejam incluídas como parte no planejamento do descomissionamento dos campos de petróleo e de um maior controle dos povos originários sobre o território de Yasuní [2].

Para além deste tema, no dia 19 de agosto, os governos municipais de Orellana e El Chaco participaram de uma oficina em prol do fortalecimento dos Planos de Resposta diante de Emergências e Desastres [3]. A ação se inscreve nos marcos do projeto “Ações antecipadas para apoiar a resposta em nível comunitário e local à erosão regressiva da Bacia do Rio Coca e outras ameaças – HIP Erosión El Coca” apoiado pelo Programa das Nações Unidas (PNUD) no Equador. Participaram da ação os Governos Autônomos Descentralizados (GAD) das regiões de Francisco de Orellana, Joya de los Sachas em Orellana e El Chaco, em Napo. Ao todo, cerca de 90 pessoas participaram das oficinas, que contaram com exercícios de simulação de desastres para ampliação das capacidades de resposta das comunidades potencialmente afetadas.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/indigenas-do-equador-pedem-suspensao-da-extracao-de-petroleo-na-amazonia/>

[2]Disponível em: <https://elpais.com/america-futura/2024-08-24/los-waorani-se-convierten-en-aguilas-para-protger-la-amazonia-ecuatoriana.html>

[3]Disponível em: <https://www.undp.org/es/ecuador/noticias/los-gobiernos-municipales-de-orellana-y-el-chaco-fortalecieron-sus-capacidades-de-respuesta-ante-desastres>

Guiana

Por Guilherme Fritz

No mês de agosto, a petrolífera *ExxonMobil* divulgou seus resultados financeiros referentes ao segundo trimestre de 2024. A empresa anunciou ganhos de US\$ 9,2 bilhões, para o que Darren Woods, CEO da empresa, declarou que as operações realizadas na Guiana foram fundamentais. Porém, o que chama atenção é que a multinacional pagou cerca de US\$ 11,6 bilhões em tributos, mas parte alguma deste valor parece ter sido destinada à Guiana. O motivo é o modelo de contrato firmado em 2016, que o atual governo se recusa a renegociar com a empresa [1]. Os dados indicam um amplo benefício à multinacional estadunidense na

exploração de petróleo em um país da Pan-Amazônia, que não estão sendo revertidos em um aumento significativo no orçamento do Estado.

Enquanto isto, neste mesmo mês, o *Guyana Teacher's Union* (GTU) — sindicato dos professores da Guiana — recebeu uma proposta do governo para aumentos salariais de 10% (2024), 8% (2025) e 9% (2026), que foi aceita inicialmente pelo líder do sindicato, Mark Lyte. Algumas horas depois, porém, Coretta Mc Donald, Secretária Geral do GTU, divulgou uma nota em que apresentou discordâncias com a decisão do então líder, assumindo que a proposta governamental seria insuficiente, tendo em vista a inflação recente. A proposta, em suma, não agradou parte do sindicato, gerando um conflito interno [2][3][4][5]. O episódio ilustrou as pressões sociais por maior distribuição da renda gerada no país, em meio à baixa contribuição fiscal da *ExxonMobil* ao Estado.

O Ministro do Recursos Naturais, Vickram Bharrat, manifestou-se acerca das atividades mineradoras no país. Alegou que o grande incentivo por parte do governo às atividades é essencial para a economia. Além disso, fez considerações sobre a importância de uma mineração ambientalmente responsável, em coro ao discurso da “combinação contraditória” que se apresenta quando autoridades do governo de Irfaan Ali defendem as atividades petrolíferas e afirmam que a exploração dos recursos é sustentada por uma pretensa política ambiental. Entrementes, a exportação de ouro, principalmente, vem perdendo espaço na economia do país devido ao grande crescimento do setor petrolífero, que inclusive absorve mão de obra do setor de mineração e tende a se tornar, cada vez mais, central na economia nacional [6].

Outra questão de economia política importante no mês foi o anúncio de queda nos rendimentos provindos dos créditos de carbono pelo Estado. Em 2023, o governo recebeu cerca de US\$ 150 milhões pelos papéis, mas, em 2024, o valor auferido até o momento foi de US\$ 87,5 milhões, representando uma queda de 41,6%. Cerca de 15% dos valores são direcionados a comunidades indígenas, que recebem menos dinheiro por conta da queda do valor total das vendas. Contudo, o governo Ali considerou aumentar o percentual de distribuição para 26,5%, configurando um aumento de US\$ 700.000 em relação aos ganhos que seriam distribuídos se o percentual de 15% fosse mantido [7].

Apartir das considerações acima, é possível fazer algumas considerações sobre o contexto socioeconômico e ambiental da Guiana. O vetor de crescimento econômico é uma combinação de atividades ambiental e climaticamente degradantes: o petróleo e a mineração conformam mais de 90% dos valores monetários obtidos no comércio internacional via exportação de mercadorias (números de 2022) [8]. Por sua vez, o governo Ali busca apoiar-se, também, nas capacidades de captura de carbono do país para justificar o aprofundamento de atividades geradoras de carbono. A estratégia que o governo vem expondo nos últimos meses consiste em utilizar a renda do petróleo para o desenvolvimento de uma economia sustentável no longo prazo. Porém, percebem-se limites da estratégia quando a administração não considera submeter os principais ganhadores, com destaque para a *ExxonMobil*, a tributações mais favoráveis ao Estado, que possam atender melhor interesses de sindicatos.

A atividade petrolífera é um consenso entre os partidos que disputam o poder na Guiana [11], mas a questão política que se apresenta é como utilizar esta renda. Nos moldes atuais, a atividade petrolífera proporciona uma entrada de investimentos exorbitantes no país, se comparado aos anos anteriores. Essa “exogeneidade” interfere na inflação, como em moradia e alimentação [9], sujeitando a população a uma perda de capacidade de compra [10]. Diante disso, cabe perguntar: o governo Ali conseguirá distribuir e direcionar a renda absorvida em prol de um aumento de produtividade inclusivo, que seja de baixa produção de carbono e inclusivo? Quais as opções concretas que o governo da Guiana possui, no cenário atual, para

seguir este caminho? Ou as atividades serviram apenas para drenar os recursos do país em prol de uma minoria? Por fim, é possível que a estratégia de uma “combinação contraditória” funcione para reduzir a poluição atmosférica? O monitoramento do futuro próximo da Guiana dará indícios para respostas a estas questões.

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/14/exxons-taxes-increase-globally-but-enjoys-tax-free-ride-in-guyana/>
- [2]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/14/teachers-only-willing-to-accept-20-hike-mc-donald/>
- [3]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/11/gtu-leadership-divided-on-govt-s-proposed-10-pay-hike-for-teachers-in-2024/>
- [4]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/25/gtu-to-explore-other-options-to-cushion-10-for-teachers-gs/>
- [5]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/25/teachers-10-salary-increase-cant-keep-up-with-rising-food-inflation-rate-afc/>
- [6]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/28/minister-bharrat-pledges-govt-s-continued-support-and-incentives-to-strengthen-mining-sector/>
- [7]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/20/carbon-credit-sales-dipped/>
- [8]Disponível em: <https://oec.world/en/profile/country/guy>
- [9]Disponível em: <https://statisticsguyana.gov.gy/subjects/price-indices/consumer-price-index-georgetown-guyana-june-2024/>
- [10]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/09/relationship-between-oil-companies-govt-a-disrespect-to-guyanese-civil-society-activists-tell-uk-media-house/>
- [11]Disponível em: <https://www.kaieteurnewsonline.com/2024/08/21/joint-development-plan-wont-work-opposition-leader-says-parties-have-major-difference-on-management-of-oil-sector-spending-on-infrastructure/>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de agosto, o Ministério do Meio Ambiente do Peru (MINAM) registrou uma agenda bastante movimentada. Logo no início do mês, foi estabelecido pelo governo o *Programa Bosques*, que consiste em incentivos econômicos, por parte do MINAM para comunidades em três regiões amazônicas, a fim de manter a conservação da floresta. A meta do programa é aumentar, este ano, 450 mil hectares dos ecossistemas conservados das regiões de Loreto, Amazonas e Cajamarca [1]. Nesse contexto, as comunidades interessadas em receber os incentivos econômicos tiveram até o dia 9 de setembro para fazerem suas inscrições. O projeto beneficiará cerca de 11.000 pessoas. Conta com um investimento de US\$ 15,6 milhões do *Global Environment Facility* (GEF) e tem, como objetivo, preservar ecossistemas e reduzir emissões de carbono, contribuindo para a resiliência climática e o bem-estar local [2]. O projeto também inclui o aproveitamento sustentável do fruto aguaje [2].

No âmbito das relações internacionais, o Peru confirmou sua participação na Conferência das Partes sobre Biodiversidade (COP 16) em 2024, que ocorrerá em Cali, na

Colômbia [3]. A COP 16, sob o tema “Paz com a Natureza”, buscará, entre outros objetivos, implementar o Marco Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. A delegação peruana, que será liderada pelo MINAM, abordará temas como agrobiodiversidade, conservação e uso sustentável de espécies e a relação entre biodiversidade e mudanças climáticas. Além disso, será destacada a atualização da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica e o incentivo à conservação ambiental [4]. Por fim, a delegação buscará apoio a projetos sustentáveis por meio de financiamentos e uma agenda comum entre os países latino-americanos e do Caribe para fins de conservação da biodiversidade [5].

Ainda na política externa, em reunião com o seu homólogo do Equador, o vice-ministro do Meio Ambiente do Peru, Edgar Romero, coordenou ações conjuntas sobre gestão ambiental com foco na sustentabilidade e na implementação de estratégias frente as mudanças climáticas. Durante o encontro que tratou sobre trocas de experiências na área da sustentabilidade, conversaram também sobre o projeto *Movilización de Financiamiento Climático Internacional e Inversiones Privadas para un Desarrollo Resiliente al Clima y Bajo en Carbono* e abordaram tópicos relativos à cooperação internacional para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e o apoio do Fundo Verde do Clima (6).

Além disso, em parceria com o Japão, o MINAM pretende recuperar mais de 192.000 m² de terrenos contaminados por resíduos sólidos em Piura e Madre de Dios. Os projetos destinados a essa recuperação em Tambopata e Sechura incluem estudos de engenharia e planos de recuperação das áreas degradadas. A iniciativa busca melhorar a qualidade de vida de 168 mil habitantes locais [7].

No âmbito doméstico, o MINAM lançou o primeiro Anuário Estatístico do setor ambiente [8]. O documento, que conta com dados dos anos 2014-2023, será utilizado como base para a tomada de decisões em todos os níveis de governo. Nele, é tratado temas como qualidade ambiental, resíduos sólidos e mudanças climáticas. O vice ministro de Meio Ambiente, Edgar Romero, destacou a importância do relatório como fonte confiável de indicadores e estatísticas para melhorar a gestão ambiental e o desenvolvimento sustentável no país [8].

Ao passo que o MINAM se deteve nas questões mais práticas de defesa e preservação da região amazônica, o Ministério das Relações Exteriores se ateu a atividades diplomáticas culturais. A difusão cultural da região é presente no discurso de Dina Boluarte e segue sendo o ponto mais forte no quesito das ações promovidas por este ministério no exterior. Para além disso, em agosto, o órgão participou da sessão inaugural do Primeiro Workshop Regional de Divulgação sobre Marcos Normativos em Matéria Ambiental, organizado pelo Parlamento Andino, UNODC e USAID [9]. O evento, que ocorreu nos dias 8 e 9 de agosto, objetivou difundir o Marco Normativo a fim de combater a extração ilegal de madeira e o comércio associado nas florestas amazônicas da região andina.

Referências

[1]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/997027-minam-otorgara-incentivos-economicos-a-comunidades-de-3-regiones-amazonicas-para-conservar-bosques>

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/999125-alrededor-de-11-000-peruanos-de-3-regiones-amazonicas-se-beneficiaran-con-proyecto-de-conservacion-de-bosques>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1004313-peru-presentara-sus-avances-sobre-la-conservacion-de-la-biodiversidad-durante-la-cop-16-que-se>

realizara-en-colombia

[4]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1008116-cop-16-peru-busca-consolidar-sus-avances-en-conservacion-de-la-biodiversidad-con-apoyo-internacional>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1010966-cop-16-peru-impulsa-una-agenda-comun-entre-paises-latinoamericanos-y-del-caribe-priorizando-la-conservacion-de-la-biodiversidad>

[6]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1005240-peru-y-ecuador-consolidan-vinculos-para-avanzar-conjuntamente-en-materia-de-gestion-ambiental>

[7]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1009777-mas-de-192-000-m2-de-terrenos-que-fueron-contaminados-por-residuos-solidos-seran-recuperados-por-el-minam>

[8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1009207-se-publica-el-primer-anuario-estadistico-del-sector-ambiente>

[9]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1001361-cancilleria-participo-en-el-primer-taller-regional-de-difusion-sobre-marcos-normativos-en-materia-ambiental>

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de agosto, o relatório anual da empresa de óleo e gás do Estado do Suriname, *Staatsolie*, anunciou que irá apresentar uma proposta de US\$ 1,8 bilhão para participar da exploração de petróleo *offshore* no projeto do Bloco 58. Diferente da Guiana, no caso do Suriname há uma empresa nacional buscando se envolver nas atividades petrolíferas, que inicialmente têm a primeira extração prevista para 2028. A perspectiva de quatro anos para o início das atividades indica que a utilização do petróleo terá vida longa no Suriname [1].

No que toca a eleição presidencial na Venezuela ocorrido em julho, apenas o Suriname se somou à Guiana, entre os membros do CARICOM, para endossar uma declaração internacional, liderada pelos Estados Unidos, contra o reconhecimento da reeleição de Nicolás Maduro, lançada em 16 de agosto. Washington expressou desapontamento com os países integrantes do CARICOM, ao passo que a atitude de Suriname e Guiana foi elogiada pela embaixadora estadunidense na Guiana, Nicole Theriot [2].

Referências

[1]Disponível em: <https://brazilenergyinsight.com/2024/08/12/suriname-to-come-up-with-us1-8-billion-for-stake-in-block-58-project/>

[2]Disponível em: <https://demerarawaves.com/2024/08/21/us-welcomes-guyana-surinames-support-for-joint-statement-on-venezuela-disappointed-with-other-caricom-nations/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

O principal tópico da agenda política na Venezuela, no mês de agosto, foram os desdobramentos da eleição presidencial realizada em 28 de julho. Em relação ao território

amazônico do país, o único acontecimento relevante foi a continuidade das ações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) no combate à mineração ilegal. O comandante estratégico operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, anunciou, por meio da plataforma X, no dia 6 de agosto, que acampamentos foram localizados e destruídos enquanto a FANB realizava patrulhas de proteção ambiental no estado do Amazonas [1]. Posteriormente, em 20 de agosto, por meio de publicação no Instagram, Hernández Lárez anunciou novas ações da Operação “Escudo Bolivariano Neblina 2024”, com a destruição de materiais usados para mineração ilegal no setor de Carida, no estado do Amazonas [2]. O comandante ainda destacou que é proibida a exploração mineira e de hidrocarbonetos no estado do Amazonas [3].

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.globovision.com/suceso/25501/fanb-desmantelo-campamentos-de-mineria-ilegal-en-amazonas>
- [2] Disponível em: <https://elinformadorve.com/21/08/2024/venezuela/fanb-destruye-materiales-usado-para-la-mineria-ilegal-en-amazonas/>
- [3] Disponível em: <https://albertonews.com/politica/fanb-destruyo-material-usado-para-la-mineria-ilegal-en-el-estado-amazonas/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 5 de agosto, foi noticiado que a OTCA e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) organizaram o evento “Segundo Diálogo Regional sobre Bioeconomia Amazônica e Transformação Rural Inclusiva”, realizado entre os dias 7 e 8 de agosto [1][2]. Após um ano da assinatura da Declaração de Belém, o diálogo visa a fortalecer a segurança alimentar e diminuir os níveis de pobreza na população amazônica para adoção de um modelo de bioeconomia centrado no uso sustentável da sociobiodiversidade florestal e pesqueira do bioma. A iniciativa ocorreu em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (ODS 1, ODS 2 e ODS 10) e com as Declarações de Belém e de Brasília firmadas nos marcos da OTCA.

Para aprimorar a iniciativa, a FAO prometeu colocar à disposição dos países amazônicos a Iniciativa Mão na Mão (MdM), lançada em 2019, que utiliza análises e modelos geoespaciais avançados para promover a transformação dos sistemas agroalimentares para aumentar a renda, o estado nutricional e o bem-estar das populações. Ao fim, espera-se que as ações resultantes do diálogo possam contribuir para a elaboração de uma Estratégia Amazônica de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação de ministérios, representantes dos povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais, representantes de universidades, instituições financeiras e bancos de desenvolvimento, além de organizações não-governamentais e agências da Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante o encontro, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, destacou que a bioeconomia é uma estratégia fundamental para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. De modo complementar, a Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, ressaltou a importância da cooperação internacional e da transformação do conhecimento em questões práticas para superar os desafios da Amazônia. No dia seguinte ao evento, em 9 de agosto, foram publicados alguns dos insumos técnicos e planos de investimento gerados pelo Diálogo Regional, que contou com mais de 80 representantes de organizações da sociedade civil, governo e academia

dos países pan-amazônicos. Cabe destaque para a menção ao fortalecimento do Observatório Regional Amazônico (ORA), principalmente no que diz respeito à gestão da informação territorial, para provimento de informações que aumentem as capacidades dos países da Bacia Amazônica.

No dia 13 de agosto, a OTCA divulgou uma oficina realizada em parceria com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) [4]. O objetivo do encontro foi pensar a implementação da Resolução XXIII da Declaração de Brasília, que visa a promover a cooperação regional na certificação e valorização dos produtos amazônicos e o reconhecimento de serviços ambientais e ecossistêmicos da região. Além disso, a iniciativa elaborou estratégias para criação de um grupo de trabalho encarregado de monitorar o andamento da implementação da resolução. A oficina contou com a participação da Diretora-Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotini; da Diretora-Administrativa, Edith Paredes; e de técnicos da OTCA e do IICA.

Também no dia 13, foi noticiada a realização da 1ª Reunião de Consulta com Povos Indígenas da Amazônia, em Bogotá, na Colômbia, com a participação de líderes dos oito países amazônicos [5]. Estima-se que o encontro sirva como uma ponte para a criação da Plataforma Amazônica de Povos Indígenas da OTCA, com apoio do Programa EUROCLIMA e suas agências implementadoras AECID, GIZ e CEPAL. A ação é parte das atividades preparatórias para a COP 16 da Biodiversidade, em outubro, e a COP 30, a ser realizada em 2025, em Belém.

No dia 22 de agosto, autoridades dos países amazônicos se reuniram na sede da OTCA em Brasília para discutir a implementação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI-Amazônia) com apoio da Polícia Federal do Brasil [6]. A finalidade do CCPI-Amazônia será a coordenação de ações de segurança pública para combater o desmatamento ilegal, a mineração clandestina e outras ações que ameaçam a biodiversidade da Amazônia. Essa ação dialoga com o compromisso firmado pelo Brasil de zerar o desmatamento ilegal até 2030 e com o Plano AMAS (Amazônia, Segurança e Soberania) desenvolvido pela Polícia Federal e os governos estaduais. Participaram da reunião representando a OTCA: a Diretora-Administrativa Edith Paredes; a Coordenadora de Mudanças Climáticas, Rathna Kewal; o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani; e o Coordenador do ORA, Mauro Ruffino.

No dia 23, a OTCA divulgou a participação de seus representantes na Semana Mundial da Água (WWW) 2024 entre os dias 25 e 29 de agosto, na Suécia [7]. Para o evento, os representantes da OTCA apresentaram os resultados e as ações do Projeto Bacia Amazônica e participaram como coorganizadores de painéis voltados às Américas e ao Caribe, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento. No dia 27, a Diretora-Administrativa da OTCA, Edith Paredes, discursou no seminário “A gestão para a paz e a cooperação de águas compartilhadas” e falou sobre o Programa de Ações Estratégicas (PAE), apoiado pelo PNUMA e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente. As demais sessões do evento discutiram temas como: financiamento sustentável para a cooperação transfronteiriça de recursos hídricos, ciência e tecnologia e hidro-diplomacia para recursos hídricos compartilhados.

Referências

[1]Disponível em: <https://otca.org/pt/fao-e-otca-realizam-o-segundo-dialogo-regional-sobre-bioeconomia-amazonica-e-transformacao-rural-inclusiva/>

[2]Disponível em: <https://otca.org/pt/comeca-em-belem-o-segundo-dialogo-regional->

[sobre-bioeconomia-amazonica-e-transformacao-rural-inclusiva/](#)

[3]Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-da-amazonia-acordam-elaborar-uma-estrategia-comum-de-trabalho-para-avancar-na-seguranca-alimentar-e-nutricional/>

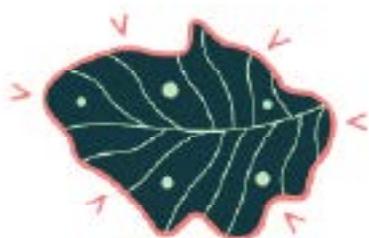
[4]Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-e-o-iica-realizam-oficina-estrategica-para-fortalecer-a-cooperacao-regional-na-amazonia/>

[5]Disponível em: <https://otca.org/pt/consulta-regional-em-bogota-para-a-criacao-da-plataforma-amazonica-de-povos-indigenas/>

[6] Disponível em: <https://otca.org/pt/cooperacao-policia-na-amazonia-para-fortalecer-seguranca-e-combate-a-crimes-ambientais/>

[7] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-leva-o-projeto-bacia-amazonica-para-a-semana-mundial-da-agua/>





GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Setembro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano ([OPSA](#)) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPISA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

Sumário

Bolívia.....	85
Brasil.....	87
Colômbia.....	90
Equador.....	92
Guiana.....	94
Peru.....	95
Suriname.....	97
Venezuela.....	98
OTCA.....	99

Bolívia

Por Marília Closs e Débora Bedim

O mês de setembro foi marcado pelo aumento de incêndios florestais na Bolívia, cuja tendência de alta havia se iniciado em agosto. Segundo dados fornecidos pela *Fundación Tierra*, foram contabilizados mais de 10 milhões de hectares queimados no país até o dia 30 de setembro, o que significou “o pior desastre ambiental da história boliviana” [1]. Os números

de 2024 já superam os registrados em 2019, quando mais de 5,3 milhões de hectares foram afetados pelas queimadas. Em termos comparativos, em 2024 houve um aumento de 90% na área atingida, o que correspondeu a um crescimento de 4,8 milhões de hectares queimados [1]. Além disso, a *Fundación Tierra* afirmou que este número pode aumentar, pois os focos de fogo seguem ativos no país e a temporada de seca continuará pelas próximas semanas. O departamento mais atingido pelo fogo foi o de Santa Cruz, com uma área queimada equivalente a 68% do total da superfície boliviana atingida, seguido pelo departamento de Beni, com 29% do total nacional [1].

Somente no dia 30 de setembro o presidente Luis Arce declarou oficialmente desastre nacional na Bolívia. Esta decisão foi feita a partir de grande pressão social e política que pediam por “maior intervenção para enfrentar a emergência ambiental” [2]. Como resultado, Arce firmou o Decreto Supremo 5.235, com o objetivo de acelerar a chegada de ajuda internacional e otimizar os recursos nacionais para combater o fogo (ainda que, anteriormente, o governo já houvesse solicitado créditos internacionais para enfrentar a situação) [2]. Ainda conforme o Decreto Supremo 5.225, o governo nacional proibiu queimadas no território nacional por um prazo indefinido, com o objetivo de anular as autorizações de queimadas programadas feitas pela *Autoridad de Fiscalización y Control Social de Bosques y Tierra* (ABT). Além disso, um projeto de lei é estudado para aumentar a pena de 6 para 12 anos de prisão para quem incitar queimadas [3].

Com relação à ajuda internacional, o país recebeu auxílio do Canadá, que enviou um avião-cisterna com capacidade de descarregar 11 mil litros de água, drones e uma equipe técnica para auxiliar nas operações de combate aos incêndios. Dos países da União Europeia, a França enviou um helicóptero; a Espanha mandou 41 bombeiros florestais e um grupo de experts em gestão de emergência; a Alemanha focou os recursos em projetos de prevenção dos incêndios a longo prazo, com objetivo de fortalecer a resposta nacional e a capacidade de proteção ambiental; a Itália, através do projeto Amazônia+, destinou recursos para a formação e preparo de profissionais para prevenção do desmatamento na zona amazônica; e a Suécia somou esforços por meio de projetos de cooperação, como Amazônia+ e Euroclima, que cobrem custos logísticos e equipamentos necessários para este tipo de operação [4].

Em relação à vizinhança, desde agosto os países sul-americanos também cooperaram com ajuda humanitária e envio de recursos humanos para a Bolívia. Entre eles, o Brasil enviou 61 bombeiros e especialistas; o Peru, 150 caixas d’água e helicópteros; a Venezuela, 60 bombeiros e especialistas; o Chile, quatro especialistas e ajuda humanitária; e o Uruguai, helicóptero e bolsas de água para reforçar as atividades de mitigação dos incêndios. Países de outras regiões, como China, Japão, Rússia, Portugal e Países Baixos, manifestaram seu apoio à Bolívia [5].

No dia 10 de setembro, no marco da LVI Conselho de Ministros das Relações Exteriores da Comunidade Andina (CAN), a Bolívia incorporou oficialmente o tema de “atenção aos incêndios florestais e outros desastres naturais” na nova declaração sub-regional. A proposta boliviana foi aceita pelos demais países da CAN, que reconheceram a gravidade dos incêndios florestais e a importância de uma resposta regional coordenada para esses episódios. Como resultado, a resolução estabeleceu uma plataforma de cooperação técnica e financeira entre os Estados-membros com o objetivo de fortalecer as capacidades de preservação e resposta aos desastres naturais. Esta iniciativa foi um marco significativo para a Bolívia, que busca ser reconhecida como líder em temas ambientais dentro da região Andina [6].

Além disso, no dia 27, durante na IV Reunião de Ministros e Ministras de Relações Exteriores do Consenso de Brasília, no âmbito da semana de abertura dos trabalhos anuais da



Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, Celinda Sosa reforçou a importância da ajuda internacional na luta contra os incêndios florestais na Bolívia e reafirmou a necessidade de uma cooperação solidária e multidimensional. A ministra salientou “a necessidade de fortalecer juntos os mecanismos de resposta ante emergências, dado que a problemática acontece em outros países da região” [7].

Referências

[1]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/pais/los-incendios-ya-consumieron-mas-de-10-millones-de-hectareas-segun-la-fundacion-tierra> 387194

[2]Disponível em: <https://eldeber.com.bo/santa-cruz/tras-semanas-de-reclamos-el-gobierno-declara-desastre-nacional-por-incendios> 386371

[3]Disponível em: <https://www.mmaya.gob.bo/2024/09/11/se-prohiben-las-quemas-en-bolivia-de-manera-indefinida/>

[4]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/20/17523/>

[5]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/11/17359/>

[6]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/10/17348/>

[7]Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/09/27/17672/>

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Assim como na Bolívia, o mês de setembro seguiu marcado por grandes incêndios na Amazônia brasileira, provocados por uma combinação entre mudanças climáticas, seca histórica e desmatamento ilegal [1]. Nos primeiros dias do mês, o sudoeste da floresta foi o local que mais emitiu gases de efeito estufa para a atmosfera no mundo, a partir de 82 mil focos de incêndio (número inferior apenas ao do recorde registrado em 2007 de 85 mil focos), segundo medições do observatório europeu Copernicus feitas a partir de imagens de satélite [2]. No acumulado dos últimos três meses, as queimadas na Amazônia brasileira emitiram quase o mesmo volume de gases de efeito estufa que as emissões anuais da Noruega e afetaram 2,4 milhões de hectares de floresta, segundo o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) [3]. Incêndios também atingiram outros biomas do Brasil e, se somados os hectares destruídos desde janeiro de 2024 em todo o território nacional, a área atingiu a marca de 11,4 milhões (cerca de 11 milhões de campos de futebol), o que representa uma alta de 116% em relação a 2023, conforme o MapBiomas [4].

O governo federal anunciou medidas institucionais e legais em reação à onda de queimadas. No dia 10, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva viajou para Manaus, onde se reuniu com prefeitos do Amazonas e anunciou a intenção de criar a Autoridade Climática, órgão para coordenar ações ministeriais sobre clima (discutido desde o governo de transição, em 2022, mas ainda não concretizado), a ser assessorado por um comitê técnico-científico [5]. Além disso, no dia 17, Lula reconheceu que o país não estava preparado para enfrentar os grandes incêndios e que estes, a despeito de serem condicionados pelo aumento do calor no mundo e da seca no Brasil, pareciam ter sido motivados também pelo “oportunismo de alguns setores tentando criar confusão”, o que requeria investigações, inquéritos e interrogatórios para o Estado averiguar a prática de crimes [6].

A ideia de se criar uma Autoridade Climática foi rapidamente politizada. A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, classificou os incêndios como terrorismo climático praticado por

“uma aliança criminosa entre ideologias políticas que querem negar a questão da mudança do clima” [7] e defendeu que a Autoridade Climática seja uma autarquia atrelada ao seu ministério com poder para propor regras, fiscalizá-las e punir violações [8]. Por outro lado, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, cobrou que a criação do órgão e a indicação para seu comando seja discutida com parlamentares, sobretudo da bancada ruralista [9]. Lira também criticou propostas do governo para aumentar penas contra crimes ambientais, por considerar que a legislação atual já é forte e dura [10].

Não obstante, no dia 20, o governo federal decretou, por meio de medida provisória, uma ampliação de penalidades neste tema. Foi instituída uma multa de R\$ 10 mil por hectare ou fração de terra aos responsáveis pelo início da queimada em florestas e outras vegetações nativas. No caso de florestas cultivadas, a penalidade será de R\$ 5 mil. A multa para uso do fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente foi aumentada de R\$ 1 mil para R\$ 3 mil (valor dobrado no caso de terras indígenas). Também foi determinada a aplicação de multa com valores entre R\$ 5 mil e R\$ 10 milhões aos responsáveis por imóvel rural que não adotarem as medidas de prevenção e combate a incêndios florestais determinadas pelo Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo e órgãos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Além disso, outra medida provisória flexibilizou o repasse de recursos para o combate e a prevenção ao fogo nos Estados e no Distrito Federal quando houver situação de calamidade ou de emergência reconhecida pelo governo federal [11].

Além disso, no dia 16, a Advocacia-Geral da União protocolou, na Justiça Federal, a primeira ação de reparação por dano climático em nome do ICMBio. A ação foi motivada pela destruição de 7.075 hectares da floresta amazônica na Floresta Nacional (FLONA) de Jamanxim, no Pará, e pede a indenização de R\$ 635 milhões a cinco fazendeiros [12]. O governo federal também anunciou que avalia a criação de um Plano de Prevenção de Efeitos Climáticos Extremos e de um Conselho Nacional de Segurança Climática, órgão que reuniria setores do Executivo, do Legislativo e do Judiciário [13]. No que toca o envolvimento do Supremo Tribunal Federal na crise de incêndios, o ministro Flávio Divo anunciou, no dia 15, que a abertura de crédito especial pelo governo para combatê-los pode ficar fora do arcabouço fiscal até o final deste ano, pois o princípio da responsabilidade ambiental seria hierarquicamente superior ao da responsabilidade fiscal quando há vidas em risco e perda irreparável de biomas [14].

No que se refere à política externa, a escalada de incêndios ocorreu poucos dias antes da ida do presidente Lula à abertura dos trabalhos anuais da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, no dia 24. Em seu discurso, afirmou que a Amazônia atravessava a pior estiagem em 45 anos; que incêndios florestais se alastraram pelo país e devoraram 5 milhões de hectares no mês de agosto; que seu governo estava lutando contra quem lucrava com a degradação ambiental, como o garimpo ilegal e o crime organizado; e que mais recursos financeiros eram necessários para países pobres enfrentarem problemas climáticos, o que poderia ser transferido dos gastos militares em ascensão no mundo [15]. Lula também sugeriu a transformação do Conselho Econômico e Social da ONU no principal foro para o tratamento do desenvolvimento sustentável e do combate à mudança climática, com capacidade real de inspirar as instituições financeiras [15].

O presidente brasileiro também defendeu transições energéticas no seu discurso, porém, durante sua estadia em Nova York, recebeu, na residência da embaixada brasileira, o presidente global da petroleira Shell e seu representante no Brasil para uma reunião fora da agenda oficial. Quando perguntado pela imprensa se o encontro tratou da exploração de petróleo na Foz do Amazonas, Lula afirmou que a Shell “só vai para a Margem Equatorial

quando o governo brasileiro autorizar a Petrobras a fazer pesquisa na Margem Equatorial” [16]. Alguns dias antes, em 19 de setembro, o diretor da Petrobras para transição energética, Maurício Tomalsquin, defendeu a exploração de petróleo na região, vista como necessária para financiar formas de energia mais sustentáveis, durante o Brazil-US Climate Impact Summit 2024, evento promovido pelo jornal brasileiro Valor Econômico e pela Amcham (Câmara de Comércio dos EUA) na sede da ONU.

Por fim, em outro evento paralelo à abertura da Assembleia Geral da ONU, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentou, a representantes de outros países, a proposta brasileira de criar *Tropical Forests Fund Forever*, em elaboração desde o ano passado. O objetivo do fundo é captar recursos de países ricos e remunerar países da América Latina, da África e da Ásia para manterem suas florestas tropicais de pé. Segundo Haddad, aportes ao fundo deverão vir sobretudo de fontes públicas, e não de investidores privados, de modo que serviria como um mecanismo adicional e complementar a mercados de carbono. Entretanto, afirmou que os critérios para a distribuição dos recursos e a governança do fundo ainda estão sendo estudados [18].

Referências

- [1] Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/especiais/amazonia/noticia/2024/09/05/crise-climatica-leva-amazonia-ao-limite.ghtml>
- [2] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/12/incendios-e-queimadas-fazem-da-amazonia-regiao-que-mais-emite-carbono-no-planeta/>
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/19/brasil-em-chamas-2-emissoes-por-queimadas-crescem-60-na-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/15/dino-autoriza-governo-lula-a-usar-credito-extraordinario-fora-da-meta-fiscal-no-combate-a-incendios.htm>
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/11/lula-anuncia-criacao-de-autoridade-climatica.ghtml>
- [6] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/09/lula-diz-que-brasil-nao-estava-preparado-para-incendios-e-que-setores-querem-provocar-confusao.shtml>
- [7] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/17/brasil-vive-terrorismo-climatico-com-queimadas-feitas-por-aliana-criminosa-diz-marina.ghtml>
- [8] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/23/marina-quer-autoridade-climatica-com-perfil-tecnico-e-poder-para-punir.ghtml>
- [9] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/09/18/lira-quer-consenso-em-autoridade-climatica.ghtml>
- [10] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/18/brasil-em-chamas-congresso-reluta-em-aumentar-penas-para-incendios-criminosos/>
- [11] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/21/governo-lula-amplia-multas-para-incendios-ilegais-em-meio-a-seca-historica.htm>
- [12] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/17/governo-move-acao-de-r-635-milhoes-contra-fazendeiros-por-danos-climaticos/>
- [13] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/17/marina-lula-disse-que-gostaria-que-avaliassemos-criacao-de-conselho-de-seguranca-climatica.htm>

[14]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/15/dino-autoriza-governo-lula-a-usar-credito-extraordinario-fora-da-meta-fiscal-no-combate-a-incendios.htm>

[15]Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/09/discurso-do-presidente-lula-na-abertura-da-79a-assembleia-geral-da-onu-em-nova-york>

[16]Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/09/lula-defende-encontro-com-shell-e-diz-que-petroleira-so-vai-para-margem-equatorial-quando-governo-autorizar.shtml>

[17]Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/09/19/diretor-de-transicao-energetica-da-petrobras-defende-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas/>

[18]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2024/09/24/haddad-reforca-que-fundo-para-preservar-florestas-sera-financiado-primeiro-por-paises.htm>

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

Entre os dias 12 e 14 de setembro, o presidente colombiano, Gustavo Petro, e a ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, participaram de um circuito de eventos pela região amazônica intitulado “Salve a Floresta, Conservar Paga”. O circuito tinha os objetivos de promover a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável, bem como difundir políticas do governo voltadas para a proteção do meio ambiente. Na abertura do primeiro evento, no dia 12, Muhamad afirmou que os três pontos-chave para salvar a Amazônia são “estabilizar os direitos do campesinato, potencializar a bioeconomia e realizar uma aliança público-popular no coração da Amazônia” [1].

No dia 13, ainda no âmbito do circuito, foi anunciado que a região de Caquetá, que tradicionalmente é uma das mais desmatadas, teve uma redução de 67% no desmatamento dos últimos dois anos como consequência da implementação do “Conservar Paga”, um programa de incentivos financeiros para comunidades que se comprometem com a conservação da Amazônia [2]. Segundo nota do ministério, o desmatamento teve uma redução histórica durante o governo Petro graças às ações que unem o trabalho do governo com as comunidades; a agenda ambiental para promoção da paz e investigação criminal; e a institucionalização territorial [3]. Visando fortalecer esses três eixos, a ministra também anunciou a criação de uma concessão florestal camponesa e de uma rede de direitos humanos para defensores ambientais. Segundo Muhamad, a partir dessas resoluções, será possível promover a regularização de ocupações camponesas e garantir que aqueles que lutam pela preservação amazônica não fiquem “sozinhos” [4].

Em contraste ao intuito do circuito amazônico, no dia 22 de setembro, foram registrados 26 focos de incêndios florestais na Colômbia. Atingindo uma área de aproximadamente 11 mil hectares, as queimadas representaram um risco à biodiversidade e foram consequências do aquecimento global, segundo o governo. Visando a combatê-los, membros do corpo de bombeiros, exército nacional, cruz vermelha e brigada de atenção e desastres atuaram fazendo descargas d’água. Só no município de Natagaima, no estado de Tolima, foram utilizados cerca de 18 mil galões [5].

No plano internacional, entre os dias 22 e 27 de setembro, uma comitiva de autoridades do governo colombiano esteve em Nova York para participar de uma série de

encontros no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Semana do Clima de Nova York. No dia 22, em seu discurso na abertura da Semana do Clima, Susana Muhamad ressaltou a necessidade de incluir a biodiversidade e a restauração da natureza como pilares fundamentais da transição climática [6]. Alinhada com a posição do presidente colombiano Gustavo Petro, Muhamad ressaltou a importância de descarbonizar as economias nacionais, um desafio particular para a Colômbia, que depende da exportação de carvão e petróleo [6]. A ministra ainda reforçou a importância de se estabelecer um Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis, uma iniciativa que a Colômbia compartilha com treze países e que visa a criação de um compromisso coletivo pela eliminação de hidrocarbonetos da produção de energia [6][7].

No dia 24, Gustavo Petro proferiu um discurso centrado na proteção do meio ambiente durante a abertura do debate geral da Assembleia Geral da ONU [8]. O presidente colombiano ressaltou que a situação na Amazônia está pior do que no último ano, já que foram queimados “11 milhões de hectares na floresta amazônica, em apenas um mês, por causa do aquecimento global e da crise climática” e a floresta chegará ao ponto de não retorno se continuar sofrendo com as queimadas [8]. A disparidade entre os países que têm papel no agravamento da crise climática também foi ressaltada por Petro. “Uma oligarquia global está levando a humanidade à sua própria extinção”, segundo ele, ao contribuir mais para a emissão de gases de efeito estufa e ao mesmo tempo não participar ativamente de uma solução coletiva [8]. Petro se direcionou aos povos do mundo quando apelou para a criação de um “exército da vida” para combater o capital fóssil globalmente, apontado como um dos principais motores da crise climática em curso [8].

Contudo, no dia 27, o presidente da empresa petrolífera colombiana Ecopetrol, Ricardo Roa, propôs substituir o gás natural por outros combustíveis fósseis líquidos em períodos críticos para gerar energia e se comprometeu com o fornecimento de 65% da demanda nacional por gás natural em 2025 [9]. A proposta vai de encontro ao apelo que o governo Petro vem fazendo em fóruns multilaterais para o abandono do uso de petróleo e gás natural.

Referências

- [1] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/en-florecia-presidente-petro-y-ministra-muhamad-lideran-gira-para-salvar-la-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/programa-conservar-paga-impulsa-historica-reduccion-de-la-deforestacion-en-caqueta/>
- [3] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/gobierno-emprende-gira-en-la-amazonia-con-grandes-anuncios-por-la-conservacion-de-los-bosques/>
- [4] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/vida/medio-ambiente/gobierno-otorga-concesiones-forestales-en-la-amazonia-campesinos-podran-hacer-un-uso-regulado-del-recurso-forestal-y-de-la-biodiversidad-en-los-baldios-de-la-nacion-3381668>
- [5] Disponível em: <https://www.eltiempo.com/colombia/otras-ciudades/incendios-forestales-en-colombia-siguen-fuera-de-control-hay-26-puntos-de-fuego-activos-y-se-reportan-cerca-de-11-mil-hectareas-afectadas-3383416>
- [6] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/la-transicion-climatica-requiere-un-nuevo-sistema-economico-que-se-adapte-a-los-ciclos-de-la-naturaleza-susana-muhamad-en-la-semana-del-clima/>
- [7] Disponível em: <https://fossilfuel treaty.org/endorsements>
- [8] Disponível em: <https://gadebate.un.org/en/79/colombia>

[9]Disponível em: <https://www.eltiempo.com/economia/sectores/presidente-de-ecopetrol-propone-sustituir-el-gas-natural-por-combustibles-fosiles-en-periodos-criticos-para-generar-energia-3384833>

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

O mês de setembro foi crítico para toda a região amazônica do Equador, que desde abril convive com um ciclo de seca e altas temperaturas. No fim de agosto e início de setembro, a sucessão de incêndios florestais (mais de 3.000 em toda a Bacia Amazônica) impactou o Equador, sobretudo na região de fronteira com o Peru [1]. O país também foi afetado pela fumaça oriunda de outros países, que cobre parte do território nacional desde o final do mês de agosto, fenômeno que se agravou no dia 2 de setembro e só começou a enfraquecer no dia 7 do mesmo mês [2]. A Secretaria Nacional de Gestão de Riscos (SNGR) informou que o fogo consumiu 23.452 hectares de vegetação entre 23 de agosto e 18 de setembro, com um total de 1.337 focos de incêndio registrados [3]. Diante do cenário, o Comitê de Operações de Emergência (COE) declarou alerta vermelho em dois terços das províncias do país e situação de *déficit* hídrico. Desde janeiro, cerca de 35 mil hectares foram afetados pelo fogo no Equador.

Apesar dos incêndios terem sido controlados no sul do país, na semana seguinte novos focos de incêndio, desta vez na província de Pichincha, no entorno da região metropolitana de Quito, na serra, afetaram a população, levando a uma interrupção de atividades escolares e baixa qualidade do ar [4]. Além disso, a seca nacional afetou o fornecimento de energia elétrica, levando a um racionamento do fornecimento de eletricidade e à interrupção de diversas atividades comerciais [5]. No Equador, parte do fornecimento elétrico é oriundo de hidrelétricas, que estão com reservatórios abaixo dos limites desde o final do ano passado, o que tem causado dependência da capacidade de usinas termoelétricas e de importações oriundas da Colômbia.

Medidas domésticas e internacionais foram anunciadas para lidar com a crise. No dia 2 de setembro, o Conselho Amazônico aprovou o financiamento de US\$ 11,5 milhões para o Fundo Comum da Amazônia, a fim de implementar políticas de apoio ao setor pecuarista, conectividade, serviços básicos e espaços de recreação [6]. Estão incluídos no projeto aterros sanitários e sistema de esgoto pluvial e um parque turístico. Por sua vez, no dia 6, o Instituto Nacional de Meteorologia e Hidrologia (INAMHI), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE), divulgou a plataforma INAMHI-GEOGLOWS orientada para o fortalecimento das capacidades de antecipação e resposta aos incêndios florestais [9]. A ferramenta disponibiliza dados sobre precipitações, temperatura, umidade e ventos que auxiliam no diagnóstico de condições climáticas que possam favorecer o surgimento de incêndios florestais. O dispositivo foi desenvolvido em colaboração com Ecociencia, o programa SERVIR Amazonia, com o apoio do USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), da NASA, da *Alliance of Bioversity International* e do CIAT (Centro Internacional para a Agricultura Tropical).

Finalmente, no dia 29, foram anunciadas medidas para a restauração das regiões afetadas pelos incêndios florestais no país [11]. Lideradas pelo MAATE, as ações incluem o diagnóstico das áreas, preparação do solo, seleção de espécies nativas, limpeza de escombros e coordenação de equipes de trabalho. O trabalho, com duração prevista para 6 meses, se dará mediante a articulação entre instituições públicas, privadas, organizações da sociedade civil e representantes da Secretaria de Educação Superior, Ciência e Tecnologia.

Para além da crise, entre os dias 3 e 5 de setembro, o Equador sediou a primeira edição da Convenção Internacional do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), em Quito [8]. O encontro reuniu cerca de 140 representantes de 17 países. Entre 2022 e 2026, o Equador recebeu do GEF cerca de US\$ 39 milhões em projetos, com destaque para iniciativas voltadas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, articuladas com o apoio das comunidades locais, organizações da sociedade civil e do governo equatoriano. O encontro foi organizado pelo Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica.

No dia 30 de setembro, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com a empresa Lavazza, do setor de cafeicultura, foi anunciado um grande projeto para a produção de café orgânico livre de deflorestamento. O projeto une o MAATE e o Ministério de Agricultura e Pecuária com o intuito de beneficiar 400 famílias da região por meio da melhoria de 18 centros de beneficiamento de café na região amazônica. Terá fundos do PROAmazônia, financiado, por sua vez, pelo Fundo Verde para o Clima e pelo Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) [7].

Por fim, cabe mencionar que, no dia 10, o presidente Daniel Noboa se encontrou com empresários do setor de mineração em Toronto, no Canadá [10]. Na reunião, representantes das empresas *Barrick Gold Corporation*, *Gran Tierra Energy Inc* e *Salazar Resources* conversaram sobre a possibilidade de ampliação de investimentos no Equador. O diretor-executivo da *Gran Tierra Energy Inc*, que atua na exploração e produção de petróleo e gás natural, propôs a ampliação de ações para melhorar as condições de vida das comunidades situadas nas zonas de operação de Orellana e Sucumbíos, situadas na Amazônia equatoriana.

Referências

- [1]Disponível em: <https://www.expreso.ec/actualidad/incendios-forestales-ecuador-brasil-causa-consecuencias-riesgos-212326.html>
- [2]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/humo-de-mas-de-3-000-incendios-forestales-llega-a-ecuador.html>
- [3]Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/09/20/ecuador-registra-mais-de-1300-incendios-florestais-em-menos-de-um-mes.htm>
- [4]Disponível em: <https://www.elcomercio.com/actualidad/quito/incendios-quito-medidas-sobre-clases.html>
- [5]Disponível em: <https://www.dw.com/es/ecuador-implementa-apagones-nocturnos-y-teletrabajo-por-su-peor-sequ%C3%ADa/a-70236280>
- [6]Disponível em: <https://www.secretariadelamazonia.gob.ec/mas-de-11-millones-500-mil-dolares-para-6-nuevos-proyectos-aprobo-el-consejo-de-la-amazonia/>
- [7]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-gobierno-del-ecuador-se-asocia-con-el-pnud-y-lavazza-para-producir-cafe-libre-de-deforestacion-y-proteger-su-patrimonio-forestal/>
- [8]Disponível em: <https://www.infobae.com/america/agencias/2024/09/02/ecuador-acogera-la-primer-edicion-de-convencion-del-fondo-mundial-para-el-medio-ambiente/>
- [9]Disponível em: <https://www.ambiente.gob.ec/el-inamhi-cuenta-con-una-herramienta-para-fortalecer-las-capacidades-de-anticipacion-y-respuesta-frente-a-incendios-forestales/>
- [10]Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/agenda-presidencial-en-canada-continua-con-encuentros-con-inversionistas-canadienses/>
- [11]Disponível em: [93](https://www.metroecuador.com.ec/noticias/2024/09/30/como-sera-</p>
</div>
<div data-bbox=)

[el-proceso-de-restauracion-de-ecosistemas-afectados-por-incendios-forestales/](#)

Guiana

Por Guilherme Fritz

No dia 25 de setembro, o presidente da Guiana, Irfaan Ali, discursou na abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Na ocasião, ressaltou a importância da Guiana no combate às mudanças climáticas, já que a maior parte do seu território é formado por florestas e é dotado por uma diversidade de fauna e flora do país. Em seguida, evidenciou a estratégia de desenvolvimento econômico do governo, resumida em dois pilares: um identificado com as grandes rendas obtidas com a extração de petróleo *offshore* e outro marcado pelo recebimento de financiamento climático via venda de créditos de carbono, além de outros instrumentos que favoreçam a preservação ambiental. Irfaan Ali reconheceu que a ideia de desenvolvimento econômico é constantemente desafiada pelos desastres climáticos e pela necessidade em mitigar tais consequências, porém reforçou que, diante do dilema entre crescer e preservar, é necessário que os países desenvolvidos transfiram recursos — dinheiro e tecnologia — para os países em desenvolvimento ajudarem a enfrentá-lo da forma mais sustentável possível [1].

Ainda sobre o tema do crescimento econômico e suas contradições ambientais, o Ministério das Finanças da Guiana, divulgou, no dia 28 de agosto, um relatório semestral acerca da performance econômica do país. O Ministro das Finanças, Dr. Ashni Singh, no dia 31 de agosto, destacou alguns elementos, como por exemplo: o crescimento econômico total de 49,7%, no qual está inserido o crescimento de 12,6% dos setores que não são referentes ao setor de óleo e gás. A indústria do arroz cresceu cerca de 17,9%; a da pesca, 27,7%; e a da mineração, cerca de 64,3% (esta última liderada pela extração de petróleo, mas acompanhada por outras atividades, como extração de diamantes, areia, rochas e manganês, que, somadas, tiveram um crescimento de 45,5%). Também ressaltou o crescimento do setor de manufaturas, de serviços e da construção civil, cujos percentuais atribuídos foram respectivamente de 27,5%, 7,3% e 43,7%, além da disponibilidade de crédito, que cresceu 20,3%. Todos os percentuais são frutos de comparações com o ano de 2023. O relatório foi apresentado com o seguinte título: *Staying in the Course: Building Prosperity for All* (“Mantendo o Curso: Construindo Prosperidade para Todos”, tradução nossa) [2][3].

Os resultados econômicos apresentados (não apenas os números, mas sua composição) ilustram bem o dilema entre crescimento econômico e preservação ambiental apontado por Irfaan Ali em seu discurso nas Nações Unidas. Como sempre deixa evidente em seus discursos, o presidente guianense aposta em uma estratégia que combina a preservação das florestas de seu país e a nova renda petroleira, de tal forma que a primeira seja capaz de ofertar créditos de carbono para compensar as emissões geradas pelos combustíveis fósseis produzidos no litoral da Amazônia e vendidos em um largo mercado internacional que se desenvolve desde o século XX. Os números permitem inferir a grande movimentação que a economia da Guiana está tendo a partir das atividades de óleo e gás, mas não deixam claro o estado dos mecanismos de compensação climática que deveriam ser simultâneos a este crescimento.

Dado o pouco conhecimento que cerca a Guiana, sempre convém lembrar que se trata de uma ex-colônia que teve sua independência em 1966 e que é um dos países mais pobres da América do Sul, de modo que seus governantes têm poucas margens de autonomia no plano internacional. A Guiana experimenta possibilidades inéditas de crescimento econômico hoje em face da descoberta de petróleo ao longo da última década, o que pode ou não gerar um desenvolvimento social mais equânime, com menos prejuízos ambientais, a depender de

decisões políticas dos governos de ocasião e das pressões exercidas em torno do pagamento de impostos e do respeito a regulações pelas empresas oriundas de países mais ricos que fazem a extração do combustível, com destaque para a *ExxonMobil* dos Estados Unidos.

Além disso, para ser melhor compreendida a agência do governo Ali, a Guiana precisa ser situada dentro do percurso moderno da história humana, que edificou um largo sistema internacional em que um dos pilares é a acumulação de riqueza e capital, sendo a capacidade assimétrica de acumulação uma característica presente e decisiva dentro de sociedades e entre países. Tal acumulação não leva necessariamente a uma distribuição equilibrada dos excedentes, ainda que aponte para possibilidades sempre maiores de avanços técnicos e tecnológicos, inclusive mais capazes de dar continuidade ao processo de crescimento material com menos implicações climáticas e ambientais.

A problematização desenvolvida aqui não busca apontar saídas, mas levantar perguntas: quais as possibilidades de um Estado com poucos recursos, pouca tecnologia e majoritariamente dependente de uma mercadoria levar adiante seu desenvolvimento de forma justa e ambientalmente responsável? A própria ideia de desenvolvimento deveria ser contestada em prol de uma lógica de decrescimento? Que países deveriam decrescer? Certamente não é possível responder nenhuma destas perguntas olhando apenas para a Guiana de forma isolada ou negligenciando as longas temporalidades que formaram a conjuntura presente. O que parece, ao certo, é que a própria edificação do sistema capitalista internacional impõe dificuldades para um país pobre equacionar crescimento econômico e preservação ambiental de forma isolada.

Referências

[1]Disponível em: <https://webtv.un.org/en/asset/k1t/k1totvmumg>

[2]Disponível em: <https://guyanachronicle.com/2024/09/01/guyana-overcomes-external-hurdles-to-continue-astronomical-growth>

[3]Disponível em: <https://finance.gov.gy/wp-content/uploads/2024/08/Mid-Year-Report-2024.pdf>

Peru

Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

O mês de setembro foi marcado por incêndios que se alastraram por diferentes países da América do Sul e que atingiram também a Amazônia peruana. Foram registrados cerca de 17.600 hectares de terra perdidos somente na região da Amazônia, no Peru, em consequência dos incêndios florestais [1]. Devido aos inúmeros incêndios, foi decretada emergência em diferentes departamentos localizados na região amazônica. Na tentativa de resolver o problema das queimadas, o Conselho de Ministros apresentou uma proposta de “Lei de Prevenção e Controle de Incêndios Florestais”, que prevê o estabelecimento de mecanismos de intervenção das emergências decretadas por esse fim. Além disso, pretende-se conceder uma assistência técnica a pequenos agricultores que realizam queimadas [2]. A proposta, que ainda será analisada pelo Congresso, também visa a estabelecer sanções para quem provoca incêndios florestais em áreas naturais protegidas, refúgios de vida selvagem e ecossistemas frágeis, afetando as populações próximas desses territórios [2].

No dia 19 de setembro, de acordo com um relatório do Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (Sernanp), entidade do Ministério do Meio Ambiente

(Minam), 95% dos incêndios em áreas florestais já haviam sido controlados ou liquidados [3]. Contudo, a situação ainda não estava resolvida. No dia 25 de setembro, o Instituto Nacional de Defesa Civil (Indeci) anunciou que, embora 58 focos de incêndios tivessem sido contidos, 40 ainda continuam ativos [4].

No que toca a política externa, houve algumas iniciativas relevantes ocorridas no mês de setembro. No âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Comissão Nacional Permanente Peruana (CNPP), que é presidida pelo Ministério de Relações Exteriores (MRE), aprovou um plano de trabalho com o objetivo de implementar as decisões acordadas na Declaração de Belém, assinada em 9 de agosto de 2023 [5]. Essa iniciativa visa ao fomento do desenvolvimento econômico sustentável, à proteção da biodiversidade da Amazônia peruana e à promoção e proteção dos povos indígenas e outras populações vulneráveis na região.

Além disso, entre os dias 16 e 18 de setembro, a cidade de Lima foi sede do primeiro Fórum Internacional de Finanças Verdes. O evento foi organizado conjuntamente pelos Ministérios do Meio Ambiente e de Economia e Finanças do Peru e contou com a participação de especialistas em assuntos financeiros de 18 países. O fórum reflete a articulação de agências de cooperação e bancos de desenvolvimento com o objetivo comum de impulsionar financiamento para projetos de desenvolvimento sustentável [6].

Segundo o governo, o Peru vem tendo um papel pioneiro na América Latina no que concerne ao fomento das finanças verdes através da ação do Estado [6]. Em 28 de janeiro de 2021, foi aprovada a *Hoja de Ruta de Finanzas Verdes*, um documento que visa a facilitar a implementação de atividades voltadas para incorporar aspectos ambientais na gestão das entidades financeiras. Com essa iniciativa, o Estado peruano espera que, até 2030, 3% dos recursos do setor financeiro privado sejam destinados a projetos ambientais [7].

Outro evento internacional voltado para discutir questões ambientais foi a Sessão Especial do Fórum de Ministras e Ministros do Meio Ambiente da América Latina e do Caribe. O evento ocorreu entre os dias 12 e 13 no Rio de Janeiro. Esta sessão teve como objetivo promover um espaço de discussões de alto nível diplomático para encaminhar ideias para eventos multilaterais futuros. Durante sua participação, o ministro peruano do Meio Ambiente, Juan Carlos Castro, que preside o fórum, ressaltou que o Peru vem trabalhando na atualização da Estratégia Nacional de Diversidade Biológica para 2050 e que a prioridade da política ambiental do Peru é o cumprimento do Novo Objetivo Coletivo Quantificado (NCQG), que tem a finalidade de ampliar o financiamento de projetos voltados para enfrentar a crise climática [8].

Por fim, conclui-se que houve uma maior movimentação da agenda ambiental no Peru neste mês, sobretudo com relação ao combate aos incêndios. A criação de uma lei sobre o tema demonstra a iniciativa de criar uma medida ambiental estruturante para o futuro e não apenas para a resolução de problemas imediatos. No âmbito internacional, o papel do Peru na tentativa de promoção de uma cooperação regional em finanças verdes evidencia a busca por contribuir internacionalmente para a agenda ambiental. Isso também é notado a partir da iniciativa da criação de grupos de trabalho no âmbito da OTCA. Desse modo, é possível afirmar que o país trabalha pela cooperação multilateral no que tange a agenda ambiental, especialmente dos países amazônicos.

Referências

[1] Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/09/17/peru-tambem-sofre->

[com-incendios-florestais-15-ja-morreram-e-quase-100-ficaram-feridos-este-ano#](#)

[2]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1024497-gobierno-aprueba-propuesta-de-ley-de-prevencion-y-control-de-incendios-forestales>

[3]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1024835-alrededor-del-95-de-incendios-forestales-en-areas-naturales-protegidas-fueron-controlados>

[4]Disponível em: <https://larepublica.pe/sociedad/2024/09/25/incendios-forestales-en-peru-2024-lambayeque-huanuco-y-cajamarca-se-suman-al-estado-de-emergencia-declarado-por-indeci-minsa-1984825>

[5]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1029324-comision-nacional-de-la-otca-refuerza-su-compromiso-con-el-desarrollo-sostenible-de-la-amazonia-y-de-sus-pueblos>

[6]Disponível em: <https://caretas.pe/medio-ambiente/informe-reino-unido-finanzas-verdes-la-oportunidad-peruana/>

[7]Disponível em: <https://gestion.pe/blog/conexion-esan/2024/01/finanzas-verdes-sus-avances-en-el-peru-y-los-sectores-comprometidos-en-impulsarla.html>

[8]Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1021979-peru-impulsa-agenda-comun-en-la-region-para-articular-esfuerzos-a-favor-de-la-biodiversidad-frente-al-cambio-climatico-y-la-desertificacion>

Suriname

Por Guilherme Fritz

Entre os dias 9 e 12 de setembro, uma delegação do Ministério das Relações Exteriores, Negócios Internacionais e Cooperação do Suriname foi enviado a Caiena, na vizinha Guiana Francesa, para participar de atividades do Comitê de Acompanhamento do Programa de Cooperação Inter-Amazônica 2021-2027 (IASP 2021-2027). O programa é composto pelos países que cooperam no espaço do Escudo da Guiana: Guiana Francesa, República do Suriname, República Cooperativa da Guiana e Brasil (no que toca três estados: Amapá, Pará e Amazonas) [1].

No dia 9 de setembro, o comitê realizou uma visita à aldeia de Oyapoque, no Brasil, para tratar de assuntos relacionados à violência doméstica e outras questões sociais enfrentadas pelas mulheres. Depois, no dia 11, ocorreu o 1º *Workshop* Amazônico no Dia Internacional da Cooperação, cujo tema foi a “Cooperação Além das Fronteiras”. O encontro salientou os quatro pilares do programa: 1) cooperação mais inteligente, 2) cooperação mais verde, 3) cooperação mais social e 4) melhor governança para a cooperação regional. O financiamento é feito pela União Europeia (FEDER-CTE) [1].

No dia 25 de setembro, o presidente do Suriname, Chandrikapersad Santokhi, discursou na abertura da 79ª Assembleia Geral das Nações Unidas [2] [3]. Durante sua fala, o presidente destacou a necessidade na realização de mudanças na arquitetura do sistema econômico internacional, assumindo que os desafios presentes não podem ser superados individualmente pelos Estados e requerem uma cooperação em escala global. Concretamente, Santokhi pediu por reformas nas instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, de tal forma que os meios empregados sejam mais inclusivos e permitam o desenvolvimento justo aos países mais pobres. Além disso, afirmou a necessidade de um financiamento climático mais enfático, não apenas como uma estratégia para a preservação, mas também como forma de compensação aos países que preservaram e continuam mantendo de pé suas florestas, um serviço que considerou essencial para o planeta.

Santokhi salientou que os países pequenos, como o Suriname, necessitam de ajuda externa e que o acesso a tecnologias de ponta e inclusivas são necessárias para que consigam avançar em seus projetos de desenvolvimento inclusivo e preservação ambiental. As capacidades técnicas necessárias para atingir determinado patamar de sofisticação tecnológica exigem tempo e maturação, algo que a estrutura sistêmica pode dificultar caso tais relações sejam deixadas ao sabor da espontaneidade da concorrência. Em suma, o presidente do Suriname reivindicou uma participação maior dos poderes políticos para a criação de um sistema econômico internacional mais justo.

Referências

[1]Disponível em: <https://gov.sr/guyana-schild-partners-zetten-interregionaal-amazone-samenwerkingsprogramma-2021-2027-voort/>

[2]Disponível em: <https://media.un.org/avlibrary/en/asset/d326/d3260655>

[3]Disponível em: <https://gov.sr/president-santokhi-multilaterale-samenwerking-essentieel-voor-het-aanpakken-van-mondiale-uitdagingen/>

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

A agenda política venezuelana no mês de setembro continuou concentrada nos desdobramentos da eleição presidencial de julho. Em relação à Amazônia, o mês foi marcado por incêndios florestais, tal como no restante da região. Segundo o Grupo de Investigações sobre a Amazônia (Griam), no território amazônico venezuelano não foram observados focos de incêndio de grande escala. Ainda assim, o Departamento de Engenharia Hidrometeorológica da Universidade Central da Venezuela (Hidromet-UCV) detectou 2.283 focos de calor no estado de Bolívar, 252 no Amazonas e 320 no Delta Amacuro [1].

Além disso, no mês de setembro, as operações da Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) para coibir atividades de mineração ilegal na Amazônia venezuelana continuaram. No âmbito da operação “Escudo Bolivariano Neblina 2024”, no dia 1º de setembro, o comandante Domingo Hernández Lárez anunciou a detenção de dois colombianos ligados a ações de mineração ilegal no estado do Amazonas [2]. Posteriormente, no dia 4 de setembro, Hernández anunciou a destruição de um acampamento de apoio logístico a atividades de mineração ilegal no setor Caño Carmen, do estado do Amazonas [3].

Referências

[1]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/la-amazonia-venezolana-no-se-ha-visto-afectada-por-incendios-en-brasil-y-bolivia/>

[2]Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/detienen-a-dos-colombianos-en-amazonas-por-practicar-la-mineria-ilegal/>

[3]Disponível em: <https://www.laradiodelsur.com.ve/fanb-desmantelo-campamento-de-mineria-ilegal-en-amazonas/>

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

Nos dias 2 e 3 de setembro, representantes do governo e da sociedade civil se reuniram em Brasília para a Segunda Reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento e para a Reunião Técnica Preparatória da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) para a COP 16 que acontecerá em outubro, na Colômbia [1]. Durante o encontro, os participantes fizeram um levantamento sobre os avanços da primeira edição da Aliança, realizada no ano passado, e propuseram novas metas para a construção de políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável da Amazônia e combatam o desmatamento. Para a Secretária-Geral interina da OTCA, Vanessa Grazziotin, a cooperação entre os países amazônicos é fundamental para alcançar as metas estabelecidas na Declaração de Belém.

O evento contou ainda com a participação de representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que apresentaram o projeto “Arco da Restauração” voltado para a recuperação de áreas degradadas na Amazônia brasileira. O encontro, apoiado pela OTCA, contou também com a colaboração da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, liderada pelo Brasil, e com a presença de membros do governo brasileiro. No dia 5, as diretoras da OTCA visitaram o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em São José dos Campos, em São Paulo [2]. Na ocasião, elas discutiram o fortalecimento da cooperação entre as instituições, principalmente no monitoramento dos biomas amazônicos, com destaque para o Programa de Monitoramento dos Biomas Brasileiros e o Programa Queimadas, desenvolvidos pelo INPE, que fornecem dados que auxiliam as ações de preservação da biodiversidade amazônica.

As diretoras também passaram pela sala de monitoramento do Programa BiomasBR e pelo Laboratório de Integração e Testes, onde são desenvolvidos e testados os satélites utilizados para o monitoramento climático e ambiental. Segundo a Ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil, Luciana Santos, a cooperação entre a OTCA e o INPE mostrou que a união entre ciência e tecnologia é uma ferramenta fundamental para a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável da região amazônica. A presença da Secretária-Geral interina da OTCA, Vanessa Grazziotin, reforçou o compromisso da organização com a cooperação internacional e a produção de informações para a consolidação de ações coordenadas para o monitoramento e preservação da Amazônia.

Também no dia 5 foi comemorado o Dia Internacional da Mulher Indígena [3]. A Declaração de Belém, adotada pelos países da OTCA, em seu parágrafo 41, reforça a necessidade de fortalecer o protagonismo e a participação de todas as mulheres, povos indígenas e jovens nos fóruns e espaços de decisão que visam a construção de políticas públicas de adaptação e mitigação nos países amazônicos. A Resolução RES/XIV MRE-ACTO/14, do Observatório Regional Amazônico (ORA) da OTCA, rege o módulo de mulheres rurais para a Amazônia, como uma plataforma que reúne dados que alimentam estratégias de desenvolvimento, programas e políticas para as mulheres que atuam na região. Esses dispositivos dialogam com a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), em vigor desde 1981.

Nos dias 17 e 18 de setembro, Manaus sediou o Seminário Internacional G20 sobre Amazônia e Florestas Tropicais, que reuniu especialistas, cientistas e representantes de organizações internacionais [4][5]. O evento, organizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Brasil, em parceria com a OTCA, com a UNESCO, a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação



Industrial (EMBRAPII), movimentou debates sobre mudanças climáticas, descarbonização, inclusão social, inovação tecnológica, bioeconomia e inovação aberta em cooperação internacional.

Ao longo dos dois dias, participaram do seminário autoridades do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). As reuniões também contaram com a presença de lideranças de comunidades indígenas e acadêmicos que refletiram sobre a integração entre a ciência e os saberes tradicionais. A Secretária-Geral interina da OTCA, Vanessa Grazziotin, destacou a importância dos esforços coordenados e das ações concretas, além da valorização das práticas tradicionais das comunidades que residem na Amazônia.

Já Osvaldo Moraes, diretor do Departamento de Clima e Sustentabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, reforçou a importância da cooperação internacional e do uso de inovações tecnológicas que ajudem na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e, simultaneamente, auxiliem no desenvolvimento econômico da região. Ao final do encontro, o Grupo de Trabalho em Pesquisa e Inovação (RIWG) apresentou um relatório com os resultados e propostas encaminhadas pelo seminário que será utilizado como base para as futuras ações do G20 em relação à preservação das florestas tropicais, em especial da Amazônia.

Entre os dias 23 e 28 de setembro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com o apoio da OTCA e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), promoveu uma missão técnica internacional em Brasília e Porto Velho, com vistas a fortalecer o combate ao desmatamento e a preservação da Amazônia [6]. As missões abordaram estratégias para prevenir incêndios florestais e aprimorar a fiscalização ambiental, além de incentivar a troca de informações para melhorar ações de preservação. A ação contou com a apresentação do projeto CRIMFLO do UNODC, workshops promovidos pelo IBAMA e visitas à Amazônia Legal com a finalidade de fomentar ações de combate aos crimes ambientais e estimular a cooperação entre as agências ambientais e as forças de segurança.

No dia 23, a OTCA organizou o workshop “Encontro de intercâmbio sobre conhecimentos tradicionais de povos e nacionalidades indígenas associados às mudanças climáticas na Amazônia do Suriname”, na capital Paramaribo [7]. A iniciativa faz parte do projeto “Criação da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas”, apoiado pela OTCA e pelo Programa EUROCLIMA implementado pela AECID, GIZ e CEPAL. Com a participação de lideranças indígenas, do Coordenador de Assuntos Indígenas da OTCA e representantes dos países amazônicos, o encontro fomentou o diálogo entre diferentes setores da sociedade.

A proposta do encontro foi a geração de insumos para a criação da Plataforma Regional Amazônica dos Povos Indígenas, amparada pelas orientações da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), pela Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), implementada pelo Acordo de Paris, os dispositivos da Declaração de Belém (2023), por meio do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas, e a Resolução RES/XIV MRE-OTCA/07 – todos focados na criação de espaços para a coordenação de questões indígenas. Assim, busca-se a complementariedade entre o conhecimento ancestral e a coordenação de ações para mitigar os impactos das mudanças climáticas sobre as comunidades.

No dia 30 de setembro, a OTCA anunciou o Segundo Encontro Regional de Diálogo “Avanços e Desafios na Construção da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas”, a ser realizado entre os dias 1 e 4 de outubro, em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia [8].



Durante o encontro, os participantes apresentarão os avanços recentes da Plataforma e participarão de debates sobre a proteção de territórios indígenas, acesso a financiamentos e operacionalização da Plataforma, além de estratégias para a criação de indicadores para monitoramento das vulnerabilidades dos povos indígenas frente às mudanças climáticas. Um dos momentos aguardados é a apresentação da Estratégia Regional de Povos Indígenas e Mudança Climática (ERPICC), que orientará as atividades da Plataforma rumo à defesa dos direitos e conhecimentos indígenas na formulação de políticas públicas para o território amazônico.

Referências

- [1]Disponível em: <https://otca.org/pt/paises-amazonicos-reforcam-cooperacao-regional-na-luta-contr-o-desmatamento-e-se-preparam-para-a-cop16/>
- [2]Disponível em: <https://otca.org/pt/diretoras-da-otca-e-representantes-de-paises-membros-visitaram-o-inpe-para-fortalecer-cooperacao-em-monitoramento-da-amazonia/>
- [3]Disponível em: <https://otca.org/pt/dia-internacional-das-mulheres-indigenas-celebracao-e-compromisso/>
- [4]Disponível em: <https://otca.org/pt/manaus-sedia-seminario-internacional-sobre-a-amazonia-e-florestas-tropicais/>
- [5]Disponível em: <https://otca.org/pt/seminario-internacional-do-g20-sobre-amazonia-discute-preservacao-e-desenvolvimento-sustentavel/>
- [6]Disponível em: <https://otca.org/pt/ibama-e-otca-realizam-missao-tecnica-internacional-para-combater-desmatamento-na-amazonia/>
- [7]Disponível em: <https://otca.org/pt/encontro-de-intercambio-de-saberes-tradicionais-de-povos-e-nacionalidades-indigenas-associados-as-mudancas-climaticas-na-amazonia-do-suriname-a-partir-do-projeto-criacao-da-plataforma-regional/>
- [8]Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-realiza-o-segundo-encontro-regional-de-dialogo-sobre-a-plataforma-amazonica-de-povos-indigenas/>

